

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 48 | Aracaju-SE | 2018



ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

VOLUME 1:

**Dossiê Os arquivos e a construção
do conhecimento histórico**

VOLUME 2:

**Dossiê Universidade Federal de
Sergipe: meio século de histórias**

© 2018 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Editores

João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial

Amâncio Cardoso dos Santos Neto (IHGSE e IFS)
Antônio Fernando de Araújo Sá (IHGSE e PROHIS-UFS)
Beatriz Góis Dantas (IHGSE e UFS)
Giliard da Silva Prado (IHGSE e UFU)
Joaquim Tavares da Conceição (IHGSE e PPGED-UFS)
José Vieira da Cruz (IHGSE e PPGH-UFAL)
Josefa Eliana Souza (IHGSE e PPGED-UFS)
Lourival Santana Santos (IHGSE e PROHIS-UFS)
Samuel Albuquerque (IHGSE e PROHIS-UFS)
Terezinha Alves Oliva (IHGSE e UFS)
Vera Lúcia Alves França (IHGSE e NPGEU-UFS)

Conselho Consultivo

Angela de Castro Gomes (UNIRIO)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Cristiano de Jesus Ferronato (Unit)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lília Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luis Alberto Romero (Universidad San Martín, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera García (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Moraes Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Pareceristas *ad hoc*

Antônio Lindvaldo Sousa (PROHIS/UFS)
Fernanda Cordeiro de Almeida Faust (Unioeste/PR)
Simone Paixão Rodrigues (CEE/SEED/SE)
Walderfranklyn Rolim (ALA/SEED/SE)



Página 5 Serviços Editoriais

www.pagina5editorial.com
contato@pagina5editorial.com

Projeto Gráfico | Capa |

Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo

Heli Natá Alcântara Silva

Supervisão

Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Diagramação

Adilma Menezes

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 48

VOLUME 1:

Dossiê Os arquivos e a construção do conhecimento histórico

VOLUME 2:

Dossiê Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2018

Ficha catalográfica elaborada por Claudia Stocker – CRB 5/1202

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE

N. 48. VOLUME 1: Dossiê Os arquivos e a construção do conhecimento histórico. VOLUME 2: Dossiê Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias. - Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2018. 358p.

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2. História 3. Memória
I. Título II. Assunto III. IHGS

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - <http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe>



Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

*Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.*

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS

Governador do Estado de Sergipe
Belivaldo Chagas Silva

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe
Deputado Luciano Bispo de Lima

Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Desembargador Cezário Siqueira Neto

DIRETORIA

Presidente
Agláé D'Ávila Fontes

Primeira Vice – Presidente
Tereza Cristina Cerqueira da Graça

Segundo Vice – Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque

Secretário- Geral
José Rivadálvio Lima

Primeira Secretária
Eva Maria Siqueira Alves

Segundo Secretário
Luiz Fernando Ribeira Soutelo

Orador
Terezinha Alves de Oliva

Primeiro Tesoureiro
Saumíneo da Silva Nascimento

Segundo Tesoureiro
Lourival Santana Santos

Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Lorena de Oliveira Souza Campello

Diretora do Museu e da Pinacoteca
Verônica Maria Meneses Nunes

QUADRO SOCIAL

Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
Josué Modesto dos Passos Sobrinho
João Oliva Alves

Sócios Beneméritos
Antonio Carlos Valadares
Edvaldo Nogueira Filho
João Alves Filho
João Gomes Cardoso Barreto
Luiz Eduardo de Magalhães
Maria do Carmo Nascimento Alves
Itamar Freitas de Oliveira
Verônica Maria Meneses Nunes
Gilton Feitosa Conceição
José de Oliveira Junior
Francisco Guimarães Rollemberg

Sócios Efetivos
Adailton dos Santos Andrade
Afonso Barbosa de Souza
Agláé D'Ávila Fontes
Amancio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Anita Rocha Paixão Sotero
Antônio Carlos dos Santos
Antônio Fernando de Araújo Sá
Antônio Francisco de Jesus
Antônio Lindvaldo Sousa
Antônio Samarone de Santana
Beatriz Gois Dantas
Bruno Gonçalves Álvaro
Cleia Maria Brandão de Santana
Cleiber Vieira Silva
Clóvis Barbosa de Melo
Cristina de Almeida Valença
Darcilo Melo Costa
Diogo Francisco Cruz Monteiro
Djaldino Mota Moreno
Domingos Pascoal de Melo
Edmilson Menezes Santos

Ednalva Freire Caetano
Eduardo Antônio Seabra
Estácio Bahia Guimarães
Eugênia Andrade Vieira da Silva
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fábio Costa Figueirôa
Fernando José Ferreira Aguiar
Francisco José Alves dos Santos
Gerson Vilas Boas
Gilvan Rodrigues dos Santos
Hélio José Porto
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Ilma Mendes Fontes
Jean Marcel D'Ávila Fontes de Alencar
Jeferson Augusto da Cruz
João Francisco dos Santos
João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
José de Oliveira Brito Filho
José Francisco da Rocha
José Hamilton Maciel Silva
José Hamilton Maciel Silva Filho
José Ibarê Costa Dantas
José Lima Santana
José Rivadálvio Lima
José Thiago da Silva Filho
José Vieira da Cruz
José Wilson Moura Santos
Josefa Eliana Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lenalda Andrade Santos
Lorena de Oliveira Souza Campello
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Luiz Fernando Ribeiro Soutelo
Luiz Vieira Lima
Manoel Alves de Souza
Marcelo da Silva Ribeiro

Marcos Antônio Almeida Santos
Maria da Glória Santana de Almeida
Maria Neide Sobral da Silva
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Murilo Mellins
Neuza Maria Gois Ribeiro
Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral
Paulo Amado Oliveira
Petrônio Andrade Gomes
Rogério Freire Graça
Rômulo de Oliveira Silva
Rusel Marcos Batista Barroso
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Suely Cristina Silva Souza
Sura Souza Carmo
Tadeu Cunha Rebouças
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Valéria Maria Santana de Oliveira
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Waldefrankly Rolim de Almeida Santos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONÁRIO

José Carlos de Jesus (Serviços Gerais)

ESTAGIÁRIOS

Ana Carla Cunha da Silva
Alex Santos Almeida
Rosivaldo Alves
Lais Daiane Santos
Larissa Pereira Honorato Santos
Maria Carolina Garcia
John Lennon Souza
Adirany da Silva dos Reis

Sumário

Editorial

Volume 1

Dossiê Os arquivos e a construção do conhecimento histórico

APRESENTAÇÃO

Dossiê: Os arquivos e a produção
do conhecimento histórico

17 *Lorena de Oliveira Souza Campello*
Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano

DOSSIÊ

Historiadores e arquivistas: um
diálogo possível

23 *Ana Maria de Almeida Camargo*

A reorganização do arquivo
público e a produção
historiográfica sergipana

27 *Terezinha Alves de Oliva*

O poder da ancestralidade, a
ancestralidade do poder: a história,
os políticos e seus arquivos

39 *Miguel Soares Palmeira*

Dos meandros da administração
aos bastidores da sala de aula:
apontamentos sobre o potencial
dos arquivos institucionais e
pessoais para o estudo da história
das universidades

49 *José Francisco Guelfi Campos*

Preservação e organização documental: O Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – Cemdap

63 *Joaquim Tavares da Conceição*
Maria Magna Correia Menezes Nogueira

Fazendo etnografia no arquivo: possibilidades e desafios

75 *Márcio Douglas de Carvalho e Silva*

Arquivo de Epifânio Dória, índice estratificado e possibilidades de pesquisa

87 *Lorena de Oliveira Souza Campello*

ARTIGOS

Família e Poder na Comarca de Aracaju: a trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889)

133 *Bruna Morrana dos Santos*

Cotidiano escravo em Sergipe oitocentista na Revista do IHGSE

145 *Sura Souza Carmo*

A Grande festa do centenário da independência de Sergipe

159 *Renaldo Ribeiro Rocha*

RESENHA

“Sei muito o que é a vida”: a biografia de Leandro Maciel

179 *Samuel Albuquerque*

Volume 2

Dossiê Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias

APRESENTAÇÃO

Dossiê: Universidade Federal de
Sergipe: meio século de histórias

187 *Eva Maria Siqueira Alves
João Paulo Gama Oliveira*

DOSSIÊ

O mundo não anda para trás
Aspectos da criação e dos avanços
da Universidade Federal de Sergipe

193 *Angelo Roberto Antonioli*

“Pela democratização do ensino
superior...”: a sociedade e os
movimentos em favor da criação
da Universidade Federal de
Sergipe, 1948-1968

203 *José Vieira da Cruz*

Reflexos de Themis: aspectos
prosopográficos dos primeiros
docentes do Curso de Direito da
Universidade Federal de Sergipe
(1968)

223 *Marcia Terezinha J. Oliveira
Cruz*

Atheneu Sergipense, Instituto
Histórico e Geográfico de Sergipe,
Universidade Federal de Sergipe:
casas de pesquisas, formação e
histórias de Sergipe

239 *Eva Maria Siqueira Alves
João Paulo Gama Oliveira
Simone Paixão Rodrigues*

Universidade Federal de Sergipe:
Pós-Graduação e Produção de
Conhecimento

257 *José Fernandes de Lima
José do Patrocínio Hora Alves*

Arquivo Central da Universidade
Federal de Sergipe: duas
Décadas Preservando a Memória
Documental (1998 -2018)

267 *Andréia Bispo dos Santos
Josefa Eliana Souza*

O quadro docente da
Universidade Federal de Sergipe:
ampliação, distribuição e área
de concentração dos novos
professores da UFS (2008 – 2013)

279 *Silvana Aparecida Bretas*

ARTIGOS

Aracaju no Tempo do Bonde: entre
História e Memórias, 1908–1950

297 *Amâncio Cardoso dos Santos Neto*

História da (re)territorialização
dos sergipanos no “Norte Novo”
(Paraná, 1970)

315 *Janaína C. de Mello*
Sandra C. A. Pelegrini

Uma breve análise das disposições
político-eclesiais do bispado de
Dom José Brandão de Castro
(1960-1987)

327 *Osnar Gomes dos Santos*

RESENHA

O Teatro das Letras: educar,
instruir e internar

347 *Iranilson Buriti de Oliveira*

DISCURSOS

No governo da Casa de Sergipe

353 *Samuel Albuquerque*

Posse do Instituto Histórico e
Geográfico de Sergipe – 18 de
Janeiro de 2018

357 *Aglaé D’Ávila Fontes*

Editorial

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 2018, alcança 105 anos de existência, com 48 volumes publicados e centenas de artigos de diversos autores que escolheram o periódico para veicular seus escritos a respeito da história, geografia, cultura e memória de Sergipe e do Brasil. Côncios da importância científica e cultural da trajetória centenária da revista da “Casa de Sergipe”, entregamos aos sócios, autores, leitores e público em geral, o 48º número da RIHGSE, que, além de ter uma primorosa versão impressa, é também publicado e circula no formato digital.

Neste número, a revista apresenta dois volumes com seus respectivos dossiês, artigos, resenhas e discursos, que apresentam resultados originais de trabalhos de investigação e/ou reflexões cujas temáticas se inscrevem no escopo e/ou em campos de conhecimento de interesse da Revista. Assim, abarca publicações que abordam desde a história da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e os arquivos históricos, contemplados nos respectivos dossiês temáticos, até os artigos sobre migrações de sergipanos, centenário de independência, escravidão, bispado e a história de Aracaju, que é duplamente analisada, tanto pela ótica das famílias no oitocentos, como também pelas “histórias e memórias” referentes aos bondes na primeira metade do novecentos.

No **primeiro volume**, temos o dossiê “Os arquivos e a produção do conhecimento histórico”, organizado pelas competentes professoras e pesquisadoras Lorena Campello (Sergipe) e Marcia Pazin (São Paulo), contendo sete artigos que colocam em evidência os arquivos a partir de diferentes perspectivas de análises. As organizadoras logram êxito ao aproximar História e Arquivologia e, assim, presenteiam os leitores com esse cuidadoso e excelente trabalho.

Além do dossiê, o primeiro volume conta com artigos da seção de fluxo contínuo composta por três textos. Bruna Murrana dos Santos, com o trabalho “Família e poder na comarca de Aracaju: a trajetória dos Guer-

ra Fontes (1855-1889)”, analisa como a história dessa família confunde-se com a própria história da nova capital de Sergipe na segunda metade do oitocentos. Ainda com o olhar voltado para o XIX, Renaldo Ribeiro Rocha expõe a pesquisa “A grande festa do centenário da independência de Sergipe”, com um realce para a inauguração da estátua em homenagem a Tobias Barreto de Meneses. Já Sura Souza Carmo, em “Cotidiano escravo em Sergipe oitocentista na Revista do IHGSE”, busca “apresentar informações sobre o cotidiano escravo em Sergipe no século XIX, encontradas nos artigos publicados na Revista do IHGSE, visualizando ainda o avanço da historiografia da escravidão no estado nos últimos anos”.

Para finalizar a primeira parte da revista, publicamos a resenha “‘Sei muito o que é a vida’: a biografia de Leandro Maciel”, de autoria do historiador Samuel Albuquerque, que debate acerca da mais recente obra de Ibarê Dantas, *Leandro Maynard Maciel na política do século XX* (2017). De modo lúcido e preciso, Albuquerque aponta possibilidades de conhecer a história de Sergipe, mais uma vez, pela lupa daquele incansável pesquisador sergipano.

O **segundo volume**, inicia-se com o dossiê “Universidade Federal de Sergipe: meio século de histórias”. Trata-se de uma justa homenagem da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe à única universidade pública do estado, a mais antiga instituição de ensino superior de Sergipe e parceira do instituto em inúmeros momentos desde a sua fundação, em 1968. Os professores da UFS e sócios do IHGSE, Eva Maria Siqueira Alves e João Paulo Gama Oliveira, cumprem a difícil tarefa de organizar um dossiê que tenta dar conta de algumas das muitas histórias que uma instituição cinquentenária tem a revelar. Vale a leitura dos textos, que apresentam diferentes e importantes abordagens, além do reconhecimento do significativo papel da UFS dentro do cenário sergipano e brasileiro.

Juntamente com o dossiê, o segundo volume da revista publica três artigos que mostram diferentes aspectos da História de Sergipe. Amâncio Cardoso, em instigante texto, trata da “Aracaju no Tempo do Bonde: entre História e Memórias, 1908-1950” utilizando como fontes jornais, relatórios de governo, estatísticas, obras literárias, memórias, crônicas e testemunhos orais. Já as pesquisadoras Janaina Mello e Sandra Pelegrini estudam a “História da (re)territorialização dos sergipanos no “Norte Novo” (Paraná, 1970)”, contribuindo, sobremaneira, para a “constituição de uma demografia histórica ainda pouco expressiva na historiografia sergipana”, assim como para o reforço da “memória de nordestinos que ajudaram a construir o sul do país”. Por outro caminho, Osnar Gomes dos Santos traça “Uma breve análise das disposições político-eclesiais do bispado de Dom José Brandão de Castro (1960-1987)”, buscando fugir das generalizações a respeito da participação de bispos católicos na ditadura militar e verticalizar a discussão com base no caso particular do bispado na Diocese de Propriá/SE.



No final do segundo volume, publica-se a resenha intitulada “O Teatro das Letras: educar, instruir e internar”, produzida pelo historiador Iranilson Buriti Oliveira, que, com uma escrita cativante resultante de análise acurada, discorre sobre o livro *Internar para educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*, de autoria do historiador sergipano Joaquim Tavares da Conceição. O livro, como descreve Iranilson Buriti, “[...] é um convite à reflexão sobre o ambiente dos internatos e suas práticas socioculturais, envolvendo as estratégias de controle e de hierarquia, as questões de gênero e geração, as atividades desenvolvidas no cotidiano e os reclames publicitários que davam visibilidade às diversas geografias do ensinar e do aprender, e as promessas de diretores de formar os futuros dirigentes e intelectuais da pátria brasileira”.

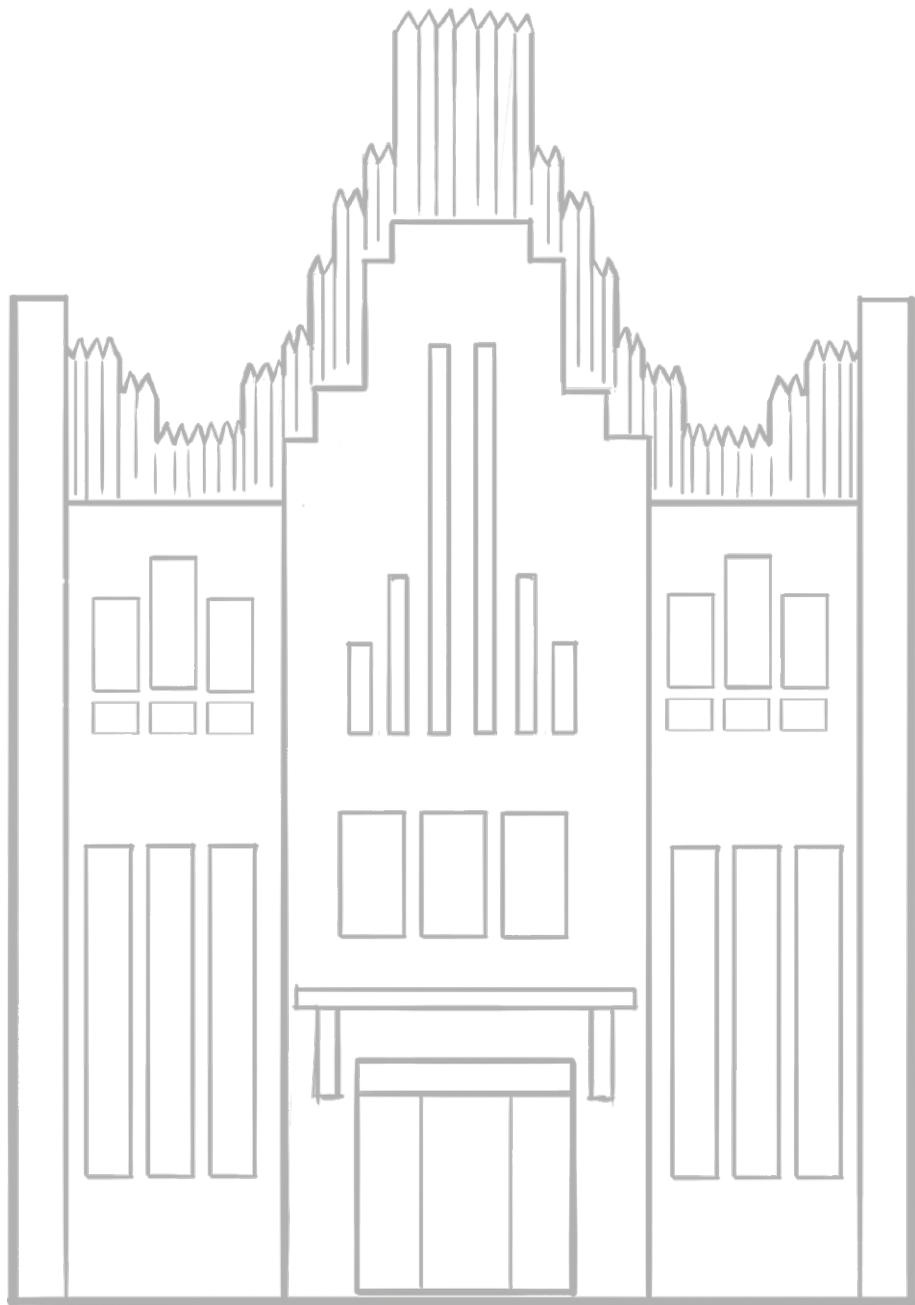
Finalizando este número, acompanhando a tradição da revista, são publicados o discurso de despedida da presidência do IHGSE, de Samuel Albuquerque, com o título “No governo da Casa de Sergipe”, e o discurso de posse da Presidente Aglaé D’Ávila Fontes, ambos proferidos no dia 18 de janeiro de 2018, durante a cerimônia de posse da diretoria da Casa de Sergipe (triênio 2018/2020).

João Paulo Gama Oliveira
Joaquim Tavares da Conceição
Editores da Revista do IHGSE
Maio de 2018



Volume 1

Dossiê Os arquivos e a construção do conhecimento
histórico



Apresentação: Dossiê: Os arquivos e a produção do conhecimento histórico

*Lorena de Oliveira Souza Campello**
*Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano***

Este novo dossiê da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (RIHG-SE) se ocupa de um tema nunca abordado por periódicos locais, de grande relevância para o estudo da importância, usos e abordagens de arquivos e de seus documentos no processo de construção do conhecimento histórico. Reunindo artigos de especialistas convidados e pesquisadores, cujas pesquisas se afinam com a temática proposta, o dossiê traz reflexões e resultados de pesquisas que discutem teoricamente o tema e que fizeram uso de arquivos pessoais, institucionais e de políticos como base de seus trabalhos, além de experiência no tratamento e organização de arquivos permanentes do Arquivo Público do Estado de Sergipe. Eis, nas mãos do leitor um conjunto de artigos diversificados em objetos e olhares, mas que se complementam de forma rítmica.

Documentos de arquivos sempre foram usados como fontes privilegiadas para a produção do conhecimento histórico, perpassando com isso, por tarefas básicas da pesquisa histórica, como: a seleção e uso de fontes primárias e secundárias, a análise, a síntese e a crítica histórica. Os arquivos, significando aqui o conjunto de documentos produzidos e reunidos por acumulação, de forma natural e orgânica, no decorrer das atividades e desempenho de funções de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, são fontes primordiais do historiador desde o início de seu ofício.

O tema proposto pelo dossiê tem também importância por atender a uma questão muito pontual e urgente: o descaso e a falta de investimento no aprimoramento de

* Formada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), com Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – História Ambiental, pela UFS e Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Sergipe. Professora da Rede Estadual de Educação do Estado de Sergipe. Diretora da Seção de Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

** Doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Organização de Arquivos, pelo IEB/USP. Docente do curso de Arquivologia do Depto. de Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” - UNESP. Foi responsável técnica de Códice - Memória & Arquivo Ltda e Gerente de Documentação e Projetos da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. É autora de diversos artigos e do livro “Arquivos de organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais”.

políticas públicas arquivísticas. Neste momento, é imprescindível atentar para a possível formação de um buraco negro ou de um vazio documental da nossa História recente. Informações registradas em documentos de arquivos, gerados a partir de atividades e ações públicas e/ou privadas, estão se perdendo e/ou sendo destruídos de forma aleatória e/ou proposital por administrações que consideram a gestão documental e a preservação dos documentos de arquivo como temas irrelevantes. Um verdadeiro apagão da memória nacional pode estar a caminho.

Os artigos apresentados no Dossiê: os arquivos e a produção do conhecimento histórico demonstram, sob várias abordagens, a preocupação de profissionais e teóricos da Arquivologia com essa possibilidade.

Ana Maria de Almeida Camargo, historiadora, docente sênior da Universidade de São Paulo (USP) abre o Dossiê com uma brilhante reflexão. Partindo de ideias consensuais a respeito de uma desejável parceria entre historiadores e arquivistas, a autora procura pontuar os elementos que os colocam em territórios distintos e afastados. Vislumbra, no entanto, a possibilidade de um diálogo que, superando as respectivas identidades profissionais, possa resultar em benefícios para a pesquisa em arquivos.

O processo de reorganização do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e sua relação com a renovação da produção historiográfica sergipana, da década de 1970 em diante, é abordado pela historiadora e professora emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Terezinha Alves de Oliva. A pesquisadora mostra, em seu artigo, como o trabalho desenvolvido no APES, que “refundou a instituição em todos os seus aspectos”, colaborou para a renovação dos estudos históricos em Sergipe, ao passo que contribuiu para uma forte mudança no processo de construção do conhecimento histórico (novos temas, atitudes e metodologias), para uma vertente mais investigativa do Curso de História da UFS e colocou a universidade como principal produtora historiográfica do Estado. O texto apresenta um belo resgate e registro do trabalho de uma geração de professores e alunos da UFS, desenvolvido no APES, em prol da salvaguarda, descrição e acesso de documentos custodiados pela instituição. Oliva também discorre sobre as pesquisas historiográficas que se beneficiaram de todo esse esforço coletivo.

Arquivos de políticos é tema de pesquisa e do artigo do professor da Universidade de São Paulo, o historiador Miguel Soares Palmeira, que trata do poder da ancestralidade e a ancestralidade do poder percebidos nesses conjuntos documentais. O historiador discute o arquivo de políticos como forma privilegiada de elaboração simbólica da trajetória desses indivíduos. Aborda também o trabalho realizado pelos arquivistas e instituições, propondo um entendimento da sócio-lógica da organização de documentos pessoais, tomando como base o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Arquivo



Público de São Paulo. Seu texto nos propõe o entendimento do lugar dos arquivos de políticos na nossa sociedade, a feitura de uma história social dos arquivos e dos arquivistas.

José Francisco Guelfi Campos, historiador e professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, nos brinda com um texto que aborda o potencial dos arquivos institucionais e pessoais para o estudo da história das universidades e da educação. O que os arquivos das universidades podem nos dizer sobre essas instituições de ensino e como podem contribuir para a construção de uma memória institucional? O que os arquivos de professores dessas unidades de ensino superior podem informar sobre suas trajetórias acadêmicas, sobre o processo do fazer docente e da pesquisa e como podem contribuir para preencher as lacunas dos arquivos institucionais? Para responder a essas questões, o autor nos apresenta os resultados de duas pesquisas desenvolvidas na USP, sobre a preservação da memória da ciência por meio dos arquivos pessoais de professores e pesquisadores da universidade.

Num feliz diálogo com o texto anterior, o historiador e professor da Universidade Federal de Sergipe, Joaquim Tavares, em coautoria com Maria Magna Nogueira, apresentam os frutos de projetos de organização do arquivo permanente do Colégio de Aplicação da UFS, que resultaram na criação do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap). O acervo histórico escolar (educação básica) e o Centro de Memória são postos como fomentadores do tripé pesquisa, atividades educacional e valorização do patrimônio cultural escolar e da UFS. Os autores demonstram a importância dos documentos de arquivos escolares (em distintos suportes, inclusive as *realias* - os objetos da cultura material escolar) para a escrita da História e da Cultura Escolar.

A seguir, o historiador Márcio Douglas de Carvalho e Silva faz uma reflexão sobre os desafios e as possibilidades do uso de arquivos na pesquisa etnográfica. Busca, com isso, travar um diálogo teórico entre etnografia e arquivo. Para tanto, nos oferece a análise de trabalhos que fizeram uso de arquivos pessoais de etnólogos e fotógrafos e arquivos institucionais de companhias religiosas que atuaram no Brasil nos tempos coloniais. A proposta do trabalho é justamente mostrar que o uso dos arquivos, juntamente com a pesquisa de campo, tem um potencial enriquecedor para a pesquisa etnográfica.

Fechando o nosso dossiê, a historiadora Lorena de Oliveira Souza Campello apresenta um dos instrumentos auxiliares elaborados para assistir o inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória. O objetivo da autora é abrir o leque para inúmeras possibilidades de pesquisas, não somente para os historiadores, mas também para outras áreas do conhecimento.



Sabedoras de que os textos aqui reunidos não dão conta da amplitude que compreende o tema “Os arquivos e a produção do conhecimento histórico”, sentimo-nos satisfeitas por ter sido possível reunir especialistas de diversas universidades brasileiras e temas de pesquisas que abordam vários arquivos e os desafios que eles demandam. Esperamos que esse dossiê seja o primeiro de muitos, que abram o diálogo entre a História e a Arquivologia, em seus vários potenciais de discussão.





DOSSIÊ

Historiadores e arquivistas: um diálogo possível

Ana Maria de Almeida Camargo*

O arquivo tornou-se um país estrangeiro para o historiador. Apesar de visitá-lo com frequência, comporta-se nele como turista, vendo tudo superficialmente: tenta-se com imagens de cartão-postal e dispensa o diálogo com os habitantes locais, hábito que lhe permitiria compreender melhor o meio em que vivem. O arquivista, por sua vez, assume o papel de guia turístico, mostrando-lhe o óbvio, o visualmente interessante, o fácil de localizar, o politicamente correto. Essa, em linhas gerais, a imagem caricata que, emprestada da obra de Lowenthal¹, foi desenhada por Terry Cook² para definir o comportamento de historiadores e arquivistas na atualidade.

Há algo equivocado, de fato, na relação entre o pesquisador, desejoso de examinar documentos de arquivo, e o profissional que responde por seu tratamento em uma instituição de custódia. Muito já se escreveu sobre o assunto, seja abordando o tipo de formação necessária para quem se encarrega de elaborar os chamados instrumentos de pesquisa (meios pelos quais os consulentes chegam aos documentos que lhes interessam), seja apontando a dificuldade que os usuários têm de compreender a própria natureza dos documentos de arquivo. Mas o assunto volta à baila de maneira recorrente, como “fonte de preocupação, debate e ambivalência”³.

Alguns autores procuraram explicar as relações entre historiadores e arquivistas à luz do processo de constituição dos respectivos campos profissionais, remontando ao período em que tanto a História quanto a Arquivologia reivindicaram, cada qual a seu modo, o estatuto de disciplinas científicas. Apesar de toda uma literatura que, a partir da segunda metade do século XIX, procurou estabelecer os fundamentos do método

* Professora sênior do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1 LOWENTHAL, David. *Past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

2 COOK, Terry. The archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The American Archivist*, Chicago, v. 74, n. 2, p. 600-632, 2011.

3 POOLE, Alex H. Archival divides and foreign countries? Historians, archivists, information-seeking, and technology: retrospect and prospect. *The American Archivist*, Chicago, v. 78, n. 2, p. 375-433, 2015. Ver também: BLOUIN JR., Francis X.; ROSENBERG, William G. *Processing the past: contesting authority in history and the archives*. New York: Oxford University Press, 2011.

nessas áreas, destacando suas especificidades, não se concebia, no trabalho com os arquivos, outro profissional que não fosse o historiador. Vale lembrar que as rupturas institucionais ocorridas em várias partes do mundo, desde finais do século XVIII, tornaram obsoletos ou sem efeito os documentos administrativos dos governos depostos; salvos da destruição (que foi, aliás, o destino de muitos deles), os arquivos desprovidos de valor corrente foram guindados à condição de “históricos”, dando origem a entidades públicas exclusivamente encarregadas de sua preservação. Nada mais natural, portanto, que tais arquivos fossem tratados por pessoas capazes de compreender documentos antigos e satisfazer a demandas da pesquisa histórica.

O modelo do historiador-arquivista prevaleceu até meados do século passado, mas foi sendo abandonado à medida que tomava corpo a concepção de um profissional especialmente preparado para trabalhar nos arquivos e incumbido de dar conta de todo o ciclo vital dos documentos. A própria ideia de que o conhecimento histórico é um “componente-chave da *expertise* dos arquivistas e de sua identidade profissional”⁴ acabou por ser questionada e até mesmo rejeitada. O inverso também é verdadeiro, pelo menos entre nós. Os cursos de História conferem pouca importância à crítica documental como elemento estruturante da formação do pesquisador e do professor, associando-a não raro a práticas conservadoras e superadas da disciplina. Como esperar que os egressos de tais cursos saibam o que é documento de arquivo?

Estamos, na verdade, diante de duas lógicas distintas. Por mais que se apele para a aliança entre as disciplinas e para sua desejável complementaridade, é preciso vê-las a partir dos elementos que distinguem uma da outra, traçando inclusive uma linha de demarcação que deixe nítidas as fronteiras que as separam.

Em um processo que supõe não apenas a mobilização de diferentes recursos metodológicos, mas a constituição de um patamar empírico capaz de sustentar as hipóteses formuladas, os historiadores trabalham com material que eles próprios convertem em documentos. É a esse ato de conversão que se refere Michel de Certeau quando procura definir as características da História como área de conhecimento nas sociedades letradas⁵: as fontes utilizadas pelo historiador têm vida própria e independente, isto é, preexistem à pesquisa e são alheias ao estatuto documental que lhes é atribuído nesse processo. Trata-se de uma condição *sui generis*, própria da História, que difere da que se observa quando as fontes passam

4 NESMITH, Tom. What's history got to do with it?: reconsidering the place of historical knowledge in archival work. *Archivaria*, Ottawa, v. 57, p. 1-27, 2004.

5 “Em história, tudo começa com o gesto de separar e reunir, transformando-os em documentos, determinados objetos antes dispostos de outra maneira”. CERTEAU, Michel de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975. p. 84. (Bibliothèque des Histoires).



a existir em decorrência das perguntas com que cientistas de outras áreas sondam a realidade. E essa peculiaridade da pesquisa histórica acaba por ensejar, como bem observou Daniel Fabre⁶, uma divisão de trabalho entre os que lidam com os documentos no âmbito de suas funções originárias e aqueles que os interpretam, no âmbito da pesquisa.

No cerne do trabalho arquivístico está a busca dos contextos de origem dos documentos, atividade que se costuma equiparar à do historiador. Não por acaso o princípio da proveniência é também conhecido como método histórico. A perspectiva é promover a adequada contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente produtor ao longo do tempo. Não se trata aqui de produção historiográfica, no sentido convencional; como bem observou Lauraire⁷, o *ethos* do arquivista se alicerça sobre uma espécie de renúncia ou abstinência em relação à pesquisa diletante. Fundamentada em contextos funcionais e, por isso mesmo, refratária aos temas e conteúdos que os pesquisadores procuram nos arquivos - e, por que não dizer, aos devaneios teóricos com que se procura aproximá-la da História⁸ -, a Arquivologia tem por objeto os documentos autênticos, ou seja, aqueles cuja proveniência é possível conhecer, independentemente da veracidade das informações neles registradas.

Ainda que disponham de função probatória congênita, os documentos de arquivo não escapam dos procedimentos mencionados por Certeau, quando se trata de pesquisa histórica: é o historiador que lhes concede caráter documental em meio ao processo de argumentação por ele desenvolvido. Seu estatuto documental originário, no entanto, qualquer que seja a entidade que os tenha acumulado, deve ser rigorosamente perseguido pelos arquivistas. Equiparados a verdadeiros celeiros da história⁹ e predispostos a alimentar um sem número de pesquisas retrospectivas, os arquivos, públicos ou privados, só alcançam seu potencial informativo máximo quando, paradoxalmente, se mantêm apartados e distantes das demandas específicas da pesquisa histórica e estabelecem seus contextos

6 FABRE, Daniel. L'ethnologue et ses sources. *Terrain - Anthropologie & Sciences Humaines*, Paris, n. 30, p. 3-12, mar. 1988.

7 LAURAIRE, Richard. De nouveaux savoir-faire des archivistes? In: HOTTIN, Christian; VOISENAT, Claudie. *Le tournant patrimonial: mutations contemporaines des métiers du patrimoine*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2016. p. 141-158. (Ethnologie de la France, 29).

8 As discussões “pós-modernas” que vêm ocupando algumas publicações na área arquivística surtem apenas efeitos retóricos.

9 A expressão é de Charles Braibant, que a utilizou no título de obra bastante citada pela comunidade arquivística. BRAIBANT, Charles. *Le «grenier de l'histoire» et l'arsenal de l'administration: introduction aux cours des stages d'archives de l'Hôtel de Rohan*. Paris: Imprimerie Nationale, 1957.

de origem (e, portanto, seu significado) a partir das atividades que viabilizaram, ao longo do tempo, o funcionamento dos entes produtores.

Apesar do caráter naturalmente especular dos arquivos, e da importância daqueles que decorrem das atividades de instituições com largo espectro de intervenção na realidade social, seu valor para a pesquisa é e será sempre tributário do projeto do historiador. Em contraposição, o melhor dos historiadores será aquele que, no trato com os arquivos, conseguir entendê-los como representantes de seus contextos de origem. É nesse cenário que se pode vislumbrar um diálogo fértil e, quem sabe, uma renovada aliança entre historiadores e arquivistas.



A reorganização do arquivo público e a produção historiográfica sergipana

Terezinha Alves de Oliva*

Resumo

A reorganização do Arquivo Público Estadual de Sergipe em 1970 é vista como um processo de importância central na renovação dos estudos históricos que caracterizou a hegemonia da universidade na produção historiográfica em Sergipe. Articulada, neste artigo, com iniciativas que promoveram o fortalecimento do ofício do historiador no cenário brasileiro, a reorganização do Arquivo é tomada como marca que singulariza a experiência local e, juntamente com a instalação do Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, responde pelos desenvolvimentos posteriores de uma prática que incorporou novas atitudes, abriu-se a novas metodologias e renovou o pensamento historiográfico.

Palavras-chave: Arquivo Público Estadual de Sergipe; Historiografia Sergipana; Beatriz Góis Dantas.

Abstract

The reorganization of the State Public Archives of Sergipe in 1970 is seen as a process of central importance in the renewal of historical studies that characterized the hegemony of the university in the historiographical production in Sergipe. Articulated, in this article, with initiatives that promoted the strengthening of the craft of the historian in the Brazilian scenario, the reorganization of the Archive is taken as a mark that singularizes the local experience and, together with the installation of the Project of Search from the Primary Sources of the History of Sergipe, it responds to the later developments of a practice that incorporated new attitudes, opened to new methodologies and renewed the historiographical thought.

Key words: State Public Archives of Sergipe; Sergipe historiography; Beatriz Góis Dantas.



* Doutora em Geociências pela UNESP/Rio Claro.
Professora Emérita da UFS.
E-mail: toliva06@gmail.com

A relação entre arquivos e pesquisa histórica tornou-se, num processo iniciado a partir da época Moderna, uma relação *sine qua non*. Quando os historiadores procuraram estabelecer as bases do seu ofício, o documento escrito, sabemos, teve a primazia entre os variados testemunhos da atividade humana e se tornou “fonte” do conhecimento histórico. No século XIX, cuidadosas regras de exame dos documentos escritos foram criadas e a Escola Metódica estabeleceu que “sem documento, não há história”.

Os arquivos foram sendo organizados ao tempo em que se firmavam, no mundo Ocidental, os Estados Modernos. No transcurso da expansão ultramarina, na Península Ibérica, consolidou-se a consciência da importância dos arquivos públicos e a ideia da centralização dos papéis; por outro lado, foi durante o processo revolucionário, na França, que se institucionalizaram os arquivos públicos. A tradição arquivística iniciada na França prevaleceu até o pós-guerra e privilegiou a acumulação e a preservação de documentos de valor histórico. Somente a partir dos anos 1950, nos Estados Unidos, criou-se o modelo que visou racionalizar e controlar a informação de grandes massas documentais, estabelecendo o controle “desde a sua produção e armazenamento até a sua destinação final.”¹ Mas mesmo quando sobressaiu o interesse administrativo, o cuidado com os arquivos terminou refletindo sobre a produção de obras de História.

Este artigo procura relacionar a reorganização do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) em 1970, com a produção historiográfica que lhe é posterior. Entende que essa reorganização foi marco importante nos desdobramentos havidos no campo da História em Sergipe desde então, incluindo o movimento de organização de novos arquivos e centros de memória, ao tempo em que caminhou paralela à condução investigativa dada ao Curso de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Fica consignada, assim, a radical importância, para a pesquisa histórica em Sergipe, do processo que refundou o Arquivo Público a partir dos depósitos de documentos espalhados por diferentes locais, desde que o órgão fora desalojado das dependências da Assembleia Legislativa, em 1964.

O Arquivo Público em Sergipe originou-se em 1848, quando foi criada, pelo Governo, uma secção de Arquivo na Biblioteca da Província, ainda na antiga capital, São Cristóvão. Estabelecida a capital em Aracaju desde 1855, o arquivo foi transferido junto com a Biblioteca e recebeu organização, relatada ao Presidente do Estado em 1908, pelo cuidado do onipresente Epifânio Dória, nome que também está ligado a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Biblioteca Pública do Estado. Somente depois das comemorações do centenário da Emancipação Política de Sergipe - e provavelmente sob influxo do clima patriótico então



1 Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do século XX para o século XXI In Castilho, Ataliba Teixeira. (Org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

vivido - o Governo Graccho Cardoso criou, em 15/10/ 1923, o Arquivo Público estadual, que teve o seu Regimento sancionado em 1926. Entretanto, o órgão voltaria à situação de Secção da Biblioteca e, após as mudanças havidas no pós-1930, o Arquivo foi recriado, no governo do Interventor Maynard Gomes, pelo Decreto-Lei n. 238, de 1945.

Tantos atos de criação não garantiram solidez ao Arquivo, cuja vida precária foi prejudicial às suas funções. Os documentos ocuparam sucessivamente, salas do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e da antiga Escola Normal, sem encontrarem seu próprio lugar. Entre 1964 e 1970, sob responsabilidade da Secretaria da Justiça, o Arquivo teve que ser retirado do prédio da Assembleia Legislativa que passaria por uma reforma e os documentos foram amontoados em salas e porões de prédios públicos, principalmente da antiga Escola Normal, comprometendo a existência do órgão, situação que perdurou até a criação do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH), na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, a cuja alçada foi transferido, em 25/11/1970.

No mesmo período, é mister lembrar o Compromisso de Brasília, resultado do encontro de governadores, secretários da área cultural, prefeitos e representantes de instituições culturais que, em abril de 1970,² reconheceram a necessidade da proteção ao patrimônio histórico e cultural pelos Estados e Municípios. O “pacto” não excluiu o auxílio do Governo Federal, e recomendou expressamente a defesa do acervo arquivístico, estabelecendo para isto a colaboração do Arquivo Nacional e das universidades, cabendo a estas promover o incentivo à pesquisa histórica e à avaliação do inventário dos bens culturais. Sergipe teve a sua primeira Universidade instalada em 1968 e o Curso de História, existente desde 1951 e a ela incorporado, foi inteiramente atingido pelas novas ideias no sentido do trabalho com o patrimônio arquivístico.

Criado o DCPH e instalado sob a direção de Beatriz Góis Dantas, Graduada em História e Professora de Etnologia e de Antropologia na Universidade Federal, pode-se dizer que por suas mãos, o Compromisso de Brasília teria efeitos em Sergipe. Ela estabeleceu como meta prioritária do novo órgão o salvamento do Arquivo Público, que encontrou “reduzido a um depósito de papéis velhos, com grande parte dos documentos literalmente amontoados no chão sem mínimas condições de pesquisa”.³ Foi

2 Foram duas as reuniões com os governadores, em 1970 e em 1971, promovidas pelo Governo Federal para que os Estados passassem a assumir um papel na preservação cultural. Disso resultaram os Compromissos de Brasília e de Salvador. Cf. MOTTA, Lia. *Patrimônio Urbano e Memória Social*. Uma avaliação sobre o descompasso entre discursos e ações de preservação. In Oficina de estudos da preservação, Coletânea. Org. Maria Rosa Correia. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008.

3 DANTAS, B. G. Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju: n.47, 2017, v. II, Dossiê Escritas de si, p. 346.



determinante para esta decisão, a situação de “perplexidade” que se apoderou da jovem pesquisadora de então, diante da primeira visão do que seria o Arquivo: “A cena com que me deparei quando o funcionário abriu a porta da sala onde estava o acervo era dantesca. Uma imensa montanha de papel (livros, jornais, manuscritos) que ia do chão até perto do teto e se esparramava até a porta de entrada.”⁴

Beatriz Dantas lançou-se num projeto ousado, que oferecia reduzidas condições de execução e desafiava um espírito verdadeiramente missionário na defesa do que hoje se chama “bens culturais”. Inicialmente aproveitou o período de férias escolares para a implantação do trabalho que envolveria cerca de uma dezena de estudantes do Curso de História, sob sua liderança direta, na tarefa braçal de salvar o Arquivo. Posso falar dessa experiência como testemunha, já que fui uma entre os estudantes que participaram desse trabalho. Conscientizado na repulsa ao descaso com os documentos, o grupo de estagiários entrava nos depósitos, transportando os documentos em meio à cerrada poeira e ao mofo, higienizando-os, salvando-os praticamente do lixo e ordenando os pacotes para a classificação baseada no sistema francês do “*Respect des fonds*” (Respeito aos Fundos), introduzido pelo técnico do Arquivo Nacional, José Lima de Carvalho, que veio a Sergipe especialmente com este fim, naquele ano de 1970.

O DCPH comportava no seu organograma o Arquivo Público, o Museu Histórico de Sergipe e a Biblioteca Pública. Era um embrião da futura Secretaria de Estado da Cultura, sendo também o gestor do patrimônio histórico tombado pelo Governo estadual. A Professora Beatriz foi compondo uma equipe altamente comprometida e articulada internamente. Após o Governo-tampão do cirurgião dentista João Andrade Garcez, de oito meses, ela se afastou, mas o trabalho continuou como fundamental para o DCPH nas gestões que se seguiram. O Arquivo Público passou a funcionar no prédio do antigo Atheneu Sergipense, o *Atheneuzinho*, junto ao próprio DCPH, à Empresa Sergipana de Turismo e ao Conselho Regional de Desportos. Futuramente, a reivindicação pela sede própria ganharia corpo, até que, em 1975, o órgão pôde ocupar definitivamente o prédio da antiga Biblioteca Pública, um belo exemplar *art déco*, situado na emblemática Praça Fausto Cardoso. Nessa Praça dos Três Poderes, ganhou existência e visibilidade, nas proximidades do Palácio do Governo, da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça.

Entretanto esta primeira fase, que poderíamos denominar “fase heroica”, significou refundar o Arquivo em praticamente todos os seus aspectos. Localização, aquisição de mobiliário, recuperação de rotinas com o pessoal ali lotado, lotação de novo pessoal, organização do acervo e do



fichário, tudo precisou ser estabelecido. Da antiga organização, sobram as Coleções Clero e Câmara, conservadas pela relevância do tema, pela representatividade de frequência de consultas e citação e por não constituírem fundos ou parte dos mesmos.⁵ Após a gestão do primeiro Diretor na nova fase, José Alves, que deu continuidade às atividades de reestruturação do APES, elas prosseguiram sob a Direção de Terezinha Alves de Oliva, ex-estagiária e recém-graduada em História. Neste período, Sergipe participou do I Congresso Brasileiro de Arquivologia, no Rio de Janeiro e sua representante teve a honra de presidir uma das sessões no Palácio Tiradentes; foi criado um Boletim do Arquivo Público, o trabalho de reorganização foi divulgado no segundo número da Revista “Arquivo & Administração”, da Associação dos Arquivistas Brasileiros⁶ e foi iniciado o intercâmbio com outros arquivos públicos brasileiros.

As administrações seguintes continuaram o trabalho e em 1974 a equipe do APES concluiu o Projeto de Levantamento de Arquivos Cartorários, preocupada em conhecer a situação dos documentos sob guarda dos cartórios, tidos como os mais antigos do Estado. Norteou o Levantamento um interesse pedagógico: “o conhecimento panorâmico das condições físicas dos arquivos e do estado em que se encontra a documentação, conhecimento este que já possibilitou ao Órgão todo um trabalho de conscientização junto aos tabeliães do dever de preservar os documentos históricos, da atenção que merecem os estudiosos que os procuram, dos cuidados mínimos relativos aos documentos”⁷. Sem sede própria e sem poder pensar em recolhimento dos documentos, o Arquivo Público planejava dar “melhor atendimento (...) aos pesquisadores, com informações sobre as fontes espalhadas pelo interior do Estado.”⁸ Todos os 63 municípios que possuíam arquivos cartorários foram percorridos; a equipe do APES localizou documentos do século XVIII (1783) e constatou que, dos 137 cartórios existentes, somente 48 já haviam sido procurados por pesquisadores.⁹

Aos poucos, o APES se fazia presente na vida social e cultural de Sergipe, desenvolvia atividades técnico-culturais e marcava a vida de quem dele se aproximava. A Universidade Federal de Sergipe convergiu para

5 MONTEIRO, Enilda Santos. Arquivo Público Estadual de Sergipe – uma apresentação In DANTAS, B. G. (Org.) *Repertório de documentos para a História Indígena* – Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1993.

6 OLIVA, Terezinha Alves de. Sergipe em tempo de Arquivo. *Revista Arquivo & Administração*. Associação dos Arquivistas Brasileiros, n. 1, ano I, Rio de Janeiro: abril 1973.

7 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE. Levantamento dos Arquivos Cartorários. Coord. Terezinha Oliva e Maristher Vasconcellos Moura. Aracaju: APES, 1974, p.1. (Mimeografado)

8 Idem.

9 Idem.





o mesmo objetivo. Sua presença no Arquivo se fez sentir e teve efeitos que atingiram o próprio Curso de História. Pensando uma cronologia para a historiografia sergipana, o Professor José Silvério Leite Fontes denomina o início dos anos 1970 como momento de “recuperação” dos estudos históricos em Sergipe. A criação da UFS e a departamentalização dos cursos, ao seu ver, aproximou os professores e estabeleceu novos círculos de cooperação e de estudo.¹⁰ Surgiu interesse pela pesquisa e pelos documentos históricos, no ambiente que ele denomina como de “choque estímulo”. Entre 1973 e 1975 a UFS sediaria dois Encontros de História: o V Simpósio de História do Nordeste Brasileiro e o VIII Simpósio da Associação Nacional de Professores Universitários de História – ANPUH. O velho Curso de História, saído da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe para a UFS, era sacudido pela urgência da pesquisa e se acercava do circuito de produção historiográfica nacional.

É certo que a retomada do Arquivo Público trazia para os historiadores uma massa documental a ser explorada. Era a ocasião para colocar em prática a ideia de realizar um Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, surgida em 1969, quando o Professor Silvério Fontes participou do Simpósio da ANPUH em Campinas, São Paulo. O Projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS, através da Resolução 10/72 de 18/2/1972, no mesmo ano promulgada pelo Reitor João Cardoso do Nascimento Júnior e seguiu o modelo adotado para projeto semelhante pela Universidade Federal do Paraná. Destinava-se a levantar a tradição escrita, depositada em arquivos situados no território sergipano, relativa à História de Sergipe e tinha entre os objetivos a divulgação das fontes históricas sergipanas, o desenvolvimento da consciência histórica e o treinamento de estudantes pela frequência aos arquivos e pela pesquisa, para integrar a formação pedagógica e o trabalho de elaboração científica.¹¹

O Departamento de História assumia o compromisso de entrar decididamente no mundo dos arquivos. O Projeto incluía a organização de um fichário a ser disponibilizado aos pesquisadores, a microfilmagem dos documentos levantados, a publicação dos trabalhos dele resultantes e a publicação de coleções de documentos.¹² Todos os professores do Curso de História eram participantes do Projeto e os alunos eram submetidos a uma verdadeira imersão nos arquivos, pois havia disciplinas obrigatórias, que exigiam quatro horas semanais de contato com os documentos, na maioria dos semestres do Curso. Tornou-se uma característica especial

10 FONTES, José Silvério Leite. Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe In *Formação do Povo Sergipano (Ensaio de História)*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2004, p. 79-89.

11 Idem.

12 Ibidem.

da Licenciatura em História da UFS, essa formação que levava o estudante a praticar, através do fichamento de documentos, um questionário inspirado nas fases da Crítica Histórica. O Arquivo Público ganhou vida com a presença dos estudantes e o conhecimento da documentação sergipana criou vocações de pesquisadores.

A visão do Arquivo como casa de pesquisa excedia, pela primeira vez, a do simples depósito de papéis. Claro que a organização do APES não se constituiu um fenômeno isolado. O País vivia as contradições de um Governo Autoritário que procurava legitimação na sociedade brandindo o discurso patriótico. Neste clima, a preservação do “patrimônio histórico”, incluindo o patrimônio documental e o interesse pela História, eram estimulados. No mesmo período foi implantada a Pós-Graduação em História - e o Nordeste teve, na Universidade Federal de Pernambuco, o primeiro Mestrado em História¹³ - iniciando-se um processo de valorização da pesquisa acadêmica na área e, como consequência, o avanço da profissionalização do historiador. As universidades do Paraná, da Paraíba, de Mato Grosso e de São Paulo, iniciaram levantamento de fontes para a história dos respectivos Estados.

Em Sergipe, a reorganização do Arquivo Público e o Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe funcionaram como motores de uma nova etapa. Itamar Freitas acredita que o Projeto de Levantamento das Fontes instituiu a fase heurística em Sergipe e através dele foi moldada a noção de fonte histórica, estendida aos documentos dos arquivos em que atuaram professores e estudantes. Teria significado uma atualização dos historiadores sergipanos na História Metódica, “quase paralelamente” aos contatos com a renovação trazida pela Escola dos Annales.¹⁴ Apesar dos arquivos eclesiásticos, cartorários e do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe onde o Projeto atuou, a reorganização do Arquivo Público é indissociável do Projeto de Levantamento das Fontes Primárias. Até mesmo o Curso para implantação do Projeto, ministrado pela Professora Odah Regina Guimarães Costa, da Universidade Federal do Paraná, usou o APES como laboratório, para o treinamento das primeiras equipes.

Em 1973, o historiador José Calazans fez um balanço do primeiro século da historiografia sergipana. Na “Introdução ao estudo da historiografia sergipana”, conferência de encerramento do V Encontro de História do Nordeste, ele apresentou um elenco de autores, de obras e de temas, propôs uma periodização e anunciou como encerrada a fase de liderança do

13 OLIVA, Terezinha Alves de. Souto Maior em um perfil de lembranças In: Tenório, Douglas Apratto et al. (Org.) Armando Souto Maior: *Um Professor sempre Mestre*. Maceió:EDUFAL: CES-MAC; 2009, p. 53-59.

14 FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2007, p. 71.

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, prevendo que a Universidade doravante tomaria a dianteira da “historiografia regional”. O ilustre Professor apontou caminhos a percorrer e mostrou lacunas a preencher, no texto que se consagrou como um guia para os historiadores sergipanos.¹⁵

Itamar Freitas, em *Historiografia Sergipana*¹⁶ e Fernando Sá, em *Capítulos da história da historiografia sergipana*¹⁷ fizeram os dois principais estudos historiográficos pós-Calazans. Através deles, é possível aquilatar a trajetória da historiografia local depois que o Arquivo Público pôde disponibilizar a sua documentação aos pesquisadores.

Freitas, definindo o seu estudo como um “guia de literatura não exaustivo”, trabalha em torno das propostas e do anúncio de Calazans. É uma série de artigos sobre a produção historiográfica do período 1975/2005. Embora o Autor tenha tido cautela e modéstia ao definir o seu estudo, ele constitui o mais amplo repertório da produção historiográfica sergipana sobre o período em apreço, pois além de demonstrar, em muitos casos, a concretização das linhas de desenvolvimento propostas por Calazans, faz um balanço da “historiografia universitária” correspondente ao período de liderança da UFS, particularmente pelo seu Curso de História, abrangendo até mesmo os trabalhos monográficos que se conservaram inéditos. Aí estão os Indicadores dessa nova historiografia nos temas, na construção de fontes, nos métodos, nas atitudes e nos desdobramentos, precedendo quase cinquenta resenhas que oferecem ao leitor uma análise acurada de obras e autores da História de Sergipe e terminam dando corpo tanto à trajetória centenária recuperada por Calazans, quanto à historiografia universitária que se segue.

Freitas considera o Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe e a atuação dos Professores Silvério Fontes, Maria da Glória Santana de Almeida e Maria Thetis Nunes como carro chefe da renovação historiográfica. Mas há que aduzir o efeito pedagógico exercido pela primeira experiência, com o APES reorganizado, sob a liderança da Professora Beatriz Góis Dantas. Os estudantes aproximaram-se dos documentos, puderam entender a sua importância e a possibilidade de se tornarem pesquisadores. Já para professores e pesquisadores, o acervo do APES trouxe o gosto da descoberta, ao tempo em que eles se lançaram à organização de outros arquivos, à publicação de Catálogos e Repertórios, à criação, na própria UFS, na década de 1980, do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – o PDPH - e do Centro de Microfilmagem

15 CALAZANS, José. Introdução ao estudo da historiografia sergipana. In *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992, p. 7-37.

16 FREITAS, Itamar. Op cit.

17 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. *Capítulos de história da historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.



da UFS, seguido, já na década de 1990, do Arquivo Geral da UFS e do Arquivo do Centro de Cultura e Arte, o CULTART. O PDPH dava corpo à ideia que presidira o Levantamento das Fontes Primárias para a História de Sergipe, de “instalar no Departamento de História um super inventário, contemplando todos os acervos arquivísticos do Estado”.¹⁸ Dessa forma, para Freitas, “o Projeto acabou por transformar, efetivamente, em fontes históricas os acervos originários de instituições públicas e privadas entre cartórios, arquivos e bibliotecas.”¹⁹

Os arquivos estiveram em foco. Em 1978 o Professor Silvério Fontes traçava, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, o quadro das dificuldades apostas ao progresso do conhecimento histórico em Sergipe: a dispersão dos documentos, a desorganização dos arquivos e a permanência do trabalho individual foram listadas entre os obstáculos. O Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, exigindo trabalho coletivo, caminhava no sentido da formação de outra atitude dos pesquisadores, corroborada pela publicação de catálogos e repertórios de fontes. A reorganização do Arquivo Público estimulava à organização de outros arquivos, ao tempo em que levava o Professor Fontes a pensar, desde então, na formação de arquivologistas e na criação de um Sistema Estadual de Arquivos, centralizado no APES. A ideia ganhou corpo e o Sistema Estadual de Arquivos foi instituído pela Lei Estadual n. 2202, de 20/12/1978.

Era um momento promissor. Em 1979, na administração Maria do Carmo Silva, o APES criou a série “Publicações de Documentos”, pelo nonagésimo aniversário da Proclamação da República. A Secção de Pesquisa do Arquivo chamava a atenção para a vasta documentação a respeito do período, publicando 178 documentos, a maioria da Coleção Balthazar Góes, um republicano histórico sergipano cujo arquivo fora incorporado ao APES. Assim surgiu “O movimento republicano em Sergipe – Documentos para a sua História”, publicado no ano seguinte.²⁰ Já em 1993 saiu o “Repertório de documentos para a História Indígena”²¹, coordenado por Beatriz Góis Dantas e editado pela FAPESP e Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, da USP. São 329 documentos, desde 1822 a 1888, das Coleções Clero e Câmaras Municipais, que recuperam a presença do índio em Sergipe, um lugar onde, ainda no século XIX, eles foram dados como

18 FREITAS, Itamar. Op cit, p. 71.

19 Idem.

20 ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE. O movimento republicano em Sergipe. Documentos para a sua História. Aracaju: Secretaria da Educação e Cultura/ Subsecretaria de Cultura, 1980.

21 DANTAS, Beatriz Góis (Org.) Repertório de documentos para a história indígena: Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1993. (Instrumentos de Pesquisa).

“desaparecidos”. Seguiu-se, imediatamente em 1994, também publicado pela USP e FAPESP, “Documentos para a História Indígena no Nordeste – Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe”²² que deu continuidade ao “Reperatório”, enfocando agora os documentos do Fundo Governo. Estas publicações instigavam à pesquisa, mostrando as possibilidades que o acervo do APES oferecia.

Ao lado disso, o APES se tornou referência para a atuação do Núcleo Estadual da Associação dos Arquivistas Brasileiros, realizando Encontros regionais em que a participação de integrantes do quadro de pessoal do órgão era notória. Nomes como os das professoras Maria das Graças Moura e Maristher Moura Vasconcellos, são incontornáveis nesta história, tendo ambas passado pela Direção do APES. Mas todos os outros diretores, em sua maioria egressos do Curso de História da UFS, deixaram registrada sua passagem pelo órgão na ampliação dos trabalhos e na luta incessante pela sobrevivência e divulgação do Arquivo Público.

Os estudos de historiografia sergipana, desde o texto pioneiro de José Calazans, permitem aquilatar o antes e o depois da reorganização do Arquivo Público, quanto à quantidade e à qualidade da produção de obras de História. Pelo texto de Itamar Freitas, já citado, ficou consignada a contribuição da UFS, não só através dos livros publicados como pelas monografias de Graduação, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que têm no acervo do APES e no acervo do Arquivo do Judiciário, criado e organizado como resultado da chamada “fase heurística”, sua base de sustentação documental. Este trabalho, indiretamente, termina corroborando a importância do APES e sua relação com a produção historiográfica posterior a 1970.

Fernando Sá, debruçando-se sobre as obras de História publicadas nos últimos cinquenta anos, buscou fazer uma avaliação crítica delas, tendo em vista caracterizar o pensamento historiográfico em Sergipe. Sua proposta é examinar a historiografia local em sua originalidade, levando em conta os determinantes da realidade sergipana. Da narrativa acontecimental produzida por historiadores autodidatas, constatando o hiato havido no período 1945 a 1960, ele chega à fase de criação da Universidade Federal de Sergipe e ao que chama de modelo intelectual do Departamento de História, nas décadas de 1970 e 1980, quando o Departamento atuou “salvaguardando e divulgando fontes primárias, a fim de desenvolver a consciência histórica regional, bem como familiarizar os estudantes com os arquivos e a pesquisa histórica”²³ E atribui a esse “modelo” uma mu-

22 PORTO ALEGRE, Sílvia; MARIZ, Marlene; DANTAS, Beatriz Góis (Org.) Documentos para a História Indígena no Nordeste. São Paulo: NHI/USP; FAPESP, 1994.

23 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Capítulos da história da historiografia sergipana. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: IHGSE, 2013, p. 92.



dança de rumo da historiografia sergipana, no caminho da superação da história dos heróis, para a história dos homens comuns e dos movimentos coletivos, conforme preconizou Silvério Fontes.²⁴ Ainda que o autor não se refira ao processo de reorganização do Arquivo Público, mas ao Projeto de Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe, está implícito – e é o que afirma este artigo – que aquele processo está na raiz das transformações constatadas a partir dos anos 1970 no pensamento historiográfico sergipano.

A análise das obras²⁵ é feita no sentido de demonstrar “o amadurecimento teórico-metodológico dos estudos históricos em Sergipe”²⁶ e a “tendência marcante (...) de diálogo entre a história e as outras ciências sociais e humanas”²⁷. Chamando a atenção para que não se pode fazer *tabula rasa* da contribuição anterior, Fernando Sá indica a convivência da tradição e da inovação no conjunto de obras que apresenta e destaca também a contribuição da historiografia produzida, no mesmo período, fora da Academia.²⁸ No conjunto, ele demonstra como cresceu, nos últimos cinquenta anos, o número e a procedência dos historiadores, e como se avolumou a quantidade de cientistas sociais que dão enfoque historiográfico aos seus trabalhos. Mais do que isso, sua conclusão (como fora a de Itamar Freitas) é taxativa: o “balanço historiográfico indica a passagem do autodidatismo historiográfico para a profissionalização do ofício de historiador em Sergipe, em sintonia com as tendências historiográficas contemporâneas”²⁹.

É verdade que nesse período incorporou-se a noção ampla de documento, a história oral passou a ser cada vez mais utilizada e a consulta a arquivos, inclusive internacionais, se tornou corrente. Mas não se pode

24 FONTES, José Silvério Leite. A Heurística e a história de Sergipe, apud Sá, Antônio Fernando de Araújo. Op cit. p. 92.

25 São analisados os livros publicados na área de História e de Ciências Sociais que fazem estudos de História. Assim, o elenco de obras abrange: Thetis Nunes, Ibarê Dantas, Terezinha Oliva, Luiz Mott, Beatriz Dantas, Ariosvaldo Figueiredo, Maria da Glória Santana de Almeida, Josué Modesto dos Passos Subrinho, Maria Nely Santos, José Silvério Leite Fontes, Itamar Freitas, Francisco José Alves, José Vieira da Cruz e Antônio Bittencourt Filho. Abrange também a copiosa produção de História da Educação, com Tereza Cristina Cerqueira da Graça, Betizabel Vilar de Jesus Santos, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Jorge Carvalho do Nascimento, Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho, Eva Maria Siqueira Alves e Fábio Alves dos Santos. Captando o diálogo entre a história e outras ciências sociais e humanas, são referidos os trabalhos de: Rosemiro Magno e Eliano Sérgio, Maria Neide Sobral, Antônio Samarone de Santana, Frederico Lisboa Romão, Dionísio de Almeida Neto, Péricles Andrade e Antônio Lindvaldo Souza, aos quais aduz a contribuição dos cientistas sociais estrangeiros Samuel Cohn e Jan French. Finalmente vêm as obras dos chamados jovens historiadores: Pedro Abelardo de Santana, Samuel Albuquerque e Andreza Santos Cruz Maynard.

26 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Op cit, p. 103.

27 Idem, p. 106.

28 Aí figuram obras de Jackson da Silva Lima, Luís Antônio Barreto, Pedrinho dos Santos, Ana Maria Fonseca Medina.

29 SÁ, Antônio Fernando de Araújo. Op cit, p. 113.



deixar de reconhecer que os trabalhos que adensaram nos últimos anos a produção historiográfica sergipana, são tributárias do salto qualitativo obtido após a reorganização do Arquivo Público Estadual de Sergipe. Por isso mesmo, nunca será demais registrar a importância do trabalho pioneiro capitaneado pela Professora Beatriz Góis Dantas naquela reorganização e o papel do Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe desenvolvido pelos Professores do Departamento de História da UFS, liderados pelo Professor José Silvério Leite Fontes.

Conhecer esse movimento e avaliar o seu impacto, pode iluminar a visão dos desafios do presente em relação ao patrimônio documental sergipano. Quase cinquenta anos depois, a documentação do século XX, que o APES não conseguiu recolher e a deterioração crescente dos documentos mais antigos no próprio acervo do órgão, estão a exigir posições corajosas como aquela que mobilizou as consciências nos anos 1970. Relembra-lo, oxalá sirva também a esse propósito.



O poder da ancestralidade, a ancestralidade do poder: a história, os políticos e seus arquivos*

Miguel Soares Palmeira**

The power of ancestry and the ancestry of power: history, politicians and their archives.

Resumo

Este artigo explora dois aspectos da história dos arquivos pessoais de políticos: 1) o estabelecimento do arquivo pessoal como forma legítima de elaboração simbólica da trajetória de políticos profissionais; 2) o trabalho de depuração categorial dos documentos de políticos profissionais realizado em arquivos. Argumenta-se que a expertise arquivística leva a efeito um modo de classificar a atividade política dissonante da maneira pela qual políticos profissionais entendem sua atividade e a representam em documentos.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Política; Historiadores.

Abstract

This article examines two aspects of the history of politicians' personal archives: 1) the consecration of personal archives as a legitimate symbol for professional politicians' trajectories; 2) the adjustment of social classification of political activity realised by archival institutions. I will argue that archival expertise engenders a form of classification essentially different from how politicians themselves understand their own activities and represent it in documents.



* Este texto foi originalmente preparado para uma intervenção, em novembro de 2014, no *Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura*, organizado por pesquisadores da Fundação Casa de Rui Barbosa, a quem agradeço. Foi inevitável que se conservasse algo do tom original de uma apresentação oral, embora eu tenha feito correções e inserido a anotação bibliográfica.

** Formado em História pela Universidade Federal Fluminense, com Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Desde 2011, é professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



Os exercícios periódicos em que se empenham os historiadores para determinar o estado de sua arte se fazem normalmente em torno de variações da pergunta “o que é a história hoje?”. Em regra, as respostas colocam na balança as perspectivas normativas sobre o ofício, fazendo ver quais seriam os mais promissores caminhos teórico-metodológicos da salvação profissional. É então que aqueles que se ocupam de pesquisar a história da disciplina histórica centram suas atenções nos “pensadores” e nas “correntes de pensamento” que eles corporificam – ou seja, nas entidades em que se reconhece a formalização de teorias ou ideias a respeito da História. Boa parte da história da historiografia presta-se, com efeito, a um esforço continuado de sistematização de um cosmos de teorias e teóricos sob o qual se organizaria o mundo dos historiadores. Eventualmente, procura-se também aquilatar o quanto historiadores e filósofos da História projetaram do presente em que vivem no passado que estudam – o quanto, ao olharem para o passado, viram sobretudo a si mesmos. Num e noutro caso, os tais “pensadores” e seus respectivos “pensamentos” estão no centro do problema – isto quando não são imprópriamente representados como se estivessem no centro do mundo.

Dessa atitude intelectual derivam alguns trabalhos magistrais e outros nem tanto – não estou a sugerir que ela seja ruim ou boa em si mesma. O ponto é que, no exame daquilo que os estudiosos da história fazem ou dizem fazer, pouca atenção se dá aos materiais a partir dos quais a história se produz. Como sintetizou Luciana Heymann, concebem-se os gestos de selecionar, copiar e reagrupar documentos como atos cumpridos exclusivamente pelo historiador, sendo o arquivo para o qual aqueles gestos se orientam não mais do que material inerte.¹ É como se na relação estabelecida entre os historiadores e suas fontes somente um dos termos da relação realmente importasse: o sujeito “constrói” o objeto, mas o objeto (que em nosso caso, como historiadores, no fundo sempre são igualmente sujeitos) não afeta o sujeito do conhecimento. Se, no entanto, é verdade que ao historiador de história intelectual cabe remeter as “ideias” às suas “condições de produção”, parece-me necessário que nós pensemos nos arquivos, nos arquivistas e nas instituições que os abrigam como parte integrante dessas tais “condições”.²

Neste artigo, farei um esforço inicial nessa direção. A análise será desenvolvida em dois passos. Inicialmente, procurarei reconstituir a história do arquivo pessoal como forma privilegiada de simbolização da existência de políticos. Em seguida, com base em um breve exame dos guias de

1 HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Riberiro*. Rio de Janeiro: Contracapa / FAPERJ, 2012. Cf. também ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier.. *Fabrique des archives, fabriques de l’histoire. Revue de Syntnhèse*, v. 125, n. 1, 2004, pp. 1-14.

2 Ato contínuo, isso exigiria repensar as linhas que demarcam “sujeito” e “objeto” no cenário considerado, mas não tratarei da questão neste espaço.

acervo³ do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV-RJ) e do Arquivo Público do Estado de São Paulo, tentarei entender a sócio-lógica da organização de documentos “pessoais” no âmbito de instituições arquivísticas.⁴ Argumentarei que o trabalho de classificação do acervo configura um primeiro gesto de interpretação dos vestígios das trajetórias dos políticos no momento mesmo em que se os institui como fontes históricas.

O significado político do arquivamento

A história das operações de arquivamento tem sua origem em considerações de ordem muito prática – a preservação por um indivíduo de títulos de propriedade ou de quaisquer documentos comprobatórios de seus direitos. Não por acaso, a instituição do arquivo nasce, em diferentes sociedades, quando o poder central advoga para si a produção e a guarda de uma memória de governo. Essa marca administrativa-estatal tornou-se ainda mais forte depois que os revolucionários de 1789 expropriaram arquivos, coleções e bibliotecas de nobres franceses para fundi-los com documentos do governo central.⁵ Após a Revolução Francesa, portanto, os documentos evocadores do passado nacional passam a ser considerados um patrimônio a ser salvaguardado.

Com nuances em relação ao caso francês, parecem ter sido os imperativos da centralização administrativa que presidiram a criação do Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição de 1824 e conforme posto em prática em 1838 (mesmo ano, aliás, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Quando se deu a mudança de regime em 1889, o novo governo se apressou em extirpar a referência monárquica do Arquivo, renomeando-o Arquivo Público Nacional.⁶

A mudança de regime ensejaria ainda o surgimento de uma preocupação estatal com os vultos da República – e, por extensão, embora não por força da natureza, com seu espólio. “O culto ao herói nacional”, na sugestão de Renato Venancio, viria em substituição do culto à figura do imperador. Mais importante ainda, seguindo a trilha desse autor, é que essa nova

3 Trata-se de “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”, na definição que lhe dá o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005).

4 No momento da realização desse levantamento, o Arquivo Público de São Paulo tinha a guarda de 17 arquivos pessoais de políticos; o CPDOC, de 83.

5 FAVIER, Jean ; FAVIER, Lucie. *Archives Nationales. Quinze siècles d'histoire*. Paris: Nathan, 1988; J. GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Difel, 1977 (esp. pp. 150-162).

6 VENANCIO, Renato P. Uma trajetória interrompida: o Arquivo Nacional na legislação republicana, 1889-1937. *Acervo*, v. 26, n. 2, 2013, pp. 59-76.



orientação houvesse se desdobrado “na preocupação com a preservação dos arquivos pessoais de líderes republicanos”.⁷

Este é o primeiro ponto para o qual quero então chamar atenção. Ao falarmos de arquivos pessoais de políticos no Brasil estamos falando de uma instituição caracteristicamente republicana. Eu não ignoro que existem conjuntos documentais de indivíduos, políticos inclusive, anteriores à República. Estou apenas sugerindo que a preocupação sistemática do Estado e de determinadas frações das classes dirigentes com a constituição de arquivos pessoais de políticos é algo mais recente.

Se enfatizo isso, é porque me parece que reside aí uma chave importante para entendermos o lugar dos arquivos pessoais de políticos na nossa sociedade. Sob pena de naturalizarmos o ato de arquivamento de conjuntos documentais referidos a “pessoas”, é necessário indagar como é possível que as coisas tenham se passado dessa maneira e não de outra. Sendo mais específico: como é possível que a lógica da acumulação informal de documentos relacionados à atividade política, característica de políticos da geração de Vargas e Capanema, tenha dado lugar a grandes empreendimentos memoriais em torno de políticos mais recentes, como Darcy Ribeiro e Fernando Henrique Cardoso.⁸

Nada disso é evidente por si mesmo. A Professora Regina Abreu publicou quase 20 anos atrás um livro que ilumina esse problema por contraste. Ela descreveu a integração da chamada coleção Miguel de Calmon ao acervo de relíquias do Museu Histórico Nacional. Calmon foi um político baiano importante na Primeira República. Quando ele morreu, aos 56 anos, em 1935, a viúva acordou com o Museu Histórico Nacional o repasse a essa instituição de um conjunto impressionante de objetos – joias, móveis, esculturas, bustos etc. – a serem expostos permanentemente em uma sala exclusiva do Museu. Não era um expediente de todo incomum: Pedro I, Pedro II, Caxias, entre outros, tiveram também salas especiais no Museu à época. Décadas mais tarde, já na ditadura militar, essas salas seriam desmanteladas em favor de espaços dedicados a “Brasil Colônia”, “Brasil Reino”, “Independência”, “Primeiro Reinado”, “Segundo Reinado” e “Guerra do Paraguai”.⁹

7 Ibid., p. 72.

8 Ver, respectivamente, NEDEL, Leticia. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas na história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, pp. 131-163; FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, vol. 11, n. 21, 1998, pp. 59-87; HEYMANN, Luciana. Os fazimentos do arquivo de Darcy Ribeiro: memória, acervo, legado. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 36, 2005, pp. 43-58; Id., *O lugar do arquivo*, op. cit.; NOVAES, Raphael de Souza. *Preparando o passado: dimensões da construção histórica de Fernando Henrique Cardoso pela Fundação iFHC* (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social Universidade de São Paulo, 2014.

9 ABREU, Regina. *Fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco / Lapa, 1996.



Miguel de Calmon, embora político republicano, tinha ascendência nobiliárquica. O que estava em jogo na constituição de sua coleção? Fundamentalmente, uma lógica distintiva, própria de um universo social ordenado em função de insígnias de prestígio. Era a raridade daqueles objetos, sua não-uniformidade, que lustrava a coleção dos Calmon e confirmava seus vínculos com o passado, com a tradição da aristocracia. Portanto, em plena República, e em uma instituição cultural do Estado, evocavam-se os valores da nobreza brasileira.¹⁰

Trata-se, como se vê, de uma lógica diferente, e possivelmente con-corrente, daquela que informou a constituição de arquivos pessoais de alguns políticos de peso da 1ª metade do XX no Brasil: penso em um Capanema com seu projeto de escrita autobiográfica, em um Vargas tão cioso de seus papéis que os entregou aos cuidados da única pessoa em quem poderia confiar cegamente (sua filha Alzira). O problema desses personagens era aparentemente menos atar vínculos com o passado do que projetar no futuro o seu *legado*, na feliz expressão de Luciana Heymann.¹¹

Ora, o que o exposto até aqui nos diz sobre a relação acima esboçada entre arquivos pessoais de políticos e vida republicana? Em parte, esta relação está colocada já na transformação dos arquivos pós-Revolução Francesa, com seu efeito de publicizar os segredos dos nobres, de transformar informações privativas de grupos restritos em matéria de interesse público – acessível em um arquivo nacional. Com relação ao caso brasileiro, uma das dimensões desses vínculos já foi explorada nos trabalhos do Renato Venancio e do Paulo Roberto Elian dos Santos: somente a ação deliberada da administração pública tornou possíveis as condições materiais para a criação e a manutenção de arquivos no Brasil (aqueles de origem privada inclusive, embora não seja esse o foco de nenhum dos dois autores).¹² Ela tornou possível também a formação de quadros, de profissionais habilitados à organização de arquivos conforme as premissas e as técnicas da arquivística moderna (o investimento em intercâmbios no exterior, em cursos de formação no Arquivo Nacional e a valorização do concurso público dos anos 1930 em diante entram nessa conta). Além disso, os procedimentos da arquivística, objetivados em manuais, reproduzidos em sala de aula, têm um efeito uniformizante do material expressivo da existência social das classes dirigentes. Replicados os critérios de arranjo e rearranjo de documentos, é como se as pessoas sob cujos

10 Ibid.

11 Refiro-me aos trabalhos de Fraiz, Nedel e Heymann já citados na nota 17.

12 Ver VENANCIO, op. cit., e, sobretudo, SANTOS, Paulo Roberto Elian. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, A. A. da Cunha; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (orgs.). *História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Assoc. dos Arquivistas Brasileiros, 2014, pp. 17-48.

nomes se organizam determinados acervos – os titulares, para empregar o jargão – fossem todos igualmente cidadãos: se seus arquivos não resultam iguais, eles ao menos terão garantido um tratamento igualitário por parte das leis da arquivística... (abstraio deliberadamente as divisões no campo da arquivística, o que não afeta o meu argumento). Enfim, estamos muito longe dos dispositivos de distinção observados por Regina Abreu na coleção Miguel de Calmon.

“Arquivos pessoais”, afinal, “são arquivos”, como observou a Professora Ana Maria Camargo desde o título de um artigo seu de 2009.¹³ Nada a objetar. O problema que eu gostaria de levantar em seguida, a propósito dos guias do acervo que mencionei no início, já não diz respeito ao estatuto do arquivo, mas à sua qualidade de “pessoal”. Ou melhor: eu gostaria de tentar entender que espécie de “pessoa” política um arquivo projeta.

44



Uma depuração categorial

A definição do que seja um “arquivo pessoal” está contida no verbete genérico de arquivo do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* do Arquivo Nacional: “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”.¹⁴ O CPDOC, em seu site, é mais específico: arquivos pessoais “são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas”.¹⁵

Embora eu compreenda a operacionalidade arquivística de tais definições, minha curiosidade como historiador incide sobre a forma de lidar com o estatuto da entidade acumuladora, ou seja, com a definição da *pessoa* à qual a documentação diz respeito. Sem prejuízo do caráter “republicano” dos arquivos pessoais, coexistem ali um princípio e um efeito de sacralização do indivíduo na constituição de seu fundo particular com amparo institucional. À primeira vista, a inscrição de um conjunto documental heterogêneo sob uma categoria como “Tancredo Neves”, por exemplo, opera um recorte das atividades políticas que se ajusta facilmente à voga de reduzir as forças atuantes no mundo político às ações isoladas de alguns notáveis. Olhando mais de perto, contudo, parece-me que o expediente de personificação do titular

13 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, 2009, pp. 26-39.

14 *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, op. cit.

15 <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais> (última consulta em 17 de abril de 2018).

atualizado nos guias de acervo permite uma relativização da noção de indivíduo em política.

Tomemos como exemplo inicialmente o caso do guia de acervo de Tancredo (1910-1985), elaborado pelo CPDOC. O catálogo reúne itens que vão além da vida biológica do titular. Uma série *post-mortem* reúne documentos de natureza diversa enviados a Dona Risoleta por ocasião do falecimento do presidente. Não é um caso único. Inúmeros catálogos dos dois arquivos cujo material consultei contêm homenagens póstumas. Para citar o arquivo de outra figura de peso da política brasileira do século XX: uma série com homenagens póstumas também se apresenta preservadas no arquivo de Adhemar de Barros (1901-1909). É como se a existência de Tancredo Neves ou de qualquer outro político se espraiasse para além de sua vida biológica, dizendo respeito antes de tudo a uma coletividade – a família doadora da e representada pela documentação – em cujo seio a trajetória do personagem foi desenvolvida.

Parece estar em jogo a expressão de uma sobrevivência da pessoa do político como entidade moral em seu arquivo pessoal. Por isso, ao me referir à republicanização da memória das classes dirigentes representadas e levadas a cabo pelos arquivos pessoais, eu não falei em “modernização”, um termo valorativo que não raro nos oculta as boas questões. Porque talvez com os arquivos pessoais de políticos nós a rigor estejamos diante de uma modalidade distinta daquilo que Regina Abreu chamou de “a fabricação do imortal”. Se o arquivo pessoal é uma forma republicana de rememoração, isto não impede que na sua composição pela família se retenham as marcas dos interesses e dos valores do universo social no qual a documentação foi gerada.¹⁶ Assim, morre o corpo do indivíduo biológico, mas sobrevive sua *honra* da pessoa política. Talvez estivesse isso em jogo, mais do que mera idiossincrasia, no zelo com que Alzira Vargas cuidou do arquivo do pai (algo estudado no excelente trabalho de Leticia Nedel), controlando o acesso a ele, negociando as interpretações que dele se fariam antes que ele fosse transformado em um arquivo do CPDOC. Talvez ela agisse em nome da existência efetiva de Getúlio como ser dotado de honra (uma honra que recobria outros membros da família Vargas). A constituição da pessoa a que se referem os arquivos pessoais de políticos, além disso, também extrapola eventualmente a vida biológica do indivíduo para trás, para antes do seu nascimento. É o caso do arquivo de Washington Luís (1869-1957) guardado pelo Arquivo do Estado de São Paulo, cujo período de abrangência vai de 1791 a 1947. Eu não tenho elementos para avançar nisso, mas me parece que nesses casos a notação da antiguidade da família é constitutiva da definição mesma da *pessoa* em questão.

16 MICELI, Sergio. Biografia e cooptação (o estado atual das fontes para a história social e política das elites no Brasil). In: Idem. *Intelectuais à brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 345-354.



Tal hipótese se sustenta também na literatura antropológica que tem chamado a atenção para o fato de que a família compõe indissociavelmente a atividade política. Esta indissociabilidade é de tal ordem – a família faz política, e a política também faz a família – que Jorge Villela descreveu recentemente como a invocação de parentes mortos integra as estratégias eleitorais e imprime direção à história política de alguns municípios do sertão de Pernambuco.¹⁷ De seu trabalho se pode depreender que a arrumação dos arquivos pessoais de políticos, tanto no CPDOC quanto no Arquivo do Estado de S. Paulo, produz determinados enquadramentos a respeito do que seja política que não coincidem com o modo como o próprio titular concebeu a política. Na racionalização “moderna” do que seja democracia, política e família não se misturam. Assim é que os guias de arquivo diferenciam sistematicamente documentos relativos à vida “privada” e documentos relativo à trajetória política do titular. O arquivo depura a política daquilo que a etnografia mostra estar inextrincavelmente ligada a ela. Podemos encontrar mais evidências disso no trabalho de Leticia Canêdo. A autora nos mostra como a produção de genealogias das famílias mineiras “tradicionais”, a comprovação de seu vínculo com um passado distante, é naquele estado um importante trunfo político.¹⁸ Não é concebível que assuntos por nós reputados como “privados” sejam separáveis de ações propriamente políticas. Note-se, para nos atermos às áreas estudadas por Villela e Canêdo, que no processo eleitoral de 2014, dois dos postulantes tidos por mais competitivos no início do pleito (Eduardo Campos e Aécio Neves) herdaram seus capitais políticos de seus avôs (Tancredo Neves e Miguel Arraes). Não se trata, portanto, de aspecto residual do modo como se faz política e de como se rememora o fazer político no Brasil.¹⁹

Na constituição dos arquivos de políticos, atuam duas forças conceitualmente antagônicas. De um lado, temos aquela que impele a entidade acumuladora e a coletividade em que ela se inscreve. Sua lógica é a da atestação e reiteração da honra da pessoa do titular. De outro, temos a ação dos arquivistas, que tende a ajustar os documentos a formas de classificação do mundo condizentes com esferas de valor nitidamente demarcadas (pela qual a política se distingue da família e o público se separa do privado).

17 VILLELA, Jorge. Os Vivos, os Mortos e a Política no Sertão de Pernambuco. *Revista de História* (USP), n. 173, 2015, pp. 329-358.

18 CANEDO, Leticia. La production généalogique et les modes de transmission d’un capital politique familial dans les Minas Gerais brésilien. *Genèses*, v. 2, n. 31, 1998, pp. 4-28

19 Para um exemplo adicional, veja-se a trajetória política de Fernando Henrique Cardoso, em grande parte viabilizada pelas relações sociais cultivadas no bojo da longa história familiar de envolvimento com a política nacional: GARCIA JR., Afranio. A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 16, n. 1, 2004, pp. 285-300.

Ao assinalar essas lógicas contraditórias, meu objetivo não é pontificar quanto a uma classificação cabível para esses arquivos – são meus colegas arquivistas quem tem a competência para enfrentar tal desafio, que de resto não é nada simples. O fato de arquivos pessoais constituírem ou não conjuntos documentais “orgânicos” (no sentido técnico que se dá a esse termo entre arquivistas) é uma questão normativa que não me ocupa aqui. Apenas chamo atenção para o fato de que existem grades de leitura construídas sucessivamente no processo de acumulação e de organização do arquivo. Isto nos leva a entender o arquivo como material *sociologicamente* sujeito, portanto, a diferentes espécies de “organicidade”, a depender dos princípios orientadores da junção e dissociação de itens documentais, quer dizer, de critérios para o estabelecimento de nexos entre a documentação e as atividades e funções que lhe servem de referência. Se é verdade que a Arquivística procura estabilizar critérios de arranjo documental, ela também é obrigada a se haver com atitudes cambiantes de acumulação e preservação documental que se contrapõem ao instrumental técnico dos arquivistas.²⁰

A constituição de acervos documentais atribuídos a políticos faz parte da “formação do poder no interior das classes dirigentes”.²¹ A ordem que lhes impõe o trabalho do arquivista e do historiador não é capaz de anular isso por completo. É significativo que estejamos a discutir arquivos pessoais de políticos, e não arquivos de família ou arquivos de partidos. Está em jogo uma forma específica de simbolização da atividade política a ser acompanhada de perto pelo historiador e pelo cientista social – mas jamais naturalizada, pura e simplesmente.

Para encerrar, quero evocar a máxima da profissão de historiador de que é preciso “ir ao arquivo”. Talvez seja preciso acrescentar um outro sentido a essa expressão (*acrescentar* – portanto, sem prejuízo do velho sentido que faz da “ida a arquivo” um rito de iniciação para o historiador). “Ir ao arquivo” implicaria também fazer uma história social dos arquivos (e não somente a partir dos arquivos); ou seja, implicaria tomar o próprio arquivo e os experts que o fazem como objeto, e não somente como meio, de conhecimento. E tomar os arquivos e seus profissionais como objeto, ao menos na chave que propus aqui, significa tomá-los como *sujeitos*, isto é, como agentes que ajudam organizar os enunciados

20 Cf., para uma visão diferente das questões abordadas aqui, CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. As autoras argumentariam que eu confundo o trabalho do arquivista com aquele do historiador ao sugerir que o primeiro cumpre um papel interpretativo no trato da documentação. Reitero, contudo, que não me ocupam aqui definições daquilo que um arquivista haveria por bem fazer, mas sim o apontamento das implicações de um encaixe da documentação em categorias que não correspondem propriamente aos sentidos que presidiram a produção dos documentos.

21 MICELI, Sergio, op. cit., p. 348.



do estudo da história, que prescrevem determinados enquadramentos analíticos e proscvem outros; que efetivamente fazem a História antes mesmo que ela se dê por feita.



**Dos meandros da
administração aos
bastidores da sala de aula:
apontamentos sobre o
potencial dos arquivos
institucionais e pessoais
para o estudo da história
das universidades**

*José Francisco Gueffi Campos**

**From the meanders of
administration to the backstage
of classroom: notes on the
potential of institutional and
personal archives for the study
of universities' history**

Resumo

Sem pretensão de interpretar as concepções, os debates e os movimentos de resistência que permearam a implantação, o estabelecimento ou a manutenção do ensino superior, procuramos jogar luz sobre o potencial dos arquivos institucionais e pessoais para o estudo da história das universidades.

Palavras-chave: Arquivos universitários; Arquivos pessoais; História das universidades.

Abstract

Far from interpreting the conceptions, debates and resistances within the establishment and maintenance of the higher education, this paper aims to shed light on the potential of institutional and personal archives to the study of universities' history.

Keywords: University archives; Personal archives; History of the universities.



* Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre (2014) e doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: jfgcampos@eci.ufmg.br.

De saída, uma advertência se faz necessária: escapa aos nossos objetivos a pretensão de engendrar qualquer proposta de interpretação a respeito das concepções, dos debates e das resistências que permearam a implantação, o estabelecimento ou a manutenção do ensino superior no Brasil. Nosso objetivo, aqui, não é outro senão o de jogar alguma luz sobre as possibilidades de estudo da história das universidades a partir de fontes intimamente relacionadas ao exercício de suas atividades finalísticas e aos indivíduos envolvidos nesse processo. Falaremos, portanto, de arquivos. Arquivos de universidades, arquivos de professores e pesquisadores. Estes são os objetos segundo os quais pretendemos orientar a nossa reflexão.

A universidade, como instituição, e o ensino de nível superior, nas suas mais variadas questões, têm figurado na agenda das pesquisas levadas a cabo nos programas de pós-graduação em Educação, História e Ciências Sociais, eivadas dos métodos e enfoques típicos de cada área do conhecimento. Também constituem, há muito, matéria de debate entre intelectuais e formadores de opinião. Não resta dúvida de que a legislação, bem como relatórios de comissões especiais e grupos de trabalho e até mesmo a imprensa têm sido fontes relevantes e já amplamente empregadas na investigação retrospectiva, oferecendo subsídios para a construção de cronologias e de discursos e interpretações a respeito das ideias que plasmaram a criação das universidades em diferentes períodos da história nacional, das sucessivas reformas do ensino e da organização das estruturas institucionais.

Contudo, respostas a estes e outros problemas podem ser articuladas com base em fontes talvez menos frequentadas: os documentos gerados pela própria rotina administrativa das universidades e também aqueles produzidos por professores e pesquisadores ao longo de suas trajetórias acadêmicas.

Arquivos e História

As transformações da prática historiográfica, na esteira da Escola dos *Annales*, levaram o alargamento do espectro de fontes a dimensão quase infinita: “Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele.”¹ Determinaram também, para além do estabelecimento de novos métodos comparativos e de um novo tratamento para a noção de tempo, a emergência de uma erudição calcada na renovação da crítica dos testemunhos. No dizer de Le Goff, o documento não é inocente, nem decorre apenas das escolhas do historiador, “é produzido consciente ou inconscientemente pelas sociedades do passado tanto para impor uma imagem deste passado como para dizer a ‘verdade’”²

1 BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Ed. anotada por Étienne Bloch. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 79.

2 LE GOFF, Jaques. A nova história. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 167.



A noção de documento/monumento – que leva ao entendimento do testemunho como “uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem”³ – continua a inspirar os historiadores, empenhados, por dever de ofício, na desmistificação e desestruturação dos relatos do passado a partir do estudo das condições materiais e sociais que orientaram sua produção e sua persistência ao longo do tempo.

A arquivística, ao ocupar-se da teoria, da metodologia e da prática relativa aos arquivos,⁴ não deixa de refletir sobre sua natureza, suas funções e sobre a especificidade dos documentos que os compõem,⁵ todos eles veículos materiais de uma sorte de dados que, uma vez combinados, articulados e verificados (e nisso reside parte da crítica documental que deveria ser exercitada pelo historiador), permitem a produção da informação ou do conhecimento.

Historiadores e arquivistas se ocupam de documentos,⁶ mas não se deve perder de vista que o fazem por razões diversas e os compreendem de maneiras distintas. Se o interesse de uns recai sobre o conteúdo, aos outros cumpre entendê-los na chave da relação que estabelecem com as atividades das quais são subprodutos, tendo em vista a qualidade essencial dos arquivos, expressa com exemplar clareza pelo arquivista australiano Harold White: registrar “não só as realizações, mas também os processos pelas quais foram efetuadas”.⁷

3 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 538.

4 Segundo a terminologia arquivística, arquivo é o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.” Fundo é o termo utilizado para designar este conjunto de documentos quando, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras instituições. BELLOTTO, Heloisa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, p. 21 e 51.

5 BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivística: princípios, objetos e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2001, p. 5.

6 Se os documentos, em seu sentido mais amplo, podem ser definidos como “todo registro de informação independentemente de seu suporte físico”, abarcando tudo o que pode transmitir o conhecimento humano, o documento arquivístico se caracteriza por ser aquele que “representa a materialização das atividades específicas desenvolvidas por uma instituição a qual, por sua vez, surge para cumprir uma função social igualmente específica.” Ver HEREDIA HERRERA, Antonia. *Archivística general: teoría y práctica*. Sevilla: Diputación Provincial, 1991, p. 121 e MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, María Paz. *La construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: UC3M, 1996, p. 89. Convém, ainda, destacar a refinada crítica à noção de “informação arquivística” empreendida por Heloisa Bellotto: BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 329-344.

7 WHITE, Harold L. Apresentação da edição original. In: SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

No dizer de Luciana Duranti, os documentos são a materialização ou a corporificação dos fatos.⁸ Para Angelika Menne-Haritz, eles são os próprios fatos.⁹ Geoffrey Yeo, embora não fuja muito daquilo que as arquivistas italiana e alemã já haviam enunciado, define-os como representações persistentes de funções, incidentes, eventos e atividades.¹⁰ Os documentos – e, por extensão, os arquivos – não são produzidos por capricho, tampouco são coloridos pela fantasia ou pela imaginação de quem os redige, mas sim “produzidos pelas administrações e pelos indivíduos como resultado de sua vida cotidiana”¹¹ e dotados de estrutura formal e semântica própria (derivada dos ditames do Direito, do sistema jurídico, das rotinas administrativas e, no limite, das práticas que orientam o exercício profissional ou dos usos e costumes dos grupos sociais) que determina sua funcionalidade, define sua tipologia e lhes confere autenticidade.¹²

Os documentos também não são criados com a intenção de atender às expectativas da pesquisa histórica ou às demandas particulares daqueles que, por qualquer outra razão, venham a consultá-los no futuro.¹³ Esta é a base de um de seus principais atributos, a imparcialidade, conceito sofisticado e nem sempre bem compreendido pelos próprios arquivistas. No dizer de Hilary Jenkinson, “a única predição, de fato, relativa aos interesses de pesquisa aos quais os arquivos podem servir é que, com apenas alguma exceção, estes não coincidem com as razões que inspiraram quem os acumulou e preservou.”¹⁴ Em suma, o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem.¹⁵

Material inerte, os arquivos não falam por si sós, como se fossem dotados de vida própria, nem são capazes de promover determinada versão



- 8 DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.
- 9 MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance: 2-3 Sept. 1993*. Stockholm: Riksarkivet, 1994, p. 103-131.
- 10 YEO, Geoffrey. Concepts of Record (I): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, 2007.
- 11 CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 59.
- 12 Segundo Bellotto e Camargo (*op. cit.*, p. 26), um documento é considerado autêntico quando preenche as formalidades necessárias para que se reconheça a sua proveniência, o que nada tem a ver com a veracidade de seu conteúdo.
- 13 CARUCCI, Paola. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983, p.12.
- 14 JENKINSON, Hilary. *A manual of archival administration*. 2. ed. London: Percy Lund & Humphries, 1937, p. 12 (tradução nossa).
- 15 RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento entre la tradición y la renovación*. Madrid: Trea, 2002, p. 143.

dos fatos, como bem notou Ana Maria Camargo em ensaio desafiador.¹⁶ Mas, justamente por constituírem um espelho das rotinas administrativas e das atividades que motivaram a acumulação dos documentos que os compõem, são capazes de oferecer um testemunho *sui generis* a respeito da entidade que os produz, cuja força e densidade não se devem apenas à capacidade interpretativa de quem os lê, mas dependem da compreensão dos documentos na chave de sua organicidade.¹⁷

As universidades e seus arquivos

Como qualquer outra instituição, as universidades também produzem e recebem volume expressivo de documentos, cuja acumulação, progressiva e natural, vai dando forma aos seus arquivos. Fazem parte deste processo de acumulação as etapas que constituem o chamado ciclo vital dos documentos: produção, tramitação e uso, guarda cautelar, avaliação e destinação final.¹⁸ Ao longo desta trajetória, muitos documentos serão eliminados e tantos outros recolhidos aos chamados arquivos permanentes,¹⁹ onde poderão revestir função social mais ampla, assumindo a condição de *testemunhos* indiretos da vida dos indivíduos, das práticas administrativas e da trajetória dos grupos sociais, sem que com isso deixem de ostentar a condição instrumental e probatória que lhes é congênita, derivada da finalidade prática que presidiu sua produção, fator em que reside sua capacidade especular.

As universidades são organizações complexas, cujas atividades se baseiam, em linhas gerais, nas funções de ensino, pesquisa e extensão. Analisando o contexto universitário norte-americano, Helen Samuels observa que essas três funções podem muito bem descrever as instituições dos séculos XIX e XX, mas refletem de maneira insuficiente a multiplicidade



16 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 13.

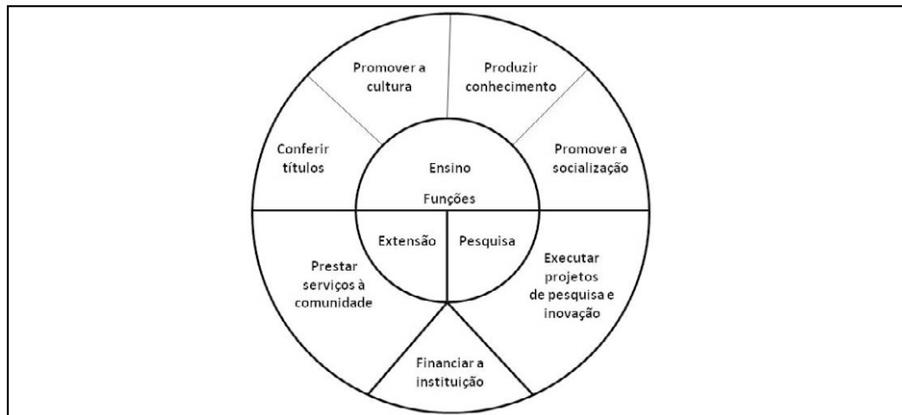
17 “Qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas.” BELLOTTO; CAMARGO, *op. cit.*, p. 65.

18 Sobre a teoria do ciclo vital, também chamada de teoria das três idades dos documentos de arquivo, ver BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Da administração à história: ciclo vital dos documentos e função arquivística. In: *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 23-34.

19 Seria ingênuo supor a possibilidade de se preservar todos os documentos produzidos e/ou recebidos por uma entidade, especialmente aquelas de feições mais complexas, como os órgãos da administração pública. Igualmente ingênuo seria imaginar que aquilo que se elimina se “perde da história”. Sobre as teorias e critérios da avaliação dos documentos de arquivo, vale examinar SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 179-229 e TRACE, Ciaran B. On or off the record? Notions of value in the archive. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, p. 47-68.

de atividades que caracterizam as universidades contemporâneas,²⁰ representadas no seguinte diagrama.

Figura 1 – Funções da universidade



Fonte: adaptado e traduzido de Samuels (*op. cit.*)

Cada uma destas funções pode se desdobrar em subfunções, das quais derivam dezenas de atividades cuja realização demanda o cumprimento de inúmeras tarefas segundo procedimentos determinados, cada qual dando origem a uma quantidade significativa de documentos,²¹ os quais podem subsidiar pesquisas sobre os mais variados temas e orientadas por múltiplos enfoques. Tomemos, à guisa de exemplo, apenas a função de ensino, executada no nível da graduação. O que os arquivos das universidades podem nos dizer sobre ela?

Os quadros a seguir, elaborados a partir das tabelas de temporalidade e destinação de documentos²² da Universidade de São Paulo (USP) e das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), procuram ilustrar o potencial informativo dos arquivos universitários, mostrando, no primeiro caso, as atividades e as séries documentais delas derivadas e, no outro, os “assuntos” segundo os quais são classificados os documentos preservados em caráter permanente, respeitando-se a lógica de elaboração de cada instrumento de gestão documental.²³

20 SAMUELS, Helen Willa. *Varsity letters: documenting modern colleges and universities*. Lanham, London: Society of American Archivists, Scarecrow Press, 1998, p. 20.

21 Apenas na Universidade de São Paulo foram abertos, em 2017, 127.883 processos e protocolos, segundo nos informou, sob consulta, o Arquivo Geral da USP.

22 “Instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos.” BELLOTTO; CAMARGO, *op. cit.*, p. 78.

23 Não cabe, aqui, discutir os métodos de classificação documental. Entretanto, convém notar que, ao contrário do que ocorre nas bibliotecas, os documentos de arquivo devem ser preferencialmente classificados por funções e atividades e não por temas ou assuntos.

Quadro 1 – Documentos de guarda permanente relativos à função “ensino” (graduação) na USP

Estrutura e competência	Atividades	Documentos preservados em caráter permanente
Congregação (Deliberação sobre as atividades da unidade)	Propor ao Conselho de Graduação a estrutura curricular, os programas de disciplinas, a criação de cursos de graduação; deliberar sobre renovação contratual e demissão de docentes, equivalência de diplomas de graduação	Relatórios
Comissão de Graduação (Coordenação das atividades de Graduação no âmbito das Unidades)	Coordenar a análise do funcionamento dos cursos de graduação; aprovar programas de ensino; propor à Congregação a estrutura curricular bem como a criação, modificação ou extinção de cursos	Atas de reunião, instruções normativas, relatórios de avaliação, programas de ensino, pareceres, processos de estrutura curricular, processos de criação, modificação ou extinção de cursos, resoluções, processos de transferência, processos de reativação de matrícula, editais, instruções internas.
Comissão de Coordenação de Cursos (Apoio à Comissão de Graduação no que se refere a cursos)	Analisar propostas de ordenação hierarquizada das disciplinas; analisar a pertinência do conteúdo programático	Atas de reunião, propostas de estrutura de curricular, pareceres.
Assistência Técnica Acadêmica (Supervisão e coordenação das atividades de expediente de alunos nos cursos de Graduação)	Orientar a confecção dos catálogos de cursos de graduação; montar a estrutura curricular dos cursos de graduação; controlar a apresentação de trabalhos de conclusão de curso	Catálogos de graduação, processos de estrutura curricular, regulamentos, regimentos, trabalhos de graduação.
Serviço de Graduação (Assistência à Câmara de Graduação e à Câmara Curricular)	Planejar normas e instruir processos em questões curriculares, planejar o catálogo dos cursos de graduação, elaborar o calendário escolar	Despachos, relatórios, informações, currículos de curso, catálogos, calendários escolares, processos de registro de diploma.
Conselho Departamental (Supervisão do funcionamento do Departamento)	Propor anualmente a estrutura curricular das disciplinas de graduação, manifestar-se à Comissão de Graduação sobre o número de vagas e a estrutura curricular e quanto à criação, modificação e extinção de cursos	Programas de ensino, ementas de disciplinas, relatórios anuais de atividades, pareceres, atas de reunião, resoluções.

Continuação

Comissão Departamental de Graduação (Assistência, em nível departamental, à Comissão de Graduação e aos Conselhos Departamentais)	Propor a estrutura curricular e o quadro das disciplinas de graduação com todas as especificidades devidas, apresentar informações e análises sobre problemas curriculares	Curriculum-vitae dos cursos, quadros de disciplinas, estudos sobre problemas curriculares
Chefia Departamental (Ensino de graduação e de pós-graduação, execução de pesquisa e de atividades de extensão)	Ministrar por docentes autorizados o ensino de disciplinas	Estruturas curriculares, programas de ensino.

Fonte: adaptado da Tabela de Temporalidade dos Documentos da Universidade de São Paulo²⁴



Quadro 2 – “Assuntos” relativos ao ensino (graduação) cujos documentos resultantes são de guarda permanente nas IFES

Classe ou subclasse	“Assuntos” cujos documentos resultantes são de guarda permanente
Ensino Superior	Normatização, regulamentação
Concepção, organização e funcionamento dos cursos de graduação	Projeto pedagógico, criação de cursos, conversão de cursos, desativação de cursos, extinção de cursos
Planejamento e organização curricular	Estrutura do currículo (grade ou matriz curricular), reformulação curricular, disciplinas: programas didáticos, atividades complementares
Planejamento da atividade acadêmica	Calendário acadêmico, agenda acadêmica, guia do calouro, guia do estudante, manual do estudante, termo ou ata de colação de grau

Fonte: adaptado da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Arquivísticos das IFES²⁵

- 24 SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Tabela de temporalidade dos documentos da Universidade de São Paulo. São Paulo, outubro de 1997. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/02/tabela.pdf>>. Acesso: 17 jan. 2018.
- 25 SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinao.pdf>. Acesso: 17 jan. 2018.

Evidentemente, os quadros acima, por serem fruto de recorte muito específico, não dão conta de refletir a totalidade das atividades ligadas à função de ensino, que se manifesta, para além da graduação, na pós-graduação e na extensão universitária, atingindo diversas divisões da estrutura organizacional das instituições de ensino superior. Entretanto, permitem vislumbrar, mesmo que de maneira fragmentária, o potencial informativo dos arquivos das universidades, cujos documentos testemunham, pela óptica da instituição que os acumulou, as atividades das quais se originaram.

Para além da administração: arquivos de professores

Se os arquivos de natureza institucional, gerados por força das atividades administrativas, são capazes de documentar as atividades ligadas à função do ensino no que tange às estruturas curriculares, ao conteúdo programático das disciplinas, ao funcionamento dos cursos e ao planeamento da atividade acadêmica, não permitem, é bem verdade, compreender o ensino por um de seus vieses mais interessantes: o do fazer docente. Eivados das limitações impostas por sua natureza, os arquivos das instituições de ensino superior dão conta de testemunhar os resultados das atividades, as decisões tomadas, mas não a sucessão de estágios e operações que constituem o ato de ensinar e construir o conhecimento.

É nos arquivos pessoais, estranhos à administração das universidades e que, por isso mesmo, ainda não figuram de maneira ostensiva na pauta de suas políticas de preservação de acervos, que se encontram as fontes capazes de revelar, com mais ou menos lacunas, as atividades de docência e de pesquisa como processos em desenvolvimento, evidenciando os movimentos de aproximação e distanciamento entre uma e outra, as funções administrativas desempenhadas pelos docentes e os eventos que constituem suas trajetórias no interior do quadro funcional da universidade. Tais arquivos podem também comportar documentos relativos à identificação civil e funcional dos professores e ao seu percurso de formação em diferentes níveis, além de vestígios de relações sociais, familiares e afetivas, cuja ligação direta com o exercício profissional nem sempre pode ser facilmente estabelecida.²⁶

26 Gerald Geison demonstra como os documentos considerados de caráter essencialmente pessoal e privado podem subsidiar abordagens mais complexas de uma trajetória de vida e o estudo da gênese das descobertas científicas. Bertrand Müller, por seu turno, extraiu da correspondência entre Marc Bloch e Lucien Febvre um testemunho singular a respeito da história da revista dos *Annales*. Ver GEISON, Gerald. *A ciência particular de Louis Pasteur*. Rio de Janeiro: Contracapa, Fiocruz, 2002 e BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. *Correspondance. Tome I: La naissance des Annales, 1923-1933*. (Édition établie, présentée et annotée par Bertrand Müller) Paris: Fayard, 1994.



Esta percepção, no ensejo das comemorações do 80^o aniversário da Universidade de São Paulo em 2014, levou à condução de dois projetos de pesquisa – um deles desenvolvido em nível de mestrado²⁷ e outro dotado de caráter institucional, coordenado pelo Arquivo Geral da USP²⁸ – com o objetivo de mapear a existência de arquivos pessoais de professores (aposentados ou falecidos) e caracterizar as condições sob as quais se dava a sua preservação no ambiente institucional.²⁹

Embora o espaço não nos permita debater o conceito de arquivo pessoal – e nem seja este propriamente o nosso interesse, tendo em vista que já o fizemos em outras oportunidades – convém deixar claro que se trata do conjunto dos documentos acumulados por um indivíduo ao longo de sua vida, em razão do cumprimento de suas atividades rotineiras, dos eventos de que participou, dos papéis sociais que desempenhou e em função de suas relações familiares e sociais e de suas áreas de interesse. Partilhamos do entendimento de Ana Maria de Almeida Camargo quando (re)afirma que “arquivos pessoais são arquivos”.³⁰ Sob nenhuma circunstância este objeto se confunde com os conjuntos de documentos *sobre* os professores e pesquisadores acumulados pela administração universitária.

A preocupação de evidenciar o potencial de tais arquivos como fontes relevantes para o estudo da história, sob um ponto de vista diverso e como dispositivos significativos para a construção da memória institucional, levou à identificação sumária dos documentos que os compunham, distribuídos em categorias contextuais previamente estabelecidas (docência e pesquisa, gestão, formação, carreira e outros documentos), num exercício de classificação genérica das áreas de ação de seus titulares, dedicando

27 A pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, entre fevereiro de 2012 e junho de 2014, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

28 Intitulado “Por uma política de preservação da memória da docência e da pesquisa na USP”, contou com financiamento da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e foi coordenado por Lillian Miranda Bezerra. O trabalho de campo, no âmbito deste projeto, foi realizado entre março e agosto de 2013 e compreendeu visitas a 26 unidades localizadas na Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (*campus* do Butantã).

29 Um relato da condução destes projetos pode ser encontrado em CAMPOS, José Francisco Guelfi; BEZERRA, Lillian Miranda. Entre a sala de aula e o laboratório: os arquivos pessoais de professores e a memória da Universidade de São Paulo. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 223-244. Já para uma análise mais alentada e para o diagnóstico da realidade observada, ver CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014, 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

30 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.



especial atenção àquelas relacionadas com o trabalho que desenvolveram na universidade.

Tendo em vista as atribuições do cargo de professor do magistério superior, assumimos, para efeitos desta classificação, a articulação entre docência e pesquisa, considerando-as como funções desenvolvidas num mesmo plano, não propensas, portanto, à subordinação de uma à outra, e consideramos também os deveres funcionais previstos no estatuto dos servidores da USP para decompor cada área de ação em subcategorias contextuais indicativas das atividades que as constituem. A função “docência e pesquisa” foi, assim, desdobrada em 14 subcategorias, representativas das atividades implicadas em sua consecução.

Quadro 3 – Atividades que compõem a função “docência e pesquisa”

Área de ação	Atividades
Docência e pesquisa	<p>Propor e ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação</p> <p>Prestar assessoria a instituições de fomento à pesquisa, periódicos e comissões editoriais</p> <p>Propor a criação ou alteração de estrutura curricular de cursos de graduação e programas de pós-graduação</p> <p>Orientar pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação</p> <p>Participar como avaliador em bancas e concursos</p> <p>Proferir palestras ou ministrar cursos especiais em outras instituições</p> <p>Executar pesquisas</p> <p>Participar de congressos e reuniões científicas e/ou organizá-los</p> <p>Vincular-se a associações científicas ou entidades de representação de classe</p> <p>Relacionar-se com os pares</p> <p>Divulgar a ciência e resultados de pesquisa</p> <p>Prestar consultoria a órgãos públicos ou privados</p> <p>Receber homenagens, prêmios e distinções</p>

Fonte: adaptado de Campos, op.cit., p. 74.

O mapeamento, realizado por meio de trabalho de campo em 49 unidades da USP (faculdades, institutos, bibliotecas, museus e centros de memória) localizadas em oito cidades do Estado de São Paulo, resultou na identificação de 280 conjuntos documentais, entre fundos, parcelas de fundos e coleções, distribuídos em 37 unidades, perfazendo o total de 1.468 metros lineares de documentos, aos quais se somam ainda 37 pastas



e 87.584 unidades documentais.³¹ À época da pesquisa, 106 dos 280 acervos não estavam organizados; entre aqueles já organizados ou cujo processamento técnico se encontrava em andamento, 177 dispunham de pelo menos um tipo de instrumento de pesquisa (banco de dados, catálogo, guia, inventário ou listagem preliminar) que possibilitasse a recuperação dos documentos.³²

As fichas de identificação dos conjuntos documentais, preenchidas durante o trabalho de campo no âmbito dos dois projetos, encontram-se disponíveis no banco de dados *Docere*, mantido pelo Arquivo Geral da Universidade de São Paulo.³³ Nelas constam, para além da identificação do titular do acervo, a descrição sumária do conteúdo (atividades e espécies documentais), estágio de organização, instrumentos de pesquisa existentes, localização e condições de acesso. Apesar da informalidade que caracteriza a custódia de muitos destes acervos, 169 encontravam-se abertos ao público.

Os quadros abaixo procuram demonstrar a expressividade do conjunto dos acervos identificados, segundo as funções representadas nos arquivos de professores e as atividades específicas ligadas ao ensino e à pesquisa.

Quadro 4 – Conjuntos documentais segundo as áreas de ação

Área de ação	Quantidade de conjuntos documentais
Docência e pesquisa	278
Gestão institucional	67
Formação	84
Carreira	88

Fonte: Banco de dados *Docere*

31 Não foi possível adotar um padrão único de mensuração, tendo em vista a necessidade de reaproveitar os dados existentes para os acervos já organizados, quantificados originalmente pelo número de pastas ou de unidades documentais. Os conjuntos não organizados foram medidos em metros lineares, segundo o procedimento convencionado pela prática arquivística.

32 CAMPOS, *op. cit.* p. 145.

33 ARQUIVO GERAL DA USP. Projeto Memória Docente. Banco *Docere*. Disponível em: <<http://sites.usp.br/projetomemoria/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.



Quadro 5 – Conjuntos documentais segundo as atividades ligadas à função “docência e pesquisa”

Atividade	Quantidade de conjuntos documentais
Propor e ministrar disciplinas de graduação e pós-graduação	249
Prestar assessoria a instituições de fomento à pesquisa, periódicos e comissões editoriais	40
Propor a criação ou alteração de estrutura curricular de cursos de graduação e programas de pós-graduação	32
Orientar pesquisas de alunos de graduação e pós-graduação	73
Participar como avaliador em bancas e concursos	78
Proferir palestras ou ministrar cursos especiais em outras instituições	31
Executar pesquisas	256
Solicitar apoio para a pesquisa	35
Participar de congressos e reuniões científicas e/ou organizá-los	116
Vincular-se a associações científicas ou entidades de representação de classe	60
Relacionar-se com os pares	75
Divulgar a ciência e resultados de pesquisa	99
Prestar consultoria a órgãos públicos ou privados	30
Receber homenagens, prêmios e distinções	73

Fonte: Banco de dados *Docere*

A pouca divulgação, somada à falta de recursos e de reconhecimento institucional que já pode ter levado à descontinuação de parte das iniciativas de preservação documental identificadas durante a condução dos dois projetos de pesquisa, tem contribuído de forma sensível para o ofuscamento de um manancial rico – e ainda muito pouco explorado – de fontes para a pesquisa sobre temas ligados à trajetória da instituição e das pessoas que contribuíram para o seu funcionamento.

À guisa de conclusão

A história das universidades e os problemas do ensino superior podem ser considerados sob as mais variadas perspectivas. Os arquivos das instituições de ensino e de seus professores e pesquisadores constituem apenas uma parcela do vasto leque de fontes que permitem explorá-los e interpretá-los. Conjuntos orgânicos, constituídos por força do caráter necessário, instrumental e probatório de que se revestem os documentos que os compõem, os arquivos refletem a estrutura organizacional, as funções, as atividades e, às vezes, os aspectos mais íntimos da entidade que os acumulou.



Cabe aqui uma analogia àquilo que percebeu Jean-Norton Cru³⁴ ao debruçar-se sobre os testemunhos de combatentes de guerra: só os documentos institucionais e oficiais, aqueles produzidos pelas universidades – e também pelas instituições de tutela do ensino e da pesquisa (ministérios, secretarias, agências de fomento) – permitem conceber o conjunto, tratar do geral, sem o que não poderia haver história. Este geral, entretanto, é constituído por uma multidão de fatos particulares, e explorá-lo sem também olhar para seus agentes – professores, pesquisadores, alunos – resultaria em não muito mais que um quadro distorcido ou incompleto da realidade.

O fato de serem os documentos de arquivo imparciais com relação aos seus usos futuros não implica, de forma alguma, que as mensagens que transmitem explícita e implicitamente sejam isentas ou verdadeiras. É no exercício desta dupla compreensão que o historiador deve lastrear o seu ofício. Se lhe cabe, por um lado, compreender o documento em relação ao complexo das condições materiais e sociais em que ele se enquadra, de modo a operar mesmo no nível do subtexto, por outro, compete-lhe também entendê-lo em função de seu contexto originário, uma espécie de circuito fechado entre o documento e o imperativo que determina sua gênese. Neste ponto, não apenas a teoria arquivística como também a Diplomática têm muito a contribuir na mediação que se estabelece quando o historiador entra em contato com suas fontes.



34 CRU, Jean-Norton. *Témoins. Essai d'analyse et de critique des souvenirs de combattants édités en français de 1915 à 1928*. 2 ed. Nancy: Presses Universitaires, 1993.

Preservação e organização documental: O Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação – Cemdap

Joaquim Tavares da Conceição*
Maria Magna Correia Menezes Nogueira**

Preservation and documentary organization: The Documentation and Memory Research Center of the Application College - Cemdap

Resumo

Este artigo apresenta resultados da execução de projetos que tiveram como objetivo a organização de um conjunto de documentos permanentes do Colégio de Aplicação da UFS. Além da salvaguarda de documentos, a execução dos projetos resultou na criação do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), espaço, onde parte da documentação se encontra disponível para consulta, além de contar com uma coleção de objetos da cultura material escolar, material bibliográfico, dentre outros conteúdos. O acervo histórico escolar, reunido e preservado, além do próprio Centro de Memória, tem propiciado o desenvolvimento de pesquisas, e, se constituiu como uma estratégia importante para o desenvolvimento do trabalho educacional voltado da própria Universidade.

Palavras-chave: Centro de memória; Colégio de Aplicação; Preservação documental.

Abstract

This article presents results of the project's execution that had as purpose the organization of a set of permanent documents from Application College (UFS). In addition to the document's, safeguard, the execution of the projects resulted in the Memory Research Center of the Application College (Cemdap) a place where some documentation is available for consult, as well as a collection of objects from the culture school and bibliographic supplies, among others. The historical school collection, accumulated and preserved, besides the memory center itself, has been furthering a research development and it consists in an important strategy for the educational work development focused on the school cultural heritage valorization and on the own University.

Keywords: Memory center; College of Application; Documentary preservation.

* Doutor em História, professor da Universidade Federal de Sergipe, com atuação no Colégio de Aplicação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Mestrado Profissional em Ensino de História. Líder do GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED) e coordenador do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap).

** Graduanda em História (UFS), bolsista PIBIC/COPES/UFS (2016-2017) e PIBIC/CNPq/UFS (2017-2018), em projetos de pesquisa vinculados ao Cemdap.



Introdução

Este artigo apresenta ações e resultados de projetos¹ que tiveram como objetivo a organização de um acervo de documentos produzidos nos anos de existência do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP-UFS). Os objetivos dos projetos giraram em torno das ações de identificar locais de guarda de documentação permanente; separar e classificar os documentos e a organização física em pacotilhas. No decorrer dessas ações também foram coletadas informações a respeito da história da Instituição e a reunião de objetos da cultura material.

Como resultado das ações de salvaguarda documental foi criado o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap) com a designação de uma sala específica no prédio escolar para funcionamento, onde a documentação se encontra acondicionada em pacotilhas, além de contar com uma coleção de objetos da cultura material, dentre outros materiais.

Os documentos permanentes ou históricos, conjuntos documentais custodiados em caráter definitivo em função do seu valor histórico e científico² e objetos da cultura material escolar³, reunidos no Cemdap, têm permitido o levantamento de questionamentos e a produção de compreensões a respeito das funções, atividades, sujeitos da ação educativa, dentre outros aspectos da história e cultura escolar do Codap-UFS. Nesse sentido, podem ser citadas dissertações de mestrado defendidas no ano de 2016 no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha História da Educação, a saber: “*Flagrando a Vida*”: *Trajetória de Lígia Pina. Professora, literata e acadêmica (1925-2014)*, de José Genivaldo Martires e *A Educação Física e o Colégio de Aplicação da UFS: Um olhar para sua organização curricular a partir da sua trajetória histórica*, produzida por Mariza Alves Guimarães.

O Cemdap também tem proporcionado o desenvolvimento de atividades de ensino, sobretudo de educação patrimonial, e iniciação de atividades de pesquisa com alunos da educação básica e de cursos de graduação.



- 1 *Constituição de acervo documental do Colégio de Aplicação: Organização de documentação escolar permanente*, desenvolvida no período de 2013 a 2015, que contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (FAPITEC/SE/CNPq/ PIBICJr e PIBIC/COPEs/UFS)
- 2 BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- 3 FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-prosições*, v. 16, p. 87- 102, jan./abr. 2005.

Importância da preservação de documental escolar

O debate a respeito da preservação da documentação escolar é imprescindível, sobretudo, levando em conta os relatos e/ou diagnósticos do estado de precariedade como são encontradas a documentação escolar e os locais inadequados onde são acondicionados⁴. Comumente, o que se preserva no denominado “arquivo escolar” é a documentação comprobatória da vida escolar individual dos alunos, dossiê escolar, ou de questões funcionais de professores e funcionários. Muitos outros documentos e objetos da cultura material, especialmente importantes para a escrita da história e para o patrimônio escolar, acabam sendo relegados e até mesmo descartados sem critérios que garantam fontes para a preservação da memória e mesmo do patrimônio cultural de instituições escolares⁵. Portanto, é necessário que a comunidade escolar tenha consciência da importância das ações de preservação para evitar descartes sem controle, o amontoamento, misturas e empilhamentos sem sistematização dos documentos.

Os materiais resultantes de ações de preservação de acervos documentais de escolares têm permitido o levantamento de questionamentos e a produção de compreensões a respeito das funções, atividades, sujeitos da ação educativa, dentre outros aspectos da história e cultura escolar de diversas instituições educativas⁶. Assim, impulsionada pela existência e preservação de uma massa documental produzida nessas instituições as pesquisas têm sido bastante frutíferas com a produção de artigos em periódicos, livros, anais de eventos e atividades pedagógicas de educação patrimonial.

A pesquisa que toma como objeto de pesquisa o arquivo escolar e sua documentação pode, igualmente, estimular estudantes para a iniciação a atividades de pesquisa histórica na proposta de descobrir sobre a me-

4 RIBEIRO, M. V. T. Os arquivos das escolas. In: NUNES, C. (org.). *Guia preliminar de fontes para a História da Educação brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1992. p. 47-64.

5 É importante destacar que, a despeito de uma certa cultura do descarte das “coisas velhas”, em diversos estados do Brasil podemos encontrar a concretização de centros, arquivos, memoriais organizados por pesquisadores com o intuito de preservar e tornar acessível a documentação histórica produzida em instituições educacionais. Em Sergipe pode ser citado o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. ALVES, E. M. S. OLIVEIRA, J. P. G. TELES, I. P. “O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: Contribuições para a História da Educação”. In: *Revista da FAPES*. v.4, n. 1, p. 79-88, jan./jun. 2008.

6 Consultar, entre outros, os seguintes trabalhos: MENEZES, M. C. Escrever os documentos – construir o inventário – preservar a cultura material escolar. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 93-116, jan./abr. 2011. VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. (2005). In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. (pp. 3-30). Campinas, SP: Autores Associados.



mória da escola e atividades pedagógicas ligadas ao ensino de história⁷ e desenvolvimento de atividades interdisciplinares. Nesse sentido, as atividades com a documentação do acervo escolar:

[...] bem como a pesquisa e o registro da história da escola, além de terem o objetivo primeiro da preservação da memória e do nosso patrimônio cultural, podem proporcionar aos alunos situações para exercícios tais como: observar, separar, contar, medir, classificar, catalogar, comparar, descrever, higienizar, restaurar, acondicionar, elaborar cadastros, tabelas, relatórios, etc, atividades que fazem parte das abordagens científicas e podem ser apropriadas, segundo sua natureza, pelas diferentes disciplinas do currículo.⁸

A partir dessas considerações se colocou em execução projetos de salvaguarda de documentos de caráter permanente ou históricos do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe.

66



Acões de salvaguarda documental no Colégio de Aplicação

O modelo escolar denominado “colégio de aplicação” foi criado para funcionar junto às Faculdades de Filosofia para que servisse como espaço de desenvolvimento de práticas docentes dos futuros licenciados⁹. Diante disso, foram criados ginásios de aplicação anexos às faculdades e, à medida que recebiam autorização para oferecer o segundo ciclo do ensino secundário¹⁰, passaram a ser denominados “colégio de aplicação”.

Então, a origem do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe está relacionada com a existência da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, fundada no ano de 1950, com o objetivo de formar professores para atuarem no ensino secundário e normal¹¹. No ano de 1959, para contribuir com esses objetivos, foi fundado o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, criado pela So-

7 CONCEIÇÃO, J. T. Centro de pesquisa documentação e memória no espaço escolar e possibilidades para o ensino de História. *Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, jul./dez. 2016, pp. 1-9.

8 BAEZA, T. M. M. *Manual de trabalho em arquivos escolares*. São Paulo: IMESP, 2003, p. 6.

9 BRASIL, Decreto-Lei nº 9.053 de 12 de março de 1946. Determinava a obrigatoriedade do funcionamento de estabelecimentos de ensino, anexos às Faculdades de Filosofia, 1946.

10 No período de criação dos primeiros ginásios de aplicação, o ensino secundário era organizado em dois ciclos: ginásial e colegial. BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. *Lei orgânica do ensino secundário*. Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942.

11 OLIVEIRA, J. P. G. *A formação do professor de História da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe: entre disciplina, docentes e conteúdos (1951-1962)*. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

cidade Sergipana de Cultura, com a finalidade de servir de apoio às práticas didáticas e pedagógicas, por meio de estágios de graduandos da mesma faculdade.

Em 1968, com a criação da Universidade Federal de Sergipe, a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação que dela era parte integrante, foram incorporados pela Universidade, passando a fazer parte da estrutura organizacional da universidade. Inserido na Universidade o Colégio de Aplicação permaneceu servindo como campo para a execução de estágios para os alunos dos cursos de licenciaturas. No ano de 1981, o Colégio de Aplicação passou a funcionar na Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, instalado em salas do pavimento superior do prédio denominado de Didática III e, a partir do ano de 1995, passou a funcionar em prédio originalmente construído para o seu funcionamento.

No decorrer da trajetória do Colégio de Aplicação, marcada por mudanças de denominação, de local de funcionamento e de desempenho de diferentes atividades, foram produzidos diversos documentos e/ou objetos da cultura material, aqueles que sobreviveram, encontravam-se acumulados em armários, sem uma organização e higienização que permitisse uma adequada preservação e consulta de forma racionalizada. Com as ações de salvaguarda foi proposta a higienização e organização desses documentos com a elaboração de fichas informativas e acondicionamento em pacotilhas identificadas e/ou numeradas buscando facilitar consultas ao acervo.

Essas ações resultaram na organização de 120 pacotilhas contendo uma grande variedade de espécies e tipos documentais¹². Deste modo, o *corpus* documental reunido é formado, dentre outros, por livros manuscritos, projetos pedagógicos, legislação e regimento escolar, cadernos de memórias, anais de encontros, fotografias diversas, plantas arquitetônicas e outros tipos de documentais oriundos de diversas ações e/ou atividades escolares.

Em sequência o quadro apresenta uma relação, para efeito ilustrativo, de pacotilhas confeccionadas e uma descrição provisória dos documentos inseridos em cada uma delas.

12 CONCEIÇÃO, J. T. Preservação e organização de documentos permanentes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. In. *Anais do XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Comunicações individuais. Porto (Portugal). Universidade do Porto. 2016, p. 1-11.



Quadro 1: Relação de pacotilhas de documentação permanente (Histórica) do Colégio de Aplicação da UFS

Número da Pacotilha	Descrição Documental
Pacotilha 01	Atas de resultados finais do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – Livro (1960-1985)
Pacotilha 02	Atas de prova oral do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – Livro (1960-1964)
Pacotilha 03	Atas das reuniões / Inscrições para exames de seleção para a 5ª série a partir do ano de 1985 – Livro (1960-1988)
Pacotilha 04	Registros de inscrição dos candidatos aos exames de admissão – Livro (1960-1984)
Pacotilha 05	Atas de provas parciais para o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – Livro (1960-1984)
Pacotilha 06	Registro de atas dos Exames de 2ª Época – Livro (1961-1964) – Livro
Pacotilha 07	Registro de matrículas da 2ª Série do 2º Grau – Livro (1978-1985) – Livro
Pacotilha 08	Livro de matrícula da 2ª Série do 2º Grau – Livro (1978-1985) – Livro
Pacotilha 09	Livro de registro de matrícula da 7ª série do 1º grau do Colégio de Aplicação-CODAP/UFS – Livro (1984)
Pacotilha 10	Livro de registro de matrícula da 7ª série do 1º grau CODAP/UFS – Livro

Fonte: Acervo do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap)

Em geral, a massa documental é formada por documentos originais, apresenta uma diversidade de formatos e técnicas (livros, cadernos, folhas avulsas ou encadernadas) e tem como suporte papel e papel emulsionado (fotografias). Quanto as características internas, a documentação é bastante fragmentada e registra ou cobre um período que se inicia no ano de 1959, ano da fundação do Ginásio de Aplicação, até os anos de 1990.

Apesar da pequena quantidade da documentação encontrada, levando em consideração a longa trajetória do Colégio, a massa documental apresenta um conteúdo bastante significativo para a compreensão da trajetória da instituição e de diversos agentes que fizeram parte de sua história. Assim, sobressai na documentação informações sobre o espaço escolar, ações dos agentes educativos (professores, funcionários, alunos), formas de ingresso, norma escolar, exames de admissão, fundação do Ginásio de Aplicação, dentre outros temas.

O Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap)

Um centro de memória visa reunir, organizar, preservar, para fins de atividades pedagógicas e de pesquisas, conjuntos documentais e/ou objetos de valor histórico, científico ou de outro caráter cultural. Também pode atuar como espaço de produção de novos conteúdos a respeito da memória e história da Instituição e de outros temas correlatos¹³.

Seguindo a tendência de outros centros de preservação de documentação, especialmente da documentação e memória escolar¹⁴, constituiu-se o Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap), com funcionamento em espaço específico, localizado no prédio escolar. A organização e ambientação do espaço do Cemdap, com a produção de painéis ilustrativos, e a continuação da organização documental, foram ações desenvolvidas por meio do projeto denominado *Organização do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação - Cemdap (Primeira Etapa)*¹⁵.

No Cemdap, além da documentação permanente, existe um acervo de cultura material escolar e de referências bibliográficas, documentação oral e audiovisual, disponíveis para consulta. O acervo bibliográfico é composto por obras resultantes de doação da Editora da Universidade Federal de Sergipe, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Editora do Diário Oficial de Sergipe (Edise), do Instituto Dom Luciano Duarte, de professores aposentados e de pesquisadores/autores. A maior parte dos livros e de outros materiais bibliográficos estão relacionados com a história da educação em Sergipe, especialmente do Colégio de Aplicação e seus agentes educativos, e outras produções relacionadas com a temática educacional em diversas abordagens. Parte do acervo bibliográfico do Cemdap reuni produções científicas dos diversos agentes educativos da escola, tais como dissertações, teses, livros, artigos publicados em revistas, jornais e produções técnicas artísticas e culturais.

Na relação de objetos da cultura material do Cemdap existem, principalmente, troféus, bandeiras e placas comemorativas e/ou de home-

13 CENTRO DE MEMÓRIA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA ITAÚ CULTURAL. *Centros de memória: manual básico para implantação*. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

14 CARDOSO, M. L. Pela preservação da memória e do patrimônio educacional militar: a criação do Centro de Memória do Ensino Militar na Universidade da Força Aérea. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 127-153, jan./jun, 2014. / ZAIA, I. B. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, nº 10 jul./dez. 2005. / ALVES, E. M. S. *Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação*. Aracaju: Editora do Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015.

15 Pibic/CNPq/UFS (2016-2017).



nagens. Destaca-se o conjunto formado por 89 troféus¹⁶ resultante da participação do Colégio de Aplicação em diversos torneios escolares, correspondente ao período de 1970 até o ano de 2016. Na relação dos troféus é possível identificar o tipo de material em que foi confeccionado, categorias de premiação, modalidades, a participação feminina ou masculina, entre outras características.

Além de atuar como lugar de guarda e preservação da documentação histórica e objetos da cultura material e produções bibliográficas, o Cemdap também produz novos conteúdos a respeito da memória e história do Colégio de Aplicação e da própria Universidade Federal de Sergipe, através da produção de documentação audiovisual. O uso da história oral, no contexto de diversas instituições e/ou organizações,

[...] com indivíduos que tenham testemunhado ou participado de eventos ou momentos históricos, com o propósito de gerar conhecimento e enriquecer a compreensão sobre determinado objeto de pesquisa [...] Uma importante dimensão das entrevistas de história oral é sua utilização como fonte de pesquisa. Os depoimentos recolhidos podem ser usados por pesquisadores e pessoas interessadas, de uma forma geral, em determinado tema.¹⁷

Nesse sentido, por meio do projeto intitulado *Composição de “banco de histórias” do Colégio de Aplicação (UFS). Combater “silêncios” e “esquecimentos” e preservar a memória institucional*¹⁸, iniciou-se a produção de um banco de memórias em formato audiovisual através das narrativas de professores, funcionários e estudantes. Com execução iniciada no final de 2017, já foram realizadas 18 entrevistas com ex-professoras do Colégio de Aplicação que atuaram na instituição no período de 1959 a 2015. O material coletado deverá receber tratamento e edição e futuramente ser disponibilizado para consulta. Para a realização das entrevistas, o projeto contou com a colaboração do Núcleo de Editoração e Audiovisual (NEAV/UFS), que disponibilizou equipamentos e pessoal para auxiliar nas gravações, do Departamento de Comunicação Social (DCOS/UFS), que disponibilizou o estúdio de gravação e equipamentos e do Laboratório Multiusuário de Informática e Documentação (LAMID/UFS) por meio do empréstimo de equipamento de gravação. Contando com essas

16 Os troféus é um tipo de artefato da cultura material escolar que permite compreensões dos jogos e/ou competições escolares e os seus sentidos em determinado período histórico FISCARELLI, R. B. O. e SOUZA, R. F. Símbolos da excelência escolar. História e memória da escola pública inscrita em troféus. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, nº 14, maio/ago. 2007, p. 95-115.

17 CENTRO DE MEMÓRIA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA ITAÚ CULTURAL. *Centros de memória: manual básico para implantação*. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

18 Projeto em execução (2017-2018) com o apoio do PIBIC/CNPq/UFS.



parcerias, as entrevistas foram realizadas por meio de ações da equipe¹⁹ do projeto, composta por membros do *Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS)*, cadastrados como equipe executora do projeto.

O banco de memórias deverá constituir um repositório de documentação audiovisual para o Cemdap e subsidiar pesquisas futuras. Nesse intuito, entende-se o banco de memórias como um

[...] conjunto de gravações que se orientam segundo relatos de grupos atentos à própria presença em contextos sociais ou institucionais, como: migrantes, emigrantes, grupos profissionais, agremiações de manifestações de determinada causa, escolas, empresas, setores profissionais ou de lazer ou ainda participantes de determinado evento circunstancial como campanha ou testemunho.²⁰

Inicialmente, o objetivo principal que move a produção do “banco de histórias” é “gerar documentos novos”, a partir de um conjunto de entrevistas para a preservação da memória e a produção de documentação para futuras pesquisas – condição fim do banco de histórias. Contudo, análises preliminares poderão ser produzidas a respeito do material coletado – condição meio do banco de histórias.²¹

O acervo do Cemdap também é composto por documentos doados por ex-professores, e ex-alunos, como livros, fotografias, documentos. Nesse sentido, para constituir o acervo deverá seguir a intenção de outros projetos similares:

[...] a organização de coleções provenientes de pesquisa ou recolhidas por meio de doações, jamais possíveis apenas com a organização do arquivo permanente/histórico. Procurou, também, recolher peças do mobiliário da escola ou doadas por ex-alunos e ex-funcionários com a intenção, para além da problemática que envolve o alargamento do conceito de documento arquivístico, que toma como base à diversidade de suporte no qual foi gerado. Portanto, no centro de memória escolar, atentou-se para a guarda dos documentos independentemente de suas características particulares, porém relacionados com a história institucional [...].²²

- 19 Joaquim Tavares da Conceição (Coordenador), membros: Aristela Arestides Lima, José Genivaldo Mártires, Maria Magna Correia Menezes Nogueira, Marluce de Souza Lopes, Risia Rodrigues Silva Monteiro, Renilfran Cardoso de Souza.
- 20 MEIHY, J. C. S. B e RIBEIRO, Suzana L. Salgado Ribeiro. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 14.
- 21 MEIHY, J. C. S. B e HOLANDA, Fabíola. *História Oral*. Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.
- 22 ZAIA, I. B. O lugar do arquivo permanente dentro de um centro de memória escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas-SP, nº 10 jul./dez. 2005.ZAIA, p. 162



O Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação tem como público alvo a própria comunidade escolar (professores, funcionários, estudantes), e também atende à comunidade externa. Deste modo, o Cemdap atua como um centro de preservação e divulgação de documentação e/ou materiais a respeito da memória do Colégio de Aplicação, centro de referência para a reunião de pesquisas e informações produzidas pelos diversos agentes da ação educativa e produz novos conteúdos e/ou fontes para fomentar pesquisas futuras.

Assim, o espaço e acervo do Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio também tem permitido o desenvolvimento de práticas de ensino, a realização de atividades interdisciplinares, centradas nas ações preservacionistas e de valorização do patrimônio cultural.



Considerações finais

O acervo disponível no Centro de Pesquisa e Documentação e Memória do Colégio de Aplicação (Cemdap) apresenta uma grande variedade de informações decorrentes de atividades escolares desenvolvidas, funcionários, alunos, entre outros, e contribuem para a preservação da memória e história do Colégio e da própria Universidade.

O acervo histórico escolar reunido e preservado, além do próprio espaço do Centro de Memória, potencializará o desenvolvimento das etapas metodológicas da educação patrimonial, a saber: “observação, registro, exploração e apropriação”²³. Considerando que a relação direta com o patrimônio escolar se apresenta como uma estratégia importante para o desenvolvimento do trabalho educacional voltado para a valorização do patrimônio cultural²⁴. A partir do contexto e/ou ambiente escolar é possível estabelecer compreensões e ações voltadas para o entorno da escola e da própria cidade.

Aliado ao trabalho de preservação e divulgação documental, ações de educação patrimonial deverá permear de forma continua as atividades do Centro de Memória, levando os alunos a “[...] um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural”²⁵. Por fim, a ações de preservação de documentos permanentes

23 HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

24 OLIVA, T. A. Patrimônio documental e história: a importância dos arquivos escolares. In: ALVES, E. M. S. *Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação* (pp. 41-50). Aracaju: Editora do Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015.

25 HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999, p.7.

(históricos), iconográfico e audiovisual e objetos do patrimônio cultura do Colégio de Aplicação; e a reunião desse material no Centro de Pesquisa Documentação e Memória, já apresentam resultados importantes e continuará a fomentar a produção de pesquisas científicas, o desenvolvimento da educação patrimonial e a ações de preservação do patrimônio cultural da instituição.



Fazendo etnografia no arquivo: possibilidades e desafios

Márcio Douglas de Carvalho e Silva*

Making ethnography in the archive: possibilities and challenges

Resumo

O objetivo do artigo é verificar quais são as possibilidades e os desafios encontrados ao fazer uma etnografia no arquivo; “campo” onde os sujeitos estão expressos em diferentes gêneros documentais e não necessariamente no contato direto pesquisador-pesquisado, método mais comum nas pesquisas em antropologia. Para tanto, utilizamos escritos que se reportam ao tema em questão, com destaque para Cunha (2004) e (2005), Frehse (2005) e Cunha e Castro (1986), fazendo uma análise das propostas de pesquisa etnográfica dos mesmos e identificando como se pode estabelecer um diálogo entre etnografia e arquivo. Verificamos através dos trabalhos analisados, que embora ainda existam desafios a serem superados, fazer uma etnografia tendo com base documentos que se encontram nos arquivos é um campo viável para a antropologia à medida que possibilita “dar voz” a sujeitos que até então ficavam à margem das pesquisas etnográficas.

Palavras-chave: Etnografia; Arquivo; Campo de pesquisa.

Abstract

The objective of the article is to verify what are the possibilities and the challenges encountered when doing an ethnography in the archive; “Field” where subjects are expressed in different documentary genres and not necessarily in direct researcher-researched contact, the most common method in anthropology research. For that, we use writings that refer to the subject in question, with emphasis on Cunha (2004) and (2005), Frehse (2005) and Cunha e Castro (1986), making an analysis of ethnographic research proposals of the same and identifying a dialogue between ethnography and archive can be established. We verified through the analyzed works that although there are still challenges to be overcome, to make an ethnography based on documents found in the archives is a viable field for anthropology as it makes it possible to “give voice” to subjects who had hitherto been marginalized of ethnographic research.

Keywords: Ethnography; Archive; Research field.



* Licenciado em História UESPI. Mestre em Antropologia UFPL. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira UESPI.

Já aplicada por Morgan no século XIX, ao fazer um estudo sobre os ioruaques no território norte americano¹, a pesquisa de campo, a partir de meados do século XX ganha notoriedade na pesquisa antropológica com a publicação dos “*Argonautas do Pacífico Ocidental*”² consolidando a observação participante, pressuposto popularizado por Malinowski como a maneira clássica de se fazer etnografia.

Desde então, a prática etnográfica passou a ser determinada pela presença do etnógrafo junto a seus interlocutores no campo de pesquisa e, esse delinear metodológico onde o pesquisador/etnógrafo vivencia suas experiências na cultura do seu provável informante moldou os meandros que passaram a ser seguidos pelo campo da antropologia a partir desse momento.

Essa metodologia que tem como base o contato direto entre etnólogo-sujeitos pesquisados não deixa de ter algumas implicações, pois no momento em que se consolida e se legitima o trabalho de campo através observação participante junto aos interlocutores, como fez Malinowski³, vão sendo relegadas a marginalidade “uma série de fontes alternativas de autoridade [...] como o conhecimento acumulado nos *arquivos* sobre determinados grupos; ou a perspectiva de comparação intercultural, ou o trabalho de levantamento estatístico”.⁴

A implicação de a observação participante ser considerada a forma possível e legítima de se realizar o trabalho etnográfico, está no fato de que em determinados momentos, o pesquisador acaba esbarrando em circunstâncias onde o contato pessoal com o nativo ou com seu informante não é possível como, por exemplo, em situações que os grupos pesquisados já não podem ser encontrados por estarem extintos, ou por se tratar de um fato passado de importância relevante para entender o momento atual de uma determinada conjuntura cultural de uma sociedade, e não se tem como absorver essas informações com grande propriedade diretamente dos sujeitos que nela se fazem presentes no momento.

Diante desse impasse, a solução seria recorrer a outros tipos de fontes; como os arquivos e museus – que seriam para Clifford (2014), “fontes alternativas”; porém o arquivo não deve ser visto pelo etnógrafo apenas como um local onde se procura informações para preencher lacunas, em oposição à importância que o mesmo tem na pesquisa histórica, pois “uma etnografia nos arquivos, assim como a etnografia clássica, revela-se densa no que tange a sua constituição e manutenção, dela emergindo, sob

1 XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. *Teorias Antropológicas*. Curitiba: IESDE, 2009.

2 MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1984.

3 MALINOWSKI, 1984.

4 CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 54.

uma perspectiva pós-moderna, diversas vozes que podem ser utilizadas enquanto objeto de análise”.⁵

Bellotto (2006),⁶ esclarece as atividades que as funções básicas dos arquivos exigem são: “reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que deles fazem parte”⁷, e que ao cumprir essas funções, os arquivos podem dar uma resposta aos “seus objetivos fundamentais de servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia”.⁸

Assim, as “vozes” apontadas por Wanzeler e Pacheco (2016), podem ser percebidas nos arquivos não só nos documentos/fontes em si que o mesmo possui, e que podem ser analisados pelo etnógrafo ou pelo historiador, mas por serem espaços constituídos e mantidos por sujeitos ativos, grupos sociais ou instituições.

É através dessas vozes muitas vezes silenciadas que “deve o etnógrafo buscar os fatos profundos, quase inconscientes, porque eles existem apenas na tradição coletiva. São estes fatos reais, estas coisas, que procuraremos alcançar através dos documentos”.⁹

Pensando no documento além dos aspectos superficiais que ele pode revelar (Wanzeler e Pacheco, 2016), afirmam que “o documento não é pessoa, mas tem muito a dizer sobre ela, e cabe ao pesquisador a investigação, imergindo nos documentos e captando fragmentos que dão sentido e significado”.¹⁰

Diante da possibilidade da realização de etnografias que atravessa as barreiras do convencional na antropologia – a pesquisa de campo e a observação participante, o objetivo do presente artigo é verificar como é possível se estabelecer o diálogo entre etnógrafo e os sujeitos/vozes que se encontram nos documentos de arquivo, definidos como “aqueles que depois do trâmite dentro da ação justificou sua criação foram recolhidos a arquivos”,¹¹ assim percebendo como as respostas encontradas nos arquivos são importantes para as indagações do etnógrafo e consequentemente para o campo da antropologia.

5 WANZELER, R. de S.; PACHECO, A. S. Bruno De Menezes, Etnógrafo da Amazônia: Zonas Interculturais em Boi Bumbá. *Rev. FSA*, Teresina, v. 13, n. 1, p. 25-44, 2016, p. 37.

6 BELLOTTO, Heloisa Liberali. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

7 Idem, p. 133.

8 Idem, p. 133.

9 MAUSS, M. Ofício de Etnógrafo, método sociológico (1902). In: *Marcel Mauss*. Roberto Cardoso de Oliveira (Org.). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas. 1979, pp. 53-59, p. 57.

10 WANZELER, R. de S.; PACHECO, 2016, p. 36.

11 BELLOTTO, Heloisa Liberali. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 272.

Para chegarmos a esse enfoque, analisamos trabalhos que versam sobre tema em questão com destaque para os textos “*Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo*”, Cunha (2004),¹² “*Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos*” Cunha (2005),¹³ “*Os informantes que os jornais e as fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado*” Frehse (2005),¹⁴ e “*Vingança e temporalidade: os Tupibambá*” Cunha e Castro (1986),¹⁵ onde verificamos as implicações e formas possíveis de um diálogo entre etnografia e arquivo; enfatizando o papel desempenando pelo arquivo na pesquisa antropológica.

O arquivo é o campo: uma etnografia em documentos

Para chegar a um conceito de arquivo deve-se levar em conta as mudanças sofridas por esse termo ao longo da história, pois este variou de acordo com as transformações políticas e culturais que o ocidente passou. Os arquivos podem ser vistos como um reflexo, tanto no seu conteúdo como também na sua interpretação das sociedades e das mudanças sofridas por estas.¹⁶

Para esse trabalho, adotaremos o conceito disposto no “*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*” que define arquivo como: “*Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte*”.¹⁷

Com as transformações ocorridas no interior da Antropologia ocasionadas pelos questionamentos teóricos e metodológicos na segunda metade do século XX,¹⁸ o campo antropológico tornou-se mais aberto para novas possibilidades de pesquisa, permitindo que o arquivo passasse a ser visto como um campo a ser pesquisado pelos etnógrafos. Para Porto (2007).

12 CUNHA, Olívia G. da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* 10 (2), 2004, p. 287-322.

13 CUNHA, Olívia G. da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, jun-dez de 2005, p. 07-32.

14 FREHS, Fraya. Os informantes que os jornais e as fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n 36. jun-dez de 2005, p. 131-156.

15 CUNHA, Manuela Carneiro da e CASTRO, Viveiros de. Vingança e Temporalidade: os Tupinambá. In: *Cultura com aspás*. São Paulo: Cosac Naify, 1986, p. 77-99.

16 RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

17 BRASIL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27.

18 LAPLANTINE, Francois. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2012.



A etnografia do arquivo assenta nas anotações relativas a correspondências, analogias, regularidades, remissões, ou o seu reverso, que o arquivo disponibiliza. [...] Assenta nos registros de outrem das suas próprias experiências, historicamente circunscritas. [...] A etnografia de um arquivo parte, dessa condição do arquivo: que ele se protege do fato de ser um arquivo, mas que, enquanto tal, é um produto específico da articulação de estruturas e agências concretas.¹⁹

Essa necessidade de aproximação com os documentos dispostos nos arquivos é reforçada pelo pensamento de Lévi-Strauss (1993).²⁰ Para o mesmo, a antropologia futuramente deverá passar por uma transformação nas pesquisas que envolvam sociedades e culturas distintas “porque a história delas permaneceria inacessível na ausência de documentos escritos”. Diante disso, percebe-se que “nos últimos anos, além de historiadores e arquivistas, antropólogos têm se voltado para os arquivos como objeto de interesse”²¹, pois estes carregam informações sobre o contexto de produção do documento podendo revelar aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. O pesquisador, de posse dos documentos, pode produzir conhecimento a partir da interpretação desses. Com isso, “arquivos *etnográficos*, tradicionalmente reconhecidos como repositórios de informações sobre os ‘outros’, passam a ser reconhecidos como lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido”.²²

Com isso, podemos afirmar que no desempenho de seus ofícios, tanto o antropólogo como o historiador podem dialogar com diversas alternativas e variedades de documentos, independente do gênero documental que são definidos de acordo “*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*” como a

reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais.²³

19 PORTO, Nuno. O museu e o arquivo do Império. In: BASTO, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de, e FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas (SP): UNICAMP, 2007, p. 127.

20 LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 63.

21 CUNHA, 2004, p. 192.

22 Idem, p. 294.

23 BRASIL, 2005, p. 99.



Não é à toa que alguns estudos como os de Cunha (2005) e Ribeiro (1986), pontuam esse tipo de trabalho desenvolvido por etnógrafos no século passado; a primeira mostrando os documentos de Lorenzo Dow Turner com sua coleção de registros sonoros feitos em viagens de campo ao Brasil na década de 1940 e as fotografias de Ruth Landes. A segunda expõe o “exemplo de Gregory Bateson e Margaret Mead que, na década de 1940, acharam que somente através do recurso à fotografia e ao cinema era possível descrever e entender o *ethos* e o caráter balinense”.²⁴

Foucault (2010), explica que o arquivo é

o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.²⁵

Essa “acumulação” de coisas avistadas pelo autor, nos leva a compreender a função dos arquivos diante da importância que eles têm de preservar a memória e a história de uma comunidade ou um grupo, vindo a “constituir o seu patrimônio cultural”.²⁶

Mais buscado por historiadores no âmbito de suas pesquisas, o arquivo é capaz mostrar não só para esses, mas também para os antropólogos, as expressões culturais e as práticas de dominação e poder de uma dada sociedade. Seguindo esse raciocínio, Foucault conclui que “a análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente da nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que marca nosso presente”.²⁷

Nesse diálogo estabelecido entre passado e presente, o pesquisador vai montando o seu campo de pesquisa e encontrando os sujeitos com quem vai dialogar; esses sujeitos podem não estarem vivos em “carne e osso”, mas que têm vozes que estão marcadas nos documentos esperando um interlocutor para emitir seu som. É nesse encontro do etnógrafo e do historiador com essas vozes até então inaudíveis, que muitas respostas podem encontradas para as inquietações do pesquisador. Para Cunha, (2004),

24 RIBEIRO, Berta G. *Museu e Memória: o papel social dos museus de etnografia*. São Paulo: Museu do índio, FUNAI, 1986.

25 FOUCAULT, Michel. O enunciado e o arquivo. In: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010. pp. 87-143. p. 147.

26 BELLOTTO, 2006, p. 136.

27 FOUCAULT, 2010, p. 148.



Se a possibilidade das fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a ideia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, dialogar com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas “vozes” forem tomadas como objetos de análise - isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.²⁸

Essas considerações nos levam a perceber o arquivo enquanto campo não só com os documentos que se encontram incrustados em caixas e catalogados nas suas prateleiras, mas por todos os sujeitos que também fizeram parte da sua fundação sejam eles agentes públicos ou privados. O arquivo, antes de tudo, tem uma função e uma intenção de quem o institui: possui um idealizador/fundador e um mantenedor que também podem revelar muito sobre o que se deseja buscar quando se debruça sobre documentos, pois

os arquivos constituem, afora o campo, o objeto da reflexão dos respectivos autores. Além de serem o cenário no interior do qual o antropólogo se move analiticamente para realizar a sua investigação, os arquivos são o próprio foco da análise. Problematiza-se, então, o contexto histórico e antropológico de sua produção e organização: os sujeitos e instituições que os fizeram e fazem ser como são.²⁹

As inquietações que um documento histórico pode desencadear em um antropólogo ou em um historiador são bem exemplificadas por Guinzburg (1991), no texto “*O inquisidor como antropólogo*”, onde propõe uma analogia a partir de registros escritos de produções orais comparando atas judiciais dos tribunais eclesiásticos da inquisição com os textos dos primeiros antropólogos, fazendo uma análise de um trabalho de campo realizado já há alguns séculos, afirmando que “em alguns casos excepcionais temos um verdadeiro diálogo: podemos ouvir vozes distantes, podemos detectar um choque entre verdades diferentes ou mesmo contraditórias”.³⁰

Mais adiante, ao realizar sua pesquisa nos documentos inquisitoriais, o autor afirma ter encontrado nesses arquivos uma rica descrição dos julgamentos, sendo “verdadeiramente espantosa a riqueza etnográfica dos julgamentos do Friuli. As palavras, os gestos, o cortar súbito do rosto, até os silêncios – Tudo era registrado com meticulosa precisão pelo escrivão do Santo Ofício”.³¹ Essa analogia feita pelo autor nos revela o que ele cha-

28 CUNHA, 2004, p. 293.

29 FREHSE, 2005, p. 132.

30 GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 208.

31 Idem, p. 209.



mou de “atitude antropológica” – a busca pelas informações e respostas (que os inquisidores buscavam nos seus réus), a mesma que o etnógrafo busca extrair na sua pesquisa.

Com isso, podemos afirmar que os arquivos são produtos de uma dada época, de uma determinada cultura e podem fazer o pesquisador entender no momento em que foram produzidos, as aspirações e as práticas culturais mesmo não estando em contato direto com os sujeitos que o produziram, mantendo um diálogo com os mesmos a partir do que Bezerra (2015), denominou de etnografia retrospectiva que “vê o documento oral ou escrito como uma fonte, e se constituiria pela interpretação desses *corpus* ou *textos* não necessariamente produzidos com base no testemunho forjado a partir de uma experiência direta, seja do pesquisador seja dos supostos interlocutores”.³²

São os rastros³³ deixados no documento (independente da sua natureza) e os seus “fragmentos descontínuos” que o pesquisador deve percorrer, pois “quando o arquivo é o campo [...] e onde se vai à procura de informações sobre um determinado objeto de estudo, surge uma questão: onde estão as pessoas com quem podemos conversar e a quem podemos fazer perguntas?”³⁴

Como já sabemos, o contato e a interação direta entre as duas partes não é possível nesse tipo de pesquisa, mas as perguntas aos serem direcionadas aos documentos dispostos nos arquivos podem revelar ao pesquisador sentimentos, imaginários, gestos aspirações, formas de dominação entre muitos aspectos, pois

Embora sem poder participar fisicamente, o pesquisador observa... Lança mão da visão e, por meio dela, lê textos, contempla imagens, inquire a materialidade da documentação e o seu conteúdo. Vai conformando assim, no corpo a corpo com o arquivo - cruzamento de dados de fontes diversas entre si e com aqueles que a leitura das fontes secundárias lhe fornece - um segundo campo, por assim dizer, campo mais restrito. Refiro-me a um campo imaginário de interlocuções com os autores e personagens que integram a documentação. E aí vem à tona outro aspecto que integra também o trabalho de campo convencional, por menos ressaltado que seja neste contexto. Em seu contato com os sujeitos que estuda, é

32 BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma etnografia retrospectiva. *Antropológicas*, Nº 13, 2015. P. 67-78, p. 74.

33 GINZBURG, 2007.

34 VALENTIM, Cristina Sá. *O (s) pó (s) do arquivo. Uma etnografia em arquivo colonial numa pesquisa pós-colonial*. O (s) pó (s) do arquivo. Uma etnografia em arquivo colonial numa pesquisa pós-colonial. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES. 2013. Cabo dos Trabalhos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 05. Disponível em: http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/7.1.2_Cristina_Sa_Valentim.pdf Acesso: 20 jun. 2016.

inevitável que o antropólogo imagine, seja “quando o campo é o campo”, seja “quando o campo é o arquivo”.³⁵

O “campo do imaginário” a que a autora se refere, leva o pesquisador a “criar” representações que conectem o contexto que os documentos retratam com os sujeitos/personagens que aparecem como interlocutores nesse documento em um dado espaço “físico” e temporal. Essa tarefa de exercitar a imaginação é reforçada por Cunha (2004), ao afirmar que “os arquivos etnográficos [...] são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua *invenção*, resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual”.³⁶

Cunha (2005), também aborda esse “ofício do imaginar” na pesquisa etnográfica, dando exemplos claros do exercício dessa prática na sua pesquisa em vários momentos ao analisar as fotografias produzidas por Ruth Landes no Brasil, quando afirma que “a ausência de centralidade ou tratamento especial oferecia algumas possibilidades de análise e uso do material fotográfico: permitiu-me sair do arquivo e imaginar a experiência etnográfica de Landes, partilhando a interlocução e o diálogo com outros atores”.³⁷

Diante disso, é importante se estabelecer, mesmo que no campo do imaginário, um diálogo com o a denominação de Frehse (2005)³⁸ acerca de “informantes peculiares”. Para a autora estes são “personagens que, tematizadas na documentação, atuam de formas analiticamente relevantes no campo imaginário que o pesquisador constrói a partir da interlocução com as fontes”. Porém ela destaca que só se permite a distinção desses tipos de personagens imagéticos devido à construção que o pesquisador faz com a teoria no ambiente externo aos arquivos.

Cunha (2005), ao fazer uma pesquisa etnográfica nos arquivos de Ruth Landes nos mostra como é possível estabelecer a relação entre etnografia e arquivo. Ao se debruçar sobre os registros deixados por essa etnóloga estadunidense a partir da coleção *Ruth Landes Papers* (RLP), a autora pode demarcar através do método etnográfico a trajetória profissional e pessoal de Ruth Landes, mostrando essa abordagem etnográfica dos arquivos como campo de estudo para uma abordagem antropológica; revelando que os documentos de natureza pessoal encontrados na coleção de Ruth Landes foram essenciais para compreender não só a trajetória pessoal e profissional dessa etnóloga, mas também de mostrar o contexto e as condições em que o “rastros”/obra desse autor foi produzido.

35 FREHSE, 2005, p. 136.

36 CUNHA, 2004, p. 296.

37 Idem, p. 10.

38 FREHSE, 2005, p. 136.



De forma próxima a proposta de Cunha (2005), Costa (2005), faz uma leitura das fotografias Ruth Landes entre os anos de 1938 e 1939 quando a mesma esteve no Brasil, destacando que o acervo que contém parte dos arquivos da antropóloga “figura como mais abrangente em termos ‘etnográficos’, uma vez que inclui manuscritos de livros, correspondência, notas de pesquisa e diários de campo sobre temas variados [...] como os terreiros de candomblé e umbanda no Brasil”.³⁹

Importante destacar no acervo fotográfico analisado pela autora, que não só o documento escrito é capaz de transcrever o universo de uma determinada época ao ser analisado, mas a imagem “congelada” registra um momento único que se molda carregada de uma historicidade que vai além das fronteiras do visível, mas atravessa para o campo do sensível. Ao se reportar a análise feita dos registros fotográficos de Ruth Landes e das gravações produzidas por Lorenzo Dow Turner no Brasil, Costa (2005), conclui que

a possibilidade de conectar esses encontros e relações de conhecimento não anula a historicidade própria nem dos artefatos que tiveram origem no arquivo - as fotografias e as vozes registradas em suportes de áudio -, nem daqueles que através do olhar e da lembrança estabelecem com os “artefatos” e seus leitores especializados uma forma sensível de diálogo.⁴⁰

A etnografia estabelecida pelo não contato face a face com informantes também foi um desafio para o trabalho de Frehse (2005), ao realizar sua pesquisa partindo de dois conjuntos documentais do Arquivo do Estado de São Paulo, analisando fotografias e jornais para verificar as transformações na civilidade entre as pessoas que transitavam nas ruas da cidade de São Paulo entre os séculos XIX e XX reiterando que

as especificidades do trabalho de campo nos arquivos não impedem a relevância da figura do informante. [...] quando o arquivo é exclusivamente o campo da investigação, o informante precisa ser construído teoricamente, o que se dá em meio a um diálogo do antropólogo com a teoria e o campo.⁴¹

É esse encaminhamento teórico que determina como será o diálogo entre etnógrafo e documento, possibilitando mesmo em um encontro onde um interlocutor já “não está aqui” ser possível ter respostas pelos seus vestígios: sejam nas falas fixadas na escrita ou no áudio, suas expressões “congeladas” na fotografia ou no desenho, além de outras fontes. A

39 COSTA, 2005, p. 16.

40 COSTA, 2005, p. 27.

41 FREHSE, 2005, p. 149.



autora destaca que se trata de um equacionamento teórico-metodológico que os historiadores já há muito empregam, mesmo sem defini-lo nesses termos. É a tal “crítica das fontes”, que leva o historiador às evidências que os documentos contêm acerca de determinada(s) personagem(ns) cuja(s) história(s) ele contará.⁴²

Os sujeitos já não estão ali como antes, os lugares quase sempre não são mais os mesmos, mas mesmo assim ganham “vida” no discurso do etnógrafo ou historiador, pois estes, a partir do uso de um método, do diálogo com a teoria, e fazendo “crítica as fontes”, no caso do historiador, são capazes de dá sentido a um registro do passado.

Foi a partir de registros dessa natureza, analisando fontes primárias que versam sobre os primeiros anos da colonização do Brasil, como documentos de companhias religiosas, que Cunha e Castro (1986) esboçaram no texto “*Vingança e temporalidade: os Tupinambá*” acerca do canibalismo dos Tupinambá, fazendo uma associação dessa prática com os processos de vingança, concluindo que a vingança é de certa forma a garantia da memória social desses povos. Importante destacar nesse texto a possibilidade que existe de se realizar um trabalho etnográfico sobre sociedades indígenas e sua cultura ainda no século XVI, a partir de documentos oficiais, cartas, tratados e diferentes escritos sobre a época.

Considerações finais

Fazer etnografia em um campo ainda pouco convencional para a antropologia pode ser visto como um desafio para o etnógrafo, mas não deixa de ser uma possibilidade que instiga o pesquisador a ir além do campo estabelecido pelo contato direto com os interlocutores. É o partir para “falar com sujeitos” que já deixaram suas respostas a espera de perguntas. Não estão ali para raciocinar e responder no momento. Suas respostas já estão “feitas” e, dependerão do aparato metodológico e teórico que o pesquisador utilizará para extraí-las.

Outra possibilidade é a realização de uma pesquisa onde o campo é o arquivo juntamente com uma pesquisa de campo fazendo uma relação entre os dois tipos de campo – o documental que se encontra no arquivo e o campo onde terá contato com os sujeitos vivos – e complementando informações com sujeitos que estão aqui no momento da pesquisa com os que fisicamente já “não estão mais aqui”. Por isso é importante “conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas sujeitas à leitura e novas interpretações”.⁴³

42 Idem.

43 FOUCAULT, 2010, p. 149.

Dessa forma, verificamos nos trabalhos de Cunha (2004) e (2005), Frehse (2005), Cunha e Castro (1986), a realização de etnografias que conseguiram registrar uma temporalidade e dialogar com interlocutores em diferentes épocas a partir da análise de diferentes gêneros documentais dispostos nos arquivos, mostrando esse ser um campo possível e produtivo para a pesquisa antropológica.



Arquivo de Epifânio Dória, índice estratificado e possibilidades de pesquisa

Lorena de Oliveira Souza Campello*

Epifânio Dória archive, stratified index and research possibilities

Resumo

O texto em questão é uma mera apresentação de um dos instrumentos auxiliares ofertados pelo Inventário Cronológico do arquivo de Epifânio Dória. Antes de oferecer o índice estratificado ao pesquisador abordaremos a importância dos instrumentos auxiliares para os instrumentos de pesquisa e a função do índice estratificado.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; instrumentos auxiliares; Índice estratificado; Epifânio Dória.

Abstract

The text in question is a mere presentation of one of the auxiliary tools offered by the Chronological Inventory of the archive of Epifânio Dória. Before offering the stratified index to the researcher, we will discuss the importance of the auxiliary instruments for the research instruments and the function of the stratified index.

Keywords: Personal archives; Auxiliary instruments; Stratified index; Epifânio Dória.



* Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Professora da Rede Estadual de Educação do Estado de Sergipe e Diretora da Seção de Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). Doutora (2015) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lorenacampello@hotmail.com.

Em se tratando do debate sobre o uso dos arquivos para a construção do conhecimento histórico, acreditamos ser viável a apresentação de um dos resultados da descrição documental e inventariação do arquivo do historiador sergipano, Epifânio Dória. Com base na proposta deste Dossiê, nosso modesto artigo discorrerá, antes de tudo, sobre a importância dos instrumentos auxiliares, de modo especial sobre o índice estratificado, que será disponibilizado para o leitor-pesquisador.

O instrumento auxiliar ora apresentado faz parte do instrumento de pesquisa “Inventário Cronológico do arquivo de Epifânio Dória”, acessível para consulta nas três instituições que custodiam o arquivo pessoal referenciado¹.

Instrumentos auxiliares são essenciais para os instrumentos de pesquisa. Os índices são comumente integrados a instrumentos principais, com a finalidade de expandir as possibilidades de busca, permitindo acesso rápido das unidades documentais que atendam a critérios específicos.² No nosso caso, o Inventário Cronológico do Arquivo de Epifânio Dória³.

Em se tratando de um inventário pautado na cronologia de vida do titular do arquivo, a classificação documental assumiu, no momento inicial, o patamar mais próximo dos documentos, ou seja, classificamos os documentos um a um, optando, com isso, pela **escala micro**, levando em conta as especificidades da trajetória de vida do titular do arquivo. Nesse sentido, foram os verbetes os elementos de classificação que deram um sentido mais imediato aos documentos. Através do inventário cronológico agrupamos os devidos documentos de Epifânio Dória, explicitando suas relações com o mesmo evento ocorrido num determinado tempo e lugar. Foi em torno do evento, observando o que ocorre em data e lugar determinados, que se realizou a operação classificatória básica, focalizando as circunstâncias mais próximas que justificaram o documento.⁴

A **função macro** foi usada no índice estratificado que apresentamos ao pesquisador neste Dossiê. Esse instrumento auxiliar possibilita o acesso dos usuários a estratos significativos e variados da vida do titular do arquivo. Um índice multifacetado, que dá conta de apontar estratos de uma trajetória de vida.

- 1 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública do Estado de Sergipe (BPED).
- 2 LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 60 p. (Projeto como fazer, 6).
- 3 Mais informações sobre o instrumento de pesquisa conferir em: CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- 4 CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana, *op. cit.* p. 64.



O arquivo pessoal e seu titular

O arquivo de Epifânio Dória é representativo das atividades por ele desenvolvidas, seja na esfera pessoal, familiar ou profissional. O arquivo possui **35.193 documentos**, estando distribuído, e conseqüentemente fragmentado, em três importantes instituições sergipanas, a saber: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED)⁵. Apesar de fisicamente fragmentado, trata-se de um arquivo íntegro, preservado pela família e, posteriormente, pelas instituições de custódia que o receberam.

Cada instituição possui um histórico de custódia específico com relação ao arquivo de Epifânio Dória, assim como tratamentos distintos a essa documentação. No IHGSE e no APES contamos com fartos registros, chegando a milhares de documentos. Quanto à BPED, possui apenas alguns objetos, fotografias e diplomas.

Epifânio da Fonseca Dória e Menezes foi figura representativa em Sergipe por sua contribuição a guarda, preservação de documentos históricos e arquivos pessoais de personalidades sergipanas, notabilizando-se também pela incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida. Trata-se de um historiador e intelectual típico de uma época, um pesquisador erudito e generalista, com interesses voltados para a história e a cultura de Sergipe e do Brasil.⁶ Sua fortuna documental perfaz um período riquíssimo da História do Brasil, marcado por acontecimentos e transições importantes, que apresentam para o pesquisador inúmeras possibilidades de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.⁷

- 5 Optamos por usar, a partir deste momento do texto, as siglas destas três instituições de custódia como forma de agilizar a leitura.
- 6 De uns anos para cá, vêm sendo desbravados arquivos pessoais de artistas, músicos, literatos e cientistas, mas ainda é ínfimo o trato com arquivos pessoais de historiadores.
- 7 Pelo envolvimento direto de Epifânio Dória com a política getulista e com o Estado Novo, ao assumir a pasta de Secretário Geral do Estado de Sergipe, e pela sua relação atuante no Partido Republicano de Sergipe, seu arquivo fornece uma rica documentação para os que se interessam pela história política desse período. Considerando que Epifânio Dória vivenciou o processo do golpe militar e quase todo o período do regime militar no Brasil, a correspondência que manteve com dezenas de amigos, de diversos estados da federação e com envolvimento partidário e posicionamento ideológico distintos é brilhante. Outro aspecto muito interessante a ser explorado a partir do conjunto documental discutido é o da intelectualidade cultural brasileira e sergipana, durante as primeiras seis décadas do século XX, e suas transformações com a presença cada vez mais marcante das universidades. A documentação produzida e acumulada para a produção de determinado texto, reunida em torno do seu contexto de produção, facilita a percepção e o estudo de como funcionava a produção do conhecimento e a escrita da história, durante as sete primeiras décadas do século XX. Ainda dentro dessa temática temos as cartas e os telegramas trocados com inúmeros amigos intelectuais, na constante busca pela fomentação da pesquisa, revelando uma fértil teia de relações e troca de conhecimentos, muito peculiares desse período. O mapeamento da rede de sociabilidade de Epifânio Dória através de sua correspondência (cartas, telegramas, cartões-postais, etc) é possível e pode apresentar resultados interessantíssimos. O trabalho “*O arquivo de Epifânio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa*” foi apresentado no Encontro de Arquivos Pessoais e Culturas, promovido pela Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, em novembro de 2014.



Filho de proprietários de terras, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu no ano de 1884, em Campos, Estado de Sergipe (atual Tobias Barreto).⁸ Devido a intempéries na vida e nos negócios familiares não teve grandes possibilidades de estudo, concluindo apenas o curso primário. Essa limitação na sua educação formal não impossibilitou que Dória ocupasse espaços importantes nas esferas pública e política do Estado de Sergipe. O resultado do seu autodidatismo e de seu trabalho foi a participação na formação de praticamente todos os centros de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades no Estado de Sergipe.⁹ Dedicou-se com afinco à organização de arquivos por seis décadas reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos.



O instrumento auxiliar – índice estratificado do arquivo de Epifânio Dória

O **índice estratificado** consegue sanar algumas necessidades de pesquisadores que buscam certos aspectos da vida de um indivíduo. Sua importância como instrumento auxiliar ao inventário cronológico é visível, pois trata-se de um índice multifacetado, que não tem como objetivo abarcar apenas nomes de pessoas, instituições e lugares que surgem ao longo do inventário cronológico, mas que engloba também estratos significativos e diversificados da vida do titular do arquivo. Essa abordagem é importante, pois consegue atender aos mais minuciosos interesses do usuário do instrumento principal.

Nesse momento trabalhamos com a escala macro, priorizando sempre as ações do produtor do arquivo, ou seja, as funções e atividades desempenhadas em vida. É aqui que ocorre a classificação do arquivo pessoal. Classificar é trabalhar com uma sequência de operações que, levando em conta as distintas estruturas, funções e atividades da entidade ou indivíduo produtor, tem como objetivo distribuir os documentos de um arquivo. Essa tarefa torna-se mais rica e completa quando já temos concluído o inventário cronológico, uma vez que toda a documentação já foi trabalhada, possibilitando o enriquecimento da pesquisa biográfica feita inicialmente.

Para elaborarmos o quadro de classificação e estruturarmos um índice estratificado prezamos pelas funções e atividades desempenhadas por Epifânio Dória. Criamos, então, categorias e subcategorias (quando

8 DANTAS, Ibarê. Prefácio. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 20-21, 2009. p. 20.

9 MAYNARD, Dilton. Epifânio Dória e a memória sergipana. In: DÓRIA, Epifânio. MEDINA, Ana Maria Fonseca (Org.). *Efemérides Sergipanas*. Vol. I. Aracaju: Gráfica editora J. Andrade, p. 601-603, 2009. p. 601.

necessárias). A ideia é que tais categorias estejam integradas, formando parte da estrutura de um todo.¹⁰

Optamos, como já colocado, por uma classificação baseada nas ações do produtor do arquivo, proporcionando uma classificação funcional. O objetivo é expor as funções e atividades desenvolvidas pelo titular do arquivo, deixando claro o elo entre os documentos.¹¹ Segundo Paulo Elian, uma classificação que retrate as funções e atividades do indivíduo e que seja representativa destas, viabilizando a contextualização da produção documental.¹²

Nosso índice, portanto, contou com 12 categorias baseadas nas funções e atividades desempenhadas por Epifânio Dória.

A ocorrência de um mesmo documento em diversas categorias ou subcategorias é possível e ocorre constantemente. Apesar de terem fronteiras bem demarcadas e desfrutarem de certa autonomia, esses espaços podem carregar um mesmo documento. Segundo Ana Maria Camargo, essa possibilidade existe na medida em que cada categoria ou subcategoria é parte integrante de um único arquivo¹³. Vejamos o caso de um relatório administrativo publicado, em decorrência da função desempenhada por Epifânio Dória como diretor da Biblioteca Pública do Estado. Esse documento será mencionado nas seguintes categorias: Vida profissional (na subcategoria Biblioteca Pública do Estado de Sergipe) e Publicações (nas subcategorias jornais e relatórios).

O índice estratificado remete o pesquisador ao inventário cronológico, informando o ano e o verbete em que o (s) documento (s) relativo (s) àquela categoria e/ou subcategoria aparece no instrumento principal. A partir dessa consulta, o usuário deve solicitar o documento desejado informando o código de notação.

Como já colocado, partimos da escala micro, com os verbetes representando funções, atividades e eventos exercidos e realizados por Epifânio Dória; elencados metodicamente no inventário cronológico de seu arquivo. Oferecemos, com isso, além de um rico instrumento de pesquisa, uma bela biografia cronológica desse intelectual. Desse conhecimento profundo sobre a vida de Epifânio Dória pudemos propor, então, um índice estratificado, que ao trabalhar com a escala macro, classificou esse arquivo ao criarmos categorias e subcategorias onde os documentos foram

10 SANTOS, Paulo Roberto Elian dos Santos. *Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: ARQSP, 2012. p. 60.

11 GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p. (Projeto como fazer, 2). p. 12.

12 *Idem*, p. 99.

13 CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, v. 9, n.1, p.21-24, jan./jun. 1988. p. 22.



reunidos. Com o instrumento auxiliar apresentado abaixo, o pesquisador poderá se aventurar pelas diversas esferas da vida desse importante intelectual sergipano.

**ÍNDICE ESTRATIFICADO
ARQUIVO DE EPIFÂNIO DÓRIA**

Vida familiar

Educação e orientação dos filhos

Boletim escolar: 1932 (10), 1937 (12), 1938 (14), 1939 (11), 1941 (18), 1942 (11), 1944 (14).

Carta (rascunho): 1944 (22).

Carta de cumprimentos: 1942 (16).

Carta de esclarecimento: 1942 (23), 1949 (75).

Carta de pedido de favor (rascunho): 1944 (22).

Convite: 1950 (111).

Ordem de pagamento: 1952 (31).

Procuração: 1952 (31).

Prova: 1942 (11).

Telegrama de comunicação: 1942 (23).

Telegrama de confirmação de recebimento: 1944 (147).

Celebrações

Anúncio fúnebre: 1942 (233).

Artigo jornalístico: 1974 (5).

Bilhete de condolências: 1951 (69).

Bilhete de cumprimentos: 1941 (31), 1943 (105).

Bilhete de felicitação: 1976 (1).

Carta (rascunho): 1942 (233).

Carta de agradecimento: 1938 (43), 1939 (26) (33), 1955 (26).

Carta de apresentação: 1939 (26).

Carta de comunicação: 1953 (51), 1961 (27).

Carta de condolências: 1918 (6), 1942 (233), 1943 (19), 1951 (69), 1972 (12).

Carta de cumprimentos: 1939 (31), 1960 (37).

Carta de elogio: 1942 (233) (251).

Carta de encaminhamento de previsão numerológica: 1937 (40).

Carta de felicitação: 1974 (5).

Carta de recomendação: 1939 (34).

Carta: 1942 (233).

Cartão de condolências: 1943 (19), 1972 (12).

Cartão de cumprimentos: 1942 (127), 1950 (32), 1956 (36).

Cartão de felicitação: 1974 (5).

Cartão-postal: 1973 (7), 1975 (2).

Certidão de casamento: 1914 (8).

Convite: 1949 (92), 1950 (111) (115) (117), 1951 (21), 1952 (77), 1954 (77) (105), 1968 (11).

Discurso de homenagem: 1974 (5).

Discurso: 1953 (55).

Horóscopo: 1936 (22).



Necrológio: 1951 (69).
Nota de cumprimentos: 1924 (40).
Nota de despesa: 1942 (233).
Nota jornalística: 1936 (13), 1974 (5), 1976 (1).
Notícia: 1976 (1).
Poema: 1942 (233), 1946 (26-27), 1958 (49), 1971 (3), 1974 (5).
Polianeira: 1974 (5).
Quadras: 1941 (93), 1968 (9-10).

Retrato:

Retrato: 1910 (5), 1936 (10) (13), 1940 (78), 1948 (25), 1966 (7), 1973 (7).
Santinho: 1972 (12), 1976 (3).
Soneto: 1946 (27).
Telegrama de comunicação: 1951 (69), 1961 (28).
Telegrama de condolências: 1956 (15).
Telegrama de cumprimentos: 1954 (43).

Viagens

Bilhete de cumprimentos: 1941 (37).
Carta aberta: 1956 (22) (25).
Carta de cumprimentos: 1935 (20).
Carta de divulgação 1956 (22).
Carta de orientação: 1964 (18) (20).
Carta de pronto restabelecimento: 1935 (13), 1949 (11), 1964 (20).
Carta: 1932 (9), 1935 (13), 1960 (52).
Convite: 1935 (23).
Lembrete: 1964 (20), 1966 (12).
Nota fiscal: 1965 (17-18).
Notícia: 1956 (22).
Reportagem fotográfica: 1938 (26-30).
Retrato: 1935 (22), 1941 (33), 1958 (44).
Telegrama de agradecimento: 1935 (21).

Saúde

Bilhete de encaminhamento: 1949 (10).
Carta de encaminhamento de paciente: 1946 (45).
Carta de encaminhamento: 1930 (11), 1963 (13).
Carta de leitor: 1951 (9).
Carta de orientação: 1937 (15), 1964 (20).
Carta de pronto restabelecimento: 1935 (13), 1949 (11), 1964 (20), 1966 (10) (14).
Carta de recomendação: 1920 (11).
Carta: 1935 (13), 1948 (12).
Cartão de agendamento de exame: 1959 (8).
Exame médico laboratorial: 1942 (63), 1946 (45).
Lembrete: 1964 (20), 1966 (11).
Nota de despacho: 1966 (10).



Nota de despesa: 1949 (32), 1966 (10).
 Notícia: 1949 (10).
 Prospecto: 1949 (10).
 Receita médica: 1969 (4), 1970 (12).
 Reportagem jornalística: 1949 (10).
 Santinho: 1976 (3).
 Solicitação de internamento: 1974 (7).
 Telegrama de pronto restabelecimento: 1949 (54).

Finanças

Apontamento: 1963 (6).
 Aviso de cobrança: 1972 (2).
 Bilhete de conversação: 1969 (3), 1970 (4).
 Bilhete: 1963 (6).
 Carta (rascunho): 1964 (11).
 Carta de agradecimento (rascunho): 1972 (4).
 Carta de cumprimentos: 1955 (12).
 Carta de felicitação: 1955 (12).
 Cartão de quitação de mensalidade: 1960 (6).
 Cédula de identidade: 1884 (1), 1939 (37).
 Certificado de desobrigação do serviço militar: 1941 (117).
 Comprovante de rendimentos: 1973 (8).
 Contracheque: 1974 (6).
 Crônica social: 1955 (12).
 Declaração de rendimentos (rascunho): 1974 (4).
 Declaração de rendimentos: 1970 (11), 1974 (4), 1975 (1).
 Guia de pagamento: 1962 (7).
 Instruções: 1971 (1).
 Lei (cópia): 1962 (11).
 Lei: 1957 (21), 1962 (11).
 Lembrete: 1963 (6), 1967 (4), 1969 (3), 1970 (4), 1971 (2).
 Nota fiscal: 1949 (34).
 Orçamento: 1957 (27).
 Ordem de pagamento: 1952 (31).
 Parecer de projeto de lei: 1957 (21).
 Procuração: 1952 (31).
 Recibo de envio de encomenda: 1961 (22).
 Recibo de pagamento de prestação de serviços: 1937 (13), 1938 (16).
 Recibo de pagamento: 1947 (12), 1963 (7), 1965 (9), 1966 (5), 1968 (5), 1971 (2).
 Recibo: 1963 (6), 1973 (8), 1974 (4), 1975 (1), 1976 (2).
 Requerimento (rascunho): 1955 (12).
 Telegrama de comunicação: 1957 (21).
 Título de eleitor: 1918 (3).



Vida social**Celebrações**

Anúncio Fúnebre: 1947 (172), 1967 (9).

Apontamento: 1960 (33).

Ata de fundação: 1924 (52).

Ata de solenidade: 1924 (52).

Bilhete de agradecimento: 1933 (13).

Bilhete de comunicação: 1927 (94), 1940 (65), 1948 (100), 1957 (10), 1961(11).

Bilhete de conversação: 1960 (34).

Bilhete de cumprimentos: 1917 (9), 1939 (29).

Bilhete de devolução: 1948 (26).

Bilhete de felicitação (rascunho): 1954 (21).

Bilhete: 1945 (36), 1971 (6).

Boletim: 1931 (20).

Cântico: 1961 (16).

Cardápio: 1939 (47).

Carta (rascunho): 1928 (12), 1940 (16), 1942 (33), 1944 (16) (34), 1945 (16), 1946 (54), 1957 (22), 1962 (14).

Carta (transcrição): 1944 (34).

Carta aberta: 1955 (22).

Carta circular de solicitação: 1960 (33), 1968 (13).

Carta circular: 1927 (50), 1948 (50), 1954 (41).

Carta de agradecimento: 1922 (4), 1926 (98), 1927 (87), 1933 (12), 1937 (20) (33), 1938 (35), 1939 (21) (27) (29) (35), 1942 (184), 1943 (74), 1946 (14) (18) (54), 1949 (20) (23), 1957 (22), 1960 (32) (33), 1962 (14), 1970 (3).

Carta de apresentação: 1960 (38).

Carta de comunicação: 1914 (11), 1924 (58), 1932 (15), 1941 (51), 1942 (184), 1944 (15), 1949 (88), 1950 (13), 1953 (10-11), 1955 (32), 1960 (38), 1961 (30), 1962 (6), 1970 (2) (6).

Carta de condolências: 1961 (17).

Carta de confirmação: 1946 (54).

Carta de cumprimentos: 1937 (14), 1951 (16), 1972 (13).

Carta de devolução: 1946 (54).

Carta de divulgação: 1956 (20).

Carta de elogio: 1952 (13).

Carta de encaminhamento (rascunho): 1962 (14).

Carta de encaminhamento de discurso: 1929 (15).

Carta de encaminhamento de documento: 1939 (21).

Carta de encaminhamento de exemplares: 1936 (20).

Carta de encaminhamento de fotografia: 1943 (269).

Carta de encaminhamento de livro: 1940 (73).

Carta de encaminhamento de procuração: 1953 (22).

Carta de encaminhamento de recibo: 1917 (6).

Carta de encaminhamento de retrato: 1946 (54).

Carta de orientação: 1938 (15), 1953 (22).

Carta de participação: 1942 (183).

Carta de pedido de favor (rascunho): 1961 (30).





Carta de pedido de favor: 1917 (10), 1935 (25), 1937 (38), 1957 (22), 1960 (38), 1961 (30).
 Carta de prestação de contas (rascunho): 1938 (15).
 Carta de recomendação: 1927 (87), 1939 (16), 1953 (9).
 Carta de solicitação de informação: 1933 (10).
 Carta de solicitação: 1936 (20), 1939 (22), 1940 (16), 1946 (14).
 Carta pastoral: 1939 (50).
 Carta: 1927 (8), 1933 (17), 1935 (12) (25), 1939 (35), 1942 (33), 1943 (17) (202), 1946 (54), 1950 (106), 1957 (22), 1960 (38), 1961 (30).
 Cartão de agradecimento: 1940 (15), 1945 (15), 1947 (21) (172), 1949 (21) (76), 1950 (16), 1951 (24), 1953 (13), 1956 (26), 1957 (18), 1960 (33) (41), 1963 (5), 1964 (5).
 Cartão de cumprimentos: 1927 (12).
 Cartão de homenagem in memoriam: 1948 (151).
 Cartão de homenagem: 1939 (28).
 Cartão de jubileu: 1936 (24).
 Cartão de lembrança: 1923 (17), 1923 (20-21), 1923 (23).
 Cartão de participação de evento: 1922 (3).
 Cartão de participação: 1901 (2), 1924 (28), 1933 (14), 1936 (17), 1937 (35), 1938 (23), 1939 (43), 1943 (156), 1945 (49) (58), 1947 (130), 1948 (62), 1950 (36), 1951 (33), 1955 (46), 1956 (69) (71).
 Cartão de pedido de favor: 1952 (18).
 Catálogo de obras de arte: 1921 (5).
 Certificado de registro de correspondência: 1940 (52), 1947 (75), 1969 (5).
 Conferência: 1920 (10), 1924 (47), 1951 (29), 1952 (36).
 Convite circular: 1927 (83), 1937 (29).
 Convite: 1911 (2), 1921 (8), 1923 (18), 1923 (23), 1927 (39) (50) (69) (72) (82) (84) (86) (92), 1930 (7) (10), 1934 (16), 1935 (36), 1937 (16) (32), 1942 (260) (268) (270), 1943 (217), 1944 (113) (222) (227) (229), 1946 (21) (57) (61), 1947 (95) (121) (160), 1948 (37) (99) (155-157), 1949 (18) (29) (37) (44) (89-90), 1950 (112-113) (119) (121), 1951 (27) (36), 1952 (76) (80), 1953 (39) (54) (71) (74) (108-109) (111), 1954 (35) (53) (71) (94) (99) (102-103) (106-107) (110), 1955 (24) (45) (47-48), 1956 (77-78) (81), 1957 (62-63) (65) (68), 1958 (32), 1959 (14) (18) (24) (56), 1960 (42) (50) (56), 1961 (7) (32), 1962 (19-20) (22), 1963 (14) (16), 1964 (7) (19), 1965 (13), 1966 (15), 1972 (5-8), 1973 (9), 1974 (9).
 Discurso de abertura: 1957 (34) (67).
 Discurso de despedida: 1938 (50).
 Discurso de homenagem: 1927 (89), 1949 (91), 1950 (104) (108).
 Discurso de inauguração: 1937 (37), 1938 (34) (48), 1939 (52), 1940 (35) (71) (76), 1942 (271).
 Discurso de recepção: 1938 (49).
 Discurso de saudação: 1957 (34).
 Discurso: 1940 (72), 1957 (34), 1960 (53).
 Edital: 1923 (24), 1927 (26), 1943 (202).
 Guardanapo: 1923 (18), 1923 (23).
 Hino: 1920 (10), 1954 (14).
 Ingresso: 1923 (19).
 Lembrete: 1960 (33) (55), 1964 (16), 1970 (10), 1973 (14).
 Lista: 1960 (38), 1964 (9).

Necrológio (rascunho): 1943 (74), 1961 (11).
 Necrológio: 1967 (9).
 Notícia: 1920 (13), 1933 (15), 1939 (30), 1943 (179), 1947 (194), 1956 (21) (24), 1972 (10).
 Poema: 1959 (50) (53).
 Programa: 1916 (40), 1923 (17) (19), 1935 (30), 1938 (44) (46-47), 1949 (83), 1951 (28), 1954 (47), 1955 (29), 1960 (30) (38), 1961 (16), 1963 (11), 1967 (10), 1974 (3).
 Prospecto: 1923 (10), 1942 (31), 1960 (33), 1966 (8), 1968 (7).
 Questionário: 1968 (13).
 Radio telegrama: 1946 (40).
 Ramalhete espiritual: 1948 (151), 1949 (83).
 Recibo de ordem de pagamento: 1947 (41).
 Recibo de pagamento: 1951 (17).
 Recibo: 1927 (94), 1932 (17) (19), 1945 (77), 1946 (58), 1960 (33), 1962 (24), 1964 (8).
 Regulamento: 1968 (8) (12).
 Reportagem fotográfica: 1937 (27).
 Reportagem jornalística: 1938 (35), 1941 (34), 1943 (179).
 Requerimento: 1953 (22).
 Retrato (cópia): 1946 (54).
 Retrato: 1927 (73), 1930 (8), 1932 (11), 1933 (25), 1934 (13), 1935 (33), 1939 (47), 1941 (85), 1942 (265), 1943 (269), 1946 (54), 1948 (133).
 Santinho: 1923 (22), 1943 (247), 1946 (33), 1949 (66), 1950 (114), 1951 (24), 1958 (17) (37), 1965 (16), 1973 (12).
 Tabela de prestação de contas: 1938 (15).
 Telegrama de agradecimento: 1940 (16), 1946 (51).
 Telegrama de comunicação de chegada: 1936 (15).
 Telegrama de comunicação: 1940 (16), 1943 (74), 1955 (38).
 Telegrama de esclarecimento: 1940 (16).
 Telegrama de orientação: 1937 (23).
 Telegrama de participação: 1954 (22).
 Telegrama de pedido de favor: 1948 (16).
 Telegrama de solicitação: 1916 (11), 1946 (18), 1950 (105).
 Telegrama: 1927 (87), 1940 (50).

Presentes recebidos

Artigo científico: 1937 (21), 1941 (15), 1944 (28-30), 1948 (20-21), 1949 (27), 1952 (19), 1953 (17-19) (112), 1954 (19), 1955 (18), 1959 (22).
 Artigo jornalístico: 1943 (20-21), 1946 (16), 1959 (20), 1972 (1).
 Bilhete de encaminhamento: 1927 (95), 1963 (12).
 Bilhete: 1956 (34).
 Biografia: 1936 (11), 1942 (24), 1945 (18), 1951 (14), 1953 (20), 1954 (18), 1956 (17).
 Calendário: 1948 (154).
 Carta (rascunho): 1945 (67).
 Carta de agradecimento (rascunho): 1953 (18), 1960 (46), 1964 (14).
 Carta de encaminhamento de discurso: 1941 (23).
 Carta de encaminhamento de folheto: 1941 (25).
 Carta de encaminhamento de fotografia: 1915 (8), 1941 (10).





Carta de encaminhamento de livro: 1921 (7), 1924 (53), 1927 (97), 1934 (17), 1936 (25), 1937 (31), 1945 (67), 1956 (34).

Carta de encaminhamento de periódico: 1915 (6).

Carta de encaminhamento de publicações: 1939 (36).

Carta de encaminhamento de revista: 1927 (98).

Carta de encaminhamento: 1954 (42), 1957 (64).

Carta de esclarecimento: 1939 (40).

Carta de solicitação de opinião: 1923 (26).

Carta de solicitação: 1934 (17), 1954 (42).

Certificado de registro: 1951 (26).

Coletânea de discursos: 1926 (122).

Conferência: 1934 (14), 1935 (15), 1939 (13), 1942 (28), 1958 (25).

Crônica histórica: 1943 (22).

Diário de viagem: 1935 (16).

Discurso de agradecimento: 1957 (58).

Discurso de comemoração: 1913 (2), 1926 (14), 1948 (138), 1954 (49).

Discurso de defesa: 1936 (21).

Discurso de encerramento: 1935 (17), 1944 (31).

Discurso de formatura: 1942 (27), 1959 (21).

Discurso de homenagem: 1939 (15), 1941 (17), 1944 (161) (226), 1948 (27) (120), 1949 (26), 1952 (23), 1953 (16), 1959 (28), 1961 (9) (15).

Discurso de inauguração: 1906 (3), 1931 (13), 1949 (62), 1957 (13).

Discurso de instalação: 1940 (37).

Discurso de posse: 1942 (204), 1952 (16).

Discurso de recepção: 1926 (9).

Discurso de saudação: 1973 (13).

Discurso: 1950 (53).

Dossiê de documentos: 1944 (27).

Ensaio: 1937 (22), 1944 (32), 1947 (17) (18), 1953 (14).

Folheto: 1900 (2), 1923 (6), 1929 (8), 1932 (16), 1933 (8), 1935 (18) (35), 1939 (12), 1941 (14), 1942 (29), 1944 (26), 1948 (81), 1949 (50), 1951 (12-13) (31), 1954 (17), 1958 (16), 1959 (42), 1965 (14), 1973 (3).

Guia turístico rodoviário: 1942 (26).

Livro: 1931 (12), 1941 (13) (16), 1942 (25), 1944 (25), 1947 (19) (32), 1948 (22), 1949 (25), 1950 (18), 1952 (15), 1959 (23), 1960 (35), 1962 (8-9), 1972 (3), 1973 (5), 1974 (8).

Monografia: 1938 (32).

Paisagem: 1899 (3), 1928 (8).

Poema: 1974 (2).

Proposta de projeto: 1935 (14).

Proposta: 1938 (33).

Rapsódia: 1955 (20).

Relatório administrativo: 1936 (18), 1943 (211), 1947 (20), 1951 (23).

Relatório: 1938 (11), 1946 (15).

Resumo de curso: 1961 (8).

Retrato: 1930 (8), 1931 (17) (21), 1936 (19), 1937 (30), 1938 (22), 1940 (55), 1943 (222), 1947 (76), 1949 (85).

Revista: 1927 (75).

Tese: 1926 (11), 1939 (14), 1955 (19), 1956 (19).

Vida profissional

Arquivo Público do Estado de Sergipe

Carta de encaminhamento de relatório: 1927 (6).

Notícia: 1972 (10).

Portaria: 1926 (125).

Biblioteca Pública do Estado de Sergipe

Artigo jornalístico: 1932 (18), 1942 (1), 1970 (5).

Ata de instalação: 1925 (1), 1926 (1), 1927 (1), 1929 (1), 1930 (1).

Bilhete de agradecimento: 1910 (1).

Bilhete de comunicação: 1927 (1).

Bilhete de cumprimentos: 1927 (1).

Bilhete de desculpas: 1918 (1).

Bilhete de doação: 1932 (1).

Bilhete de encaminhamento de anais: 1927 (1).

Bilhete de encaminhamento de anuário estatístico: 1927 (1).

Bilhete de encaminhamento de boletim: 1927 (1).

Bilhete de encaminhamento de exemplares: 1914 (1), 1918 (1), 1919 (1), 1921 (1).

Bilhete de encaminhamento de jornal: 1920 (1), 1927 (1).

Bilhete de encaminhamento de livro: 1916 (1), 1923 (1).

Bilhete de encaminhamento de material: 1920 (1), 1924 (1).

Bilhete de encaminhamento de periódico: 1915 (1), 1927 (1).

Bilhete de encaminhamento de revista: 1914 (1), 1927 (1).

Bilhete de encaminhamento: 1911 (1), 1913 (1), 1927 (1).

Bilhete de esclarecimento: 1916 (1), 1917 (1), 1927 (1).

Bilhete de orientação: 1927 (1).

Bilhete de prestação de informação: 1927 (1).

Bilhete de solicitação: 1919 (1).

Carta (rascunho): 1927 (1), 1956 (16), 1964 (11).

Carta circular: 1927 (1).

Carta de agradecimento: 1913 (3), 1914 (6), 1922 (4), 1927 (1), 1933 (1).

Carta de aquisição de publicações (rascunho): 1927 (1).

Carta de comunicação: 1913 (1), 1914 (11), 1915 (7), 1918 (1), 1927 (1).

Carta de cumprimentos: 1916 (1), 1927 (1), 1937 (14), 1943 (139), 1955 (12), 1972 (13).

Carta de elogio: 1927 (1), 1943 (139).

Carta de encaminhamento de almanaque: 1927 (1).

Carta de encaminhamento de anais: 1927 (1).

Carta de encaminhamento de boletim: 1927 (1).

Carta de encaminhamento de cartões-postais: 1915 (1).

Carta de encaminhamento de discurso: 1927 (1).

Carta de encaminhamento de estatuto: 1927 (1).

Carta de encaminhamento de exemplares: 1916 (1), 1927 (1).

Carta de encaminhamento de guia: 1927 (1).

Carta de encaminhamento de jornal: 1927 (1).





Carta de encaminhamento de livro: 1925 (1), 1927 (1), 1931 (1), 1933 (1), 1943 (1).
 Carta de encaminhamento de periódico: 1922 (1), 1927 (1).
 Carta de encaminhamento de publicações: 1927 (1), 1933 (1), 1934 (1).
 Carta de encaminhamento de questionário: 1924 (1).
 Carta de encaminhamento de relatório: 1927 (1).
 Carta de encaminhamento de revista: 1925 (1), 1927 (1).
 Carta de esclarecimento: 1914 (1), 1917 (1), 1918 (1), 1922 (1), 1924 (1), 1925 (1), 1927 (1).
 Carta de felicitação: 1955 (12).
 Carta de oferecimento de livro: 1927 (1).
 Carta de oferecimento: 1927 (1).
 Carta de orientação: 1927 (1).
 Carta de proposta: 1927 (1).
 Carta de solicitação (rascunho): 1948 (24).
 Carta de solicitação de colaboração: 1927 (1).
 Carta de solicitação de informação: 1921 (1), 1927 (1).
 Carta de solicitação de informação: 1934 (1).
 Carta de solicitação: 1927 (1), 1938 (2), 1939 (2).
 Carta: 1914 (7), 1924 (51), 1927 (1), 1935 (12), 1943 (104) (139).
 Cartão de agradecimento: 1927 (1).
 Cartão-postal: 1927 (1).
 Certificado de registro de correspondência: 1927 (1).
 Convite: 1915 (7), 1927 (1).
 Crônica social: 1943 (104), 1955 (12).
 Editorial: 1928 (1).
 Folheto: 1942 (1).
 Lei (cópia): 1962 (11).
 Lei: 1957 (21), 1962 (11).
 Lista: 1915 (7), 1964 (9).
 Norma: 1938 (2).
 Nota de despacho: 1927 (1).
 Nota jornalística: 1943 (104).
 Notícia: 1937 (9).
 Ofício circular: 1927 (1).
 Ofício de agradecimento: 1927 (1).
 Ofício de comunicação: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de almanaque: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de anais: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de anuário estatístico: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de ata: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de boletim: 1909 (1), 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de catálogo: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de coleção: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de exemplares: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de jornal: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de publicações: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de regulamento: 1927 (1).

Ofício de encaminhamento de relatório: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento de revista: 1927 (1).
 Ofício de encaminhamento: 1927 (1).
 Ofício de esclarecimento: 1927 (1).
 Ofício de oferecimento de jornal: 1927 (1).
 Ofício de oferecimento de livro: 1927 (1).
 Ofício de oferecimento de publicação: 1927 (1).
 Ofício de solicitação: 1927 (1).
 Parecer de projeto de lei: 1957 (21).
 Recibo: 1927 (1).
 Relatório administrativo: 1912 (1), 1915 (1), 1916 (1), 1919 (1), 1920 (1), 1932 (1), 1942 (1).
 Relatório: 1917 (1).
 Requerimento (rascunho): 1955 (12).
 Retrato: 1910 (1).
 Telegrama de comunicação: 1957 (21).
 Telegrama de encaminhamento de livro: 1927 (1).
 Telegrama de encaminhamento de revista: 1927 (1).
 Telegrama de solicitação: 1927 (1).
 Termo de doação: 1914 (12).

Comércio

Retrato: 1906 (1).
 Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
 Agenda: 1959 (2).
 Apontamento: 1960 (45), 1963 (8), 1964 (21).
 Artigo científico: 1940 (4).
 Artigo jornalístico: 1952 (70), 1953 (2), 1954 (84) (97), 1956 (27) (38) (48), 1956 (66), 1959 (47).
 Ato: 1934 (19).
 Bilhete de agradecimento: 1921 (3), 1950 (4), 1953 (2).
 Bilhete de comunicação de afastamento: 1949 (2).
 Bilhete de comunicação: 1948 (4), 1949 (2), 1960 (45).
 Bilhete de cumprimentos: 1917 (9), 1939 (29).
 Bilhete de encaminhamento de dinheiro: 1954 (2).
 Bilhete de encaminhamento de revista: 1938 (4), 1939 (6).
 Bilhete de encaminhamento: 1964 (21).
 Bilhete de esclarecimento: 1954 (2).
 Bilhete de orientação: 1952 (2).
 Bilhete de solicitação de livro: 1953 (2).
 Bilhete de solicitação: 1927 (7).
 Bilhete: 1949 (2), 1960 (29) (45), 1963 (1), 1964 (21).
 Biografia: 1949 (24), 1962 (12).
 Carta (rascunho): 1936 (3), 1942 (197), 1943 (16), 1948 (2), 1959 (16), 1964 (21).
 Carta aberta: 1949 (53).
 Carta circular de solicitação: 1968 (13).
 Carta circular: 1936 (12), 1937 (36), 1938 (21), 1960 (1), 1963 (1).





Carta de aceitação: 1923 (9).

Carta de agradecimento (rascunho): 1953 (2), 1957 (2).

Carta de agradecimento: 1934 (3), 1936 (3), 1938 (4), 1938 (40), 1939 (6), 1939 (29) (35) (39), 1940 (58), 1942 (197), 1946 (2), 1948 (2), 1950 (2), 1951 (2), 1952 (2), 1954 (34), 1955 (2) (15), 1959 (41), 1960 (1), 1963 (1), 1966 (6), 1967 (1).

Carta de comunicação (rascunho): 1943 (3), 1948 (2), 1960 (45).

Carta de comunicação de afastamento: 1949 (2).

Carta de comunicação de recebimento (rascunho): 1952 (2).

Carta de comunicação: 1938 (4), 1943 (3).

Carta de confirmação de recebimento: 1935 (3).

Carta de convite: 1960 (44).

Carta de cumprimentos: 1933 (20), 1939 (20), 1949 (16), 1963 (1).

Carta de desculpas: 1946 (2), 1948 (2), 1955 (2).

Carta de doação de biblioteca: 1939 (5).

Carta de doação: 1937 (3), 1941 (3), 1952 (2).

Carta de elogio: 1952 (13).

Carta de encaminhamento (rascunho): 1953 (2).

Carta de encaminhamento de correspondência: 1950 (2).

Carta de encaminhamento de dinheiro: 1938 (4), 1943 (16), 1944 (148), 1948 (2), 1955 (2).

Carta de encaminhamento de discurso: 1952 (22).

Carta de encaminhamento de documentação (rascunho): 1943 (3).

Carta de encaminhamento de documentação: 1939 (5).

Carta de encaminhamento de livro: 1939 (5), 1952 (2).

Carta de encaminhamento de mensalidade: 1941 (3).

Carta de encaminhamento de pagamento: 1940 (4).

Carta de encaminhamento de publicações: 1934 (3), 1938 (4), 1939 (5).

Carta de encaminhamento de revista (rascunho): 1952 (4).

Carta de encaminhamento de revista: 1938 (4).

Carta de encaminhamento: 1945 (2), 1951 (2), 1955 (2), 1956 (2).

Carta de esclarecimento (rascunho): 1942 (3), 1952 (22).

Carta de esclarecimento: 1935 (3), 1938 (4), 1939 (5), 1939 (6), 1945 (2), 1952 (22), 1958 (2).

Carta de instrução: 1942 (3).

Carta de justificativa de não comparecimento: 1938 (40).

Carta de justificativa: 1939 (6).

Carta de oferecimento de biblioteca: 1938 (4).

Carta de oferecimento de móvel: 1936 (3).

Carta de orientação: 1935 (3), 1936 (3), 1938 (4), 1939 (5), 1951 (2).

Carta de pedido de favor: 1964 (22).

Carta de proposta: 1945 (2).

Carta de proposta: 1949 (2).

Carta de reclamação: 1956 (2).

Carta de solicitação (rascunho): 1957 (2), 1958 (2).

Carta de solicitação de apoio: 1952 (22).

Carta de solicitação de colaboração: 1969 (1).

Carta de solicitação de informação (rascunho): 1944 (2), 1952 (2) (22), 1960 (7).

Carta de solicitação de informação: 1935 (3).

Carta de solicitação: 1927 (7), 1934 (19), 1935 (3), 1939 (5), 1950 (2), 1952 (22), 1953 (2), 1961 (1).

Carta: 1937 (3), 1939 (5), 1939 (6) (35), 1940 (4), 1944 (111), 1945 (2), 1949 (2), 1953 (2), 1954 (20) (91), 1959 (41).

Cartão de agradecimento: 1940 (22) (58), 1952 (17).

Cartão de cumprimentos: 1942 (5), 1955 (2).

Cartão de visita: 1939 (6).

Conferência: 1920 (10), 1924 (47).

Convite circular: 1946 (17).

Convite: 1930 (10), 1941 (3), 1952 (22).

Crítica literária: 1946 (4).

Crônica social: 1954 (64) (66) (70) (78) (85) (88) (93) (95-96) (100-101) (108-109).

Currículo: 1951 (2).

Diploma: 1923 (9), 1946 (39), 1958 (2).

Discurso de homenagem (rascunho): 1948 (2).

Discurso de homenagem: 1944 (111) (161), 1946 (44), 1949 (91), 1950 (104) (108).

Discurso de inauguração: 1940 (71), 1944 (111).

Discurso de posse: 1941 (47).

Discurso de recepção: 1942 (231), 1944 (167).

Discurso de transmissão de cargo: 1939 (41).

Discurso: 1939 (42), 1955 (25), 1964 (21).

Duplicata mercantil: 1958 (2).

Estatuto: 1950 (2).

Hino: 1920 (10).

Lembrete: 1964 (21).

Lista: 1952 (2).

Moção de apoio: 1952 (22).

Nota fiscal: 1951 (2), 1953 (2), 1958 (2).

Nota jornalística (cópia): 1964 (21).

Nota jornalística: 1964 (21).

Notícia (rascunho): 1960 (44), 1964 (21-22).

Notícia: 1928 (3), 1940 (4), 1942 (5), 1943 (179), 1944 (106), 1944 (111), 1949 (2) (53), 1952 (22), 1954 (2).

Ofício de solicitação: 1953 (2).

Pedido de compra: 1958 (2).

Programa: 1944 (111), 1951 (28).

Questionário: 1968 (1) (13), 1971 (7).

Recibo de despacho de material: 1958 (2).

Regulamento: 1968 (8) (12).

Relatório de posse: 1948 (72).

Reportagem jornalística: 1943 (179), 1964 (21).

Requerimento (rascunho): 1955 (2).

Revista: 1968 (3).

Tabela de controle de rendas: 1963 (1).

Telegrama de agradecimento: 1948 (2), 1955 (2).

Telegrama de comunicação: 1935 (3), 1937 (3), 1943 (3), 1944 (148).





Telegrama de cumprimentos: 1952 (22).

Telegrama de encaminhamento de dinheiro: 1949 (2).

Telegrama de orientação: 1937 (3).

Telegrama: 1945 (70).

Juízo Municipal de Boquim

Certificado de qualificação: 1904 (3).

Ofício de comunicação: 1904 (2).

Ofício de encaminhamento: 1905 (1).

Ofício: 1904 (2), 1905 (1).

Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe

Coletânea de cartas abertas: 1915 (3).

Decreto-lei: 1926 (8).

Lei: 1926 (8).

Recibo (série): 1915 (3).

Regulamento: 1915 (3).

Mútua Construtora

Carta circular: 1914 (4).

Carta de esclarecimento: 1914 (4).

Promotoria Pública da Comarca de Maruim

Petição de atestado de exercício de cargo: 1907 (3).

Seção Sergipe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)

Ofício de agradecimento: 1931 (22).

Notícia: 1933 (15).

Seção de Correspondência Regional do Estado de Sergipe

Boletim oficial: 1935 (7).

Instruções: 1931 (8).

Relatório anual (rascunho): 1933 (6).

Secretaria Geral do Estado de Sergipe

Adendo: 1941 (22).

Anuário estatístico: 1940 (1).

Apontamento: 1938 (25).

Ata de sessão plenária: 1938 (25).

Aviso: 1938 (1).

Balancete: 1937 (1).

Balanço comparativo: 1937 (1).

Balanço: 1939 (1).

Bilhete de agradecimento: 1939 (1), 1939 (24) (53), 1941 (1).

Bilhete de cumprimentos: 1935 (28), 1938 (1).

Bilhete de encaminhamento de publicações: 1938 (1).

Bilhete de encaminhamento: 1940 (1).
Boletim: 1940 (1).
Carta (rascunho): 1941 (1), (36) (42).
Carta de agradecimento: 1938 (1), 1938 (25), 1939 (1) (24) (45) (53), 1940 (1).
Carta de comunicação: 1938 (1).
Carta de confirmação de recebimento: 1937 (1).
Carta de cumprimentos: 1937 (1), 1937 (14), 1938 (17).
Carta de encaminhamento de boletim: 1938 (1).
Carta de encaminhamento de jornal: 1938 (1).
Carta de encaminhamento de livros: 1937 (1).
Carta de encaminhamento de material: 1938 (1).
Carta de encaminhamento de publicações: 1938 (1), 1939 (1).
Carta de encaminhamento: 1936 (1).
Carta de esclarecimento (rascunho): 1938 (1).
Carta de esclarecimento: 1938 (1), 1939 (1).
Carta de leitor: 1941 (43).
Carta de orientação: 1938 (1).
Carta de pedido de favor: 1936 (1), 1937 (1), 1938 (1), 1939 (1), 1940 (1).
Carta de proposta: 1937 (1).
Carta de recomendação: 1941 (1).
Carta de solicitação de indicação: 1939 (1).
Carta de solicitação de informação: 1936 (1).
Carta de solicitação de subvenção: 1938 (1), 1939 (1).
Carta de solicitação: 1938 (1), 1939 (1).
Carta: 1936 (1), 1938 (1), 1939 (1), 1940 (1), 1941 (42).
Cartão de homenagem: 1939 (28).
Coletânea de decretos: 1941 (1).
Coletânea de decretos-leis: 1939 (1), 1940 (1), 1941 (1).
Conferência: 1938 (25).
Contrato: 1939 (1).
Convite: 1938 (31), 1941 (28).
Decreto executivo: 1937 (1), 1938 (1).
Decreto: 1939 (1).
Decreto-lei: 1937 (1), 1939 (1), 1940 (1).
Discurso de despedida: 1938 (50).
Discurso de encerramento: 1939 (1).
Discurso de homenagem: 1938 (25), 1940 (1), 1941 (1).
Discurso de inauguração: 1937 (37), 1938 (48), 1939 (1) (52) (57), 1940 (76).
Discurso de recepção: 1938 (49).
Discurso: 1938 (1), 1939 (1).
Editorial: 1941 (43).
Exposição de motivos: 1938 (25).
Fatura: 1939 (1).
Folheto: 1937 (1), 1938 (25).
Jornal oficial: 1941 (1).
Lei: 1936 (1).





Lista de aquisição: 1935 (10).
 Lista: 1938 (1), 1939 (1).
 Mapa geográfico: 1936 (1).
 Mapa rodoviário: 1939 (1).
 Memorial: 1937 (1).
 Nota jornalística: 1938 (1).
 Notícia: 1938 (1), 1939 (30), 1940 (1).
 Ofício de autorização: 1939 (1).
 Ofício de confirmação de recebimento: 1941 (42).
 Ofício de encaminhamento de decreto: 1938 (1).
 Ofício de esclarecimento: 1939 (1).
 Ofício de prestação de informação: 1939 (1), 1940 (1).
 Ofício de solicitação: 1939 (1), 1941 (1).
 Planta: 1935 (10).
 Portaria (rascunho): 1937 (1).
 Portaria: 1938 (1), 1939 (1), 1941 (22).
 Programa: 1938 (47).
 Pronunciamento: 1938 (25).
 Prospecto: 1937 (1).
 Recibo: 1936 (1), 1937 (1).
 Regimento: 1937 (1).
 Relatório (rascunho): 1935 (10).
 Relatório administrativo (rascunho): 1938 (1).
 Relatório administrativo: 1939 (1), 1941 (1).
 Relatório financeiro: 1937 (1).
 Relatório: 1938 (1), 1939 (1), 1940 (1).
 Reportagem fotográfica: 1938 (25-29), 1939 (46) (49), 1940 (1), 1941 (22).
 Reportagem jornalística: 1939 (1) (45), 1941 (34).
 Tabela: 1937 (1), 1938 (1), 1939 (1).
 Telegrama de agradecimento: 1938 (1), 1938 (17), 1939 (1), 1940 (1).
 Telegrama de comunicação: 1939 (1), 1941 (1).
 Telegrama de esclarecimento: 1941 (1).
 Telegrama de pedido de favor: 1941 (1).
 Telegrama de solicitação: 1937 (1), 1938 (17).

Vida associativa

Academia Alagoana de Letras

Carta de aceitação: 1950 (20).

Academia Brasileira de Ciências Sociais e Políticas de São Paulo

Carta de aceitação: 1956 (18).

Academia de Letras do Rio Grande do Sul

Boletim: 1939 (54).

Carta de aceitação: 1939 (54).

Diploma: 1939 (54).

Revista: 1939 (54).

Academia Fluminense de Letras

Discurso de recepção: 1949 (28).

Academia Paraibana de Letras

Carta de aceitação: 1942 (85).

Nota jornalística: 1942 (85).

Academia Petropolitana de Letras do Rio de Janeiro

Carta de aceitação: 1942 (44).

Notícia: 1942 (44).

Academia Piauiense de Letras

Carta de aceitação: 1929 (11).

Academia Polimática

Carta de aceitação: 1923 (25).

Academia Sergipana de Letras

Apontamento: 1960 (5), 1969 (7).

Ata pública de sessão ordinária: 1939 (9).

Atestado: 1939 (9).

Balanço anual: 1939 (9).

Bilhete de agradecimento: 1950 (5).

Bilhete de encaminhamento: 1942 (6).

Bilhete de solicitação: 1947 (5), 1948 (115), 1957 (5).

Boletim: 1931 (20).

Carta aberta: 1940 (30), 1948 (6).

Carta circular: 1941 (52), 1947 (5) (102), 1949 (79), 1951 (5).

Carta de aceitação: 1940 (30).

Carta de agradecimento: 1932 (6).

Carta de comunicação (rascunho): 1956 (5).

Carta de comunicação: 1967 (8).

Carta de encaminhamento de livro: 1942 (6).

Carta de encaminhamento de revista: 1932 (6).

Carta de encaminhamento: 1941 (5).

Carta de indicação: 1929 (12).

Carta de orientação: 1949 (5).

Carta de recusa: 1948 (10).

Carta de solicitação de informação: 1943 (6).

Carta de solicitação de subvenção: 1939 (9).

Carta de submissão: 1947 (5).

Carta: 1942 (6), 1943 (6), 1948 (6).

Carteira de filiação: 1940 (30).

Convite (rascunho): 1941 (54).

Convite: 1941 (26) (32), 1969 (6).

Currículo: 1947 (5).

Decreto: 1931 (7).





Discurso de saudação: 1942 (6).
Edital de convocação: 1970 (13).
Edital: 1942 (6), 1948 (6).
Estatuto: 1940 (30), 1948 (6).
Lei: 1954 (5).
Lembrete: 1957 (26).
Lista: 1947 (5).
Nota jornalística: 1940 (30).
Notícia: 1932 (6), 1940 (6), 1941 (5) (26) (46) (69), 1942 (6), (49), 1943 (6) (166), 1947 (5), 1948 (6) (143), 1949 (5).
Proposta orçamentária (rascunho): 1943 (6), 1944 (5).
Proposta: 1941 (5).
Recibo: 1963 (4).
Relatório financeiro (rascunho): 1943 (6), 1945 (5), 1946 (5), 1947 (5).
Reportagem jornalística: 1936 (6).
Requerimento: 1939 (9).
Retrato: 1931 (18).
Telegrama de comunicação: 1940 (6).
Telegrama de cumprimentos: 1944 (38).

Accademia di Paestum (Itália)

Diploma: 1953 (35).
Associação Comercial de Sergipe
Carta de aceitação: 1929 (9).

Associação de Intercâmbio Cultural

Carta de aceitação: 1952 (61).

Associação Esperantista de Sergipe

Estatuto: 1964 (6).

Associação Internacional de Imprensa

Carta de aceitação: 1951 (30).
Conferência: 1952 (36).
Credencial: 1951 (30).
Telegrama de aceitação: 1951 (30).
Associação Marabaense de Letras
Carta de aceitação: 1927 (78).
Associação Sergipana de Imprensa
Bilhete: 1960 (31).

Biblioteca América da Universidade de Santiago de Compostela

Carta de aceitação: 1926 (15).
Caixa Beneficente de Maruim
Projeto de reforma de estatuto: 1931 (11).

Caixa Beneficente Manuel Cardoso

Anteprojeto de estatuto: 1931 (10).

Carta (rascunho): 1952 (8).

Estatuto: 1952 (8).

Lista: 1931 (10).

Recibos (série): 1931 (10).

Centro Catarinense de Letras

Carta de aceitação: 1925 (8).

Centro da Boa Imprensa

Carta circula: 1927 (11).

Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas

Carta de aceitação: 1925 (13).

Carta de agradecimento: 1925 (13).

Carta de encaminhamento: 1925 (13).

Carta de proposta: 1925 (13).

Diploma: 1925 (13).

Centro de Cultura Intelectual de Campinas

Carta de aceitação: 1933 (21).

Centro Operário de Sergipe

Carta circular: 1927 (9).

Centro Sergipano do Rio de Janeiro

Carta circular: 1927 (10), 1934 (10), 1938 (10).

Carta de agradecimento: 1938 (19).

Carta de confirmação de recebimento: 1934 (10).

Carta de encaminhamento de procuração: 1934 (10).

Carta de encaminhamento de subvenção (rascunho): 1934 (10).

Carta de pedido de favor: 1937 (8).

Carta de reinvestidura de cargo: 1936 (23).

Carta de solicitação: 1936 (7), 1937 (8), 1938 (19).

Carta: 1936 (7), 1937 (8), 1938 (10), 1973 (10).

Convite: 1934 (10), 1955 (45), 1973 (10).

Discurso de homenagem: 1939 (32), 1973 (10).

Estatuto (rascunho): 1927 (10).

Nota jornalística: 1935 (31).

Programa: 1951 (54), 1973 (10).

Recibo: 1934 (10), 1936 (7), 1940 (9).

Relatório administrativo: 1935 (8).

Reportagem fotográfica: 1938 (30), 1973 (10).

Telegrama de agradecimento: 1935 (21).

Telegrama de orientação: 1934 (10).

Telegrama de solicitação: 1937 (8).



Círculo Cultural do Instituto Maçônico de Cultura e Mérito

Carta de aceitação: 1951 (38).

Círculo Universitário de Aracaju

Carta de encaminhamento: 1914 (5).

Diploma: 1914 (5).

Clube Carnavalesco Filhos da Arte

Carta de aceitação: 1910 (2).

Clube Esperanto

Carta de aceitação: 1913 (5).

Hora Literária de Santo Antônio

Carta circular: 1929 (14).

Hora Literária General Calazans

Carta de aceitação: 1921 (10).

Carta de convocação: 1923 (8).

Diploma: 1921 (10).

Lei: 1928 (4).

Notícia: 1928 (4).

Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano

Carta circular: 1928 (11).

Carta de aceitação: 1928 (11).

Carta de oferecimento: 1928 (11).

Carta de solicitação: 1928 (11).

Convite: 1955 (21).

Instituto de Cultura Americana

Diploma: 1951 (62).

Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo

Carta circular: 1938 (45).

Carta de aceitação: 1938 (45).

Carta de encaminhamento de diploma: 1938 (45).

Carta de solicitação de apoio bibliográfico: 1938 (45).

Diploma: 1938 (45).

Instituto do Ceará

Boletim: 1940 (32).

Carta de aceitação: 1940 (32).

Instituto Genealógico Brasileiro

Árvore genealógica: 1941 (9).

Carta de cobrança: 1941 (9).

Carta de desligamento: 1941 (9).



Carta resposta: 1941 (9).

Diploma: 1941 (9).

Formulário: 1941 (9).

Questionário: 1941 (9).

Instituto Genealógico da Bahia

Carta de aceitação: 1948 (111).

Carta de agradecimento (rascunho): 1948 (111).

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Carta de aceitação: 1942 (215).

Diploma: 1942 (215).

Instituto Histórico de Petrópolis

Carta de aceitação: 1947 (177).

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Diploma: 1947 (42).

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Carta de aceitação: 1956 (46).

Carta de agradecimento (rascunho): 1956 (46).

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Agenda: 1959 (2).

Apontamento: 1960 (45), 1963 (8), 1964 (21).

Artigo científico: 1940 (4).

Artigo jornalístico: 1952 (70), 1953 (2), 1954 (84) (97), 1956 (27) (38) (48), 1956 (66), 1959 (47).

Ato: 1934 (19).

Bilhete de agradecimento: 1921 (3), 1950 (4), 1953 (2).

Bilhete de comunicação de afastamento: 1949 (2).

Bilhete de comunicação: 1948 (4), 1949 (2), 1960 (45).

Bilhete de cumprimentos: 1917 (9), 1939 (29).

Bilhete de encaminhamento de dinheiro: 1954 (2).

Bilhete de encaminhamento de revista: 1938 (4), 1939 (6).

Bilhete de encaminhamento: 1964 (21).

Bilhete de esclarecimento: 1954 (2).

Bilhete de orientação: 1952 (2).

Bilhete de solicitação de livro: 1953 (2).

Bilhete de solicitação: 1927 (7).

Bilhete: 1949 (2), 1960 (29) (45), 1963 (1), 1964 (21).

Biografia: 1949 (24), 1962 (12).

Carta (rascunho): 1936 (3), 1942 (197), 1943 (16), 1948 (2), 1959 (16), 1964 (21).

Carta aberta: 1949 (53).

Carta circular de solicitação: 1968 (13).

Carta circular: 1936 (12), 1937 (36), 1938 (21), 1960 (1), 1963 (1).





Carta de aceitação: 1923 (9).

Carta de agradecimento (rascunho): 1953 (2), 1957 (2).

Carta de agradecimento: 1934 (3), 1936 (3), 1938 (4), 1938 (40), 1939 (6), 1939 (29) (35) (39), 1940 (58), 1942 (197), 1946 (2), 1948 (2), 1950 (2), 1951 (2), 1952 (2), 1954 (34), 1955 (2) (15), 1959 (41), 1960 (1), 1963 (1), 1966 (6), 1967 (1).

Carta de comunicação (rascunho): 1943 (3), 1948 (2), 1960 (45).

Carta de comunicação de afastamento: 1949 (2).

Carta de comunicação de recebimento (rascunho): 1952 (2).

Carta de comunicação: 1938 (4), 1943 (3).

Carta de confirmação de recebimento: 1935 (3).

Carta de convite: 1960 (44).

Carta de cumprimentos: 1933 (20), 1939 (20), 1949 (16), 1963 (1).

Carta de desculpas: 1946 (2), 1948 (2), 1955 (2).

Carta de doação de biblioteca: 1939 (5).

Carta de doação: 1937 (3), 1941 (3), 1952 (2).

Carta de elogio: 1952 (13).

Carta de encaminhamento (rascunho): 1953 (2).

Carta de encaminhamento de correspondência: 1950 (2).

Carta de encaminhamento de dinheiro: 1938 (4), 1943 (16), 1944 (148), 1948 (2), 1955 (2).

Carta de encaminhamento de discurso: 1952 (22).

Carta de encaminhamento de documentação (rascunho): 1943 (3).

Carta de encaminhamento de documentação: 1939 (5).

Carta de encaminhamento de livro: 1939 (5), 1952 (2).

Carta de encaminhamento de mensalidade: 1941 (3).

Carta de encaminhamento de pagamento: 1940 (4).

Carta de encaminhamento de publicações: 1934 (3), 1938 (4), 1939 (5).

Carta de encaminhamento de revista (rascunho): 1952 (4).

Carta de encaminhamento de revista: 1938 (4).

Carta de encaminhamento: 1945 (2), 1951 (2), 1955 (2), 1956 (2).

Carta de esclarecimento (rascunho): 1942 (3), 1952 (22).

Carta de esclarecimento: 1935 (3), 1938 (4), 1939 (5), 1939 (6), 1945 (2), 1952 (22), 1958 (2).

Carta de instrução: 1942 (3).

Carta de justificativa de não comparecimento: 1938 (40).

Carta de justificativa: 1939 (6).

Carta de oferecimento de biblioteca: 1938 (4).

Carta de oferecimento de móvel: 1936 (3).

Carta de orientação: 1935 (3), 1936 (3), 1938 (4), 1939 (5), 1951 (2).

Carta de pedido de favor: 1964 (22).

Carta de proposta: 1945 (2).

Carta de proposta: 1949 (2).

Carta de reclamação: 1956 (2).

Carta de solicitação (rascunho): 1957 (2), 1958 (2).

Carta de solicitação de apoio: 1952 (22).

Carta de solicitação de colaboração: 1969 (1).

Carta de solicitação de informação (rascunho): 1944 (2), 1952 (2) (22), 1960 (7).

Carta de solicitação de informação: 1935 (3).

Carta de solicitação: 1927 (7), 1934 (19), 1935 (3), 1939 (5), 1950 (2), 1952 (22), 1953 (2), 1961 (1).

Carta: 1937 (3), 1939 (5), 1939 (6) (35), 1940 (4), 1944 (111), 1945 (2), 1949 (2), 1953 (2), 1954 (20) (91), 1959 (41).

Cartão de agradecimento: 1940 (22) (58), 1952 (17).

Cartão de cumprimentos: 1942 (5), 1955 (2).

Cartão de visita: 1939 (6).

Conferência: 1920 (10), 1924 (47).

Convite circular: 1946 (17).

Convite: 1930 (10), 1941 (3), 1952 (22).

Crítica literária: 1946 (4).

Crônica social: 1954 (64) (66) (70) (78) (85) (88) (93) (95-96) (100-101) (108-109).

Currículo: 1951 (2).

Diploma: 1923 (9), 1946 (39), 1958 (2).

Discurso de homenagem (rascunho): 1948 (2).

Discurso de homenagem: 1944 (111) (161), 1946 (44), 1949 (91), 1950 (104) (108).

Discurso de inauguração: 1940 (71), 1944 (111).

Discurso de posse: 1941 (47).

Discurso de recepção: 1942 (231), 1944 (167).

Discurso de transmissão de cargo: 1939 (41).

Discurso: 1939 (42), 1955 (25), 1964 (21).

Duplicata mercantil: 1958 (2).

Estatuto: 1950 (2).

Hino: 1920 (10).

Lembrete: 1964 (21).

Lista: 1952 (2).

Moção de apoio: 1952 (22).

Nota fiscal: 1951 (2), 1953 (2), 1958 (2).

Nota jornalística (cópia): 1964 (21).

Nota jornalística: 1964 (21).

Notícia (rascunho): 1960 (44), 1964 (21-22).

Notícia: 1928 (3), 1940 (4), 1942 (5), 1943 (179), 1944 (106), 1944 (111), 1949 (2) (53), 1952 (22), 1954 (2).

Ofício de solicitação: 1953 (2).

Pedido de compra: 1958 (2).

Programa: 1944 (111), 1951 (28).

Questionário: 1968 (1) (13), 1971 (7).

Recibo de despacho de material: 1958 (2).

Regulamento: 1968 (8) (12).

Relatório de posse: 1948 (72).

Reportagem jornalística: 1943 (179), 1964 (21).

Requerimento (rascunho): 1955 (2).

Revista: 1968 (3).

Tabela de controle de rendas: 1963 (1).

Telegrama de agradecimento: 1948 (2), 1955 (2).

Telegrama de comunicação: 1935 (3), 1937 (3), 1943 (3), 1944 (148).

Telegrama de cumprimentos: 1952 (22).
Telegrama de encaminhamento de dinheiro: 1949 (2).
Telegrama de orientação: 1937 (3).
Telegrama: 1945 (70).

Instituto Histórico e Geográfico do Acre

Carta de encaminhamento de diploma: 1943 (233).
Diploma: 1943 (233).
Telegrama de aceitação: 1943 (233).

Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Carta de aceitação: 1928 (9).
Estatuto: 1928 (9).

Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Carta circular: 1941 (38).
Carta de aceitação: 1941 (38).
Carta de encaminhamento: 1941 (38).
Carta de orientação: 1941 (38).
Revista: 1941 (38).

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Recibo de pagamento: 1944 (163), 1947 (180).

Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Artigo jornalístico: 1956 (47).
Carta de aceitação: 1914 (9).
Carta de encaminhamento de recibo: 1917 (6).
Carta de solicitação de informação: 1933 (10).

Instituto Histórico e Geográfico Paranaense

Carta de aceitação: 1941 (57).

Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará

Carta de aceitação: 1916 (19).

Liga de Defesa Nacional de Sergipe

Carta de aceitação: 1917 (8).

Loja Maçônica Cotinguiba de Aracaju

Artigo jornalístico: 1927 (2).
Bilhete: 1953 (1).
Carta (rascunho): 1934 (2).
Carta aberta: 1944 (1).
Carta circular: 1933 (19), 1934 (23), 1937 (2), 1938 (3), 1952 (1), 1953 (1), 1954 (1), 1955 (1), 1956 (1), 1957 (1), 1958 (1), 1959 (1).



Carta de agradecimento: 1927 (2).
Carta de encaminhamento de publicações: 1933 (2).
Carta de solicitação: 1927 (2).
Carta: 1929 (2).
Carteira de filiação: 1935 (2).
Constituição: 1927 (2).
Diploma: 1920 (2), 1921 (2), 1921 (9), 1934 (2), 1946 (1), 1970 (9).
Discurso de homenagem: 1927 (89).
Discurso de inauguração: 1961 (18).
Discurso de posse: 1926 (2).
Estatuto: 1930 (2).
Folheto: 1925 (2).
Manifesto: 1934 (2).
Notícia: 1920 (13).
Poema: 1956 (1).
Programa: 1934 (2).
Quadro administrativo: 1930 (2).
Quadro de obreiros regulares: 1949 (1).
Quadro: 1965 (1).
Recibo de pagamento: 1910 (2), 1921 (2), 1921 (9).
Recibo: 1944 (1), 1945 (1).
Relatório administrativo: 1926 (2).
Relatório financeiro: 1932 (2).

Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado

Carta de agradecimento: 1943 (24), 1944 (11).
Carta de confirmação de recebimento: 1944 (11).
Carta de solicitação: 1944 (11).
Decreto executivo (rascunho): 1944 (11).
Decreto: 1944 (97), 1946 (7), 1954 (73).
Decreto-lei: 1946 (7).
Despacho: 1946 (7).
Portaria: 1946 (25).
Projeto de decreto-lei: 1946 (7).
Relatório administrativo: 1946 (7).

Ordre Balzacien du Cheval Rouge

Diploma: 1954 (87).

Recreio Clube

Carta de aceitação: 1928 (10).

Rotary Club de Aracaju

Boletim: 1937 (10), 1965 (5), 1970 (1), 1973 (1).
Carta de agradecimento: 1935 (11).





Carta de comunicação: 1972 (9).
Carta de encaminhamento: 1972 (9).
Carta de esclarecimento: 1935 (11).
Carta: 1935 (11).
Conferência: 1940 (10) (74), 1951 (32).
Convite: 1965 (13), 1973 (9), 1974 (9).
Crônica histórica: 1953 (69).
Crônica social: 1953 (63).
Folheto: 1937 (10).
Poema: 1959 (53).
Quadro de classificação: 1942 (10).
Relatório de assembleia: 1940 (66).
Resumo de reunião: 1939 (44).
Retrato: 1935 (22).
Revista: 1946 (11).
Tese: 1935 (19).

Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado de Sergipe

Bilhete de cumprimentos: 1944 (12).
Carta circular: 1938 (20).
Carta de encaminhamento: 1949 (42).
Certificado de remissão: 1949 (42).
Coletânea de cartas: 1939 (7).
Decreto: 1958 (3).
Discurso: 1942 (4).
Estatuto: 1919 (3), 1926 (7), 1928 (5), 1932 (4), 1966 (3).
Ficha de sócio: 1938 (6).
Lei: 1928 (5), 1957 (3).
Lista: 1938 (6).
Recibos (série): 1919 (3).
Regimento: 1930 (18), 1938 (20).
Relatório administrativo: 1919 (3).
Resolução: 1933 (7), 1934 (4), 1957 (3).

Sociedade Bolivariana do Brasil

Carta de aceitação: 1951 (39).

Sociedade de Numismática Brasileira

Carta: 1924 (26).

Sociedade Musical Santa Cecília

Carta de aceitação: 1909 (3).
Carta de solicitação: 1909 (3).

Sociedade Sergipana de Cultura Artística

Carta de aceitação: 1941 (53).

Sociedade Sergipense União e Garantia

Ata de assembleia geral extraordinária: 1943 (10).

Carta de prestação de contas: 1943 (10).

Declaração de renúncia de cargo: 1943 (106).

Estatuto: 1943 (63).

Recibo de pagamento: 1968 (4).

Relatório financeiro: 1943 (10).

Universidade Ortológica

Carta de encaminhamento: 1914 (5).

Diploma: 1914 (5).

Atuação política

Anteprojeto de estatuto: 1937 (7).

Ata de eleição: 1935 (26).

Bilhete de agradecimento: 1939 (53).

Boletim: 1960 (36).

Carta (rascunho): 1937 (7), 1941 (36), 1951 (6), 1952 (5).

Carta de agradecimento (rascunho): 1947 (6).

Carta de agradecimento: 1939 (53), 1954 (6).

Carta de comunicação: 1960 (36).

Carta de convocação: 1934 (22), 1947 (24).

Carta de esclarecimento: 1939 (23).

Carta de leitor: 1941 (43).

Carta de pedido de favor: 1947 (6), 1954 (6).

Carta de proposta (rascunho): 1939 (23).

Carta de solicitação de apoio: 1947 (6).

Carta de solicitação: 1939 (23).

Carta: 1932 (8), 1933 (11), 1934 (9), 1935 (9), 1936 (8), 1937 (7), 1939 (23), 1946 (6), 1947 (6), 1948 (5), 1949 (6), 1950 (6), 1951 (6), 1952 (5), 1953 (5), 1962 (3).

Cartão de agradecimento: 1963 (5).

Cartão de cumprimentos: 1935 (26).

Convite: 1941 (28).

Discurso de inauguração: 1939 (57), 1940 (76).

Discurso: 1940 (72).

Edital: 1947 (24).

Editorial: 1941 (43).

Emenda de projeto de lei (rascunho): 1954 (6).

Entrevista: 1949 (6).

Estatuto: 1934 (8).

Justificação: 1946 (6).

Lista: 1947 (24).

Panfleto: 1950 (6).





Projeto (rascunho): 1949 (6).
 Relatório de apuração eleitoral: 1947 (24).
 Relatório de recurso eleitoral: 1947 (24).
 Telegrama de agradecimento: 1947 (6).
 Telegrama de autorização: 1947 (6).
 Telegrama de comunicação: 1949 (6), 1951 (6).
 Telegrama de solicitação: 1947 (6), 1949 (6).
 Telegrama: 1937 (7), 1940 (50), 1948 (5), 1952 (5).

Palestras, Discursos e Conferências

Adendo: 1941 (22).
 Apontamento: 1938 (25), 1960 (45), 1964 (21).
 Ata de sessão plenária: 1938 (25).
 Bilhete de agradecimento: 1939 (53).
 Bilhete de comunicação: 1960 (45).
 Bilhete de cumprimentos: 1917 (9).
 Bilhete de encaminhamento: 1964 (21).
 Bilhete: 1960 (45), 1964 (21).
 Biografia: 1949 (24).
 Carta (rascunho): 1942 (197), 1943 (16), 1959 (16), 1964 (21).
 Carta de agradecimento: 1938 (24), 1938 (25), 1939 (35) (45) (53), 1940 (21), 1942 (197), 1954 (34).
 Carta de comunicação (rascunho): 1960 (45).
 Carta de convite: 1960 (44).
 Carta de encaminhamento de dinheiro: 1943 (16), 1944 (148).
 Carta de encaminhamento de discurso: 1929 (15), 1952 (22).
 Carta de esclarecimento (rascunho): 1952 (22).
 Carta de esclarecimento: 1952 (22).
 Carta de orientação: 1929 (7).
 Carta de pedido de favor (rascunho): 1964 (22).
 Carta de solicitação de apoio: 1952 (22).
 Carta de solicitação de informação (rascunho): 1952 (22).
 Carta de solicitação: 1952 (22).
 Carta: 1939 (35), 1944 (111), 1954 (20).
 Cartão de agradecimento: 1940 (22), 1952 (17).
 Conferência: 1920 (10), 1924 (47), 1938 (25), 1940 (74), 1951 (32), 1958 (25).
 Convite circular: 1946 (17).
 Convite: 1938 (31), 1952 (22).
 Discurso de homenagem: 1927 (89), 1938 (25), 1941 (27), 1944 (111), 1946 (44), 1949 (91), 1950 (104) (108).
 Discurso de inauguração: 1940 (76), 1942 (271), 1944 (111).
 Discurso: 1955 (25), 1964 (21).
 Exposição de motivos: 1938 (25).
 Folheto: 1938 (25).
 Hino: 1920 (10).
 Lembrete: 1964 (21).

Moção de apoio: 1952 (22).
 Nota jornalística (cópia): 1964 (21).
 Nota jornalística: 1964 (21).
 Notícia (rascunho): 1960 (44), 1964 (21-22).
 Notícia: 1944 (111), 1952 (22).
 Portaria: 1941 (22).
 Programa: 1944 (111), 1951 (28).
 Pronunciamento: 1938 (25).
 Reportagem fotográfica: 1938 (25-29), 1939 (46), 1941 (22).
 Reportagem jornalística: 1939 (45), 1964 (21).
 Resumo de reunião: 1939 (44).
 Telegrama de comunicação: 1944 (148).
 Telegrama de cumprimentos: 1952 (22).
 Telegrama: 1945 (70).
 Atividade discente
 Apostila: 1958 (8), 1959 (7).
 Instruções: 1959 (7).

Representação em Comissões

Civis

Acordo: 1961 (4).
 Artigo jornalístico: 1957 (34), 1959 (6).
 Ata de sessão ordinária: 1954 (7).
 Ata: 1930 (22), 1931 (5).
 Bilhete de doação: 1930 (5).
 Boletim: 1948 (7) (8), 1950 (8), 1951 (7), 1952 (6), 1960 (36), 1963 (3), 1964 (3), 1966 (4), 1967 (3), 1968 (2), 1969 (2).
 Carta (rascunho): 1944 (7).
 Carta aberta: 1944 (130).
 Carta circular: 1943 (216), 1951 (7).
 Carta de agradecimento: 1966 (6).
 Carta de comunicação: 1943 (216), 1960 (36).
 Carta de confirmação: 1943 (216).
 Carta de doação: 1930 (5), 1931 (5).
 Carta de encaminhamento de dinheiro: 1943 (216).
 Carta de esclarecimento: 1943 (216).
 Carta de leitor: 1958 (7).
 Carta de oferecimento: 1930 (5).
 Carta de solicitação: 1931 (5), 1948 (11).
 Carta: 1914 (7), 1930 (20), 1931 (5), 1947 (7), 1952 (7).
 Catálogo: 1943 (216), 1944 (7).
 Comunicação: 1954 (67), 1960 (53), 1961 (20).
 Conferência: 1951 (7), 1962 (4), 1963 (3).
 Convite: 1912 (6), 1930 (21).
 Crônica cultural: 1940 (12).
 Decreto: 1943 (84) (190).





Discurso de abertura: 1953 (66), 1957 (34) (67), 1958 (24), 1963 (3).
 Discurso de encerramento: 1963 (3).
 Discurso de posse: 1967 (3).
 Discurso de saudação: 1957 (34), 1961 (4).
 Discurso: 1957 (34), 1960 (53).
 Edital: 1930 (13), 1930 (20).
 Ensaio: 1957 (34), 1960 (4).
 Guia de recebimento: 1931 (5).
 Instruções: 1958 (24).
 Jornal: 1949 (7).
 Lista: 1930 (5), 1931 (5), 1931 (14), 1950 (7), 1951 (7).
 Manual: 1943 (216).
 Notícia: 1931 (5), 1943 (216), 1944 (7), 1947 (7), 1948 (8).
 Ofício de esclarecimento: 1943 (216).
 Parecer: 1955 (7).
 Plano de ação: 1948 (7).
 Programa: 1943 (216), 1949 (7).
 Projeto de declaração: 1956 (12).
 Regimento: 1943 (216).
 Registro de edital: 1930 (13).
 Regulamento: 1951 (41), 1952 (51).
 Relatório anual de atividades: 1961 (4).
 Relatório de atividades: 1960 (4).
 Relatório de evento: 1953 (66), 1956 (55) (60) (65), 1960 (4), 1967 (3).
 Relatório de mesa redonda: 1957 (34).
 Relatório de viagem: 1967 (3).
 Relatório: 1948 (7), 1950 (7), 1954 (67), 1957 (34), 1967 (7).
 Tabela: 1944 (7).
 Tese: 1951 (60).

Governamentais

Bilhete de solicitação: 1944 (19).
 Convite: 1925 (11).
 Portaria: 1941 (71).

Vida acadêmica

Pesquisa

Apontamento: 1941 (12), 1946 (35).
 Artigo jornalístico: 1973 (2).
 Bilhete de agradecimento: 1941 (12), 1950 (14).
 Bilhete de comunicação: 1941 (12), 1973 (4).
 Bilhete de confirmação de recebimento: 1941 (12), 1950 (15).
 Bilhete de devolução: 1948 (17), 1971 (4).
 Bilhete de encaminhamento de subsídio de pesquisa: 1940 (20).
 Bilhete de esclarecimento: 1941 (12).
 Bilhete de solicitação de apoio bibliográfico: 1936 (14).

Bilhete de solicitação: 1959 (54).
 Bilhete: 1941 (12).
 Carta (rascunho): 1941 (12), 1944 (23), 1964 (4).
 Carta circular (rascunho): 1941 (12).
 Carta de agradecimento: 1914 (14), 1934 (11), 1940 (20), 1941 (12), 1946 (35), 1952 (11), 1954 (36), 1957 (54).
 Carta de cumprimentos: 1933 (9).
 Carta de devolução de material: 1930 (12).
 Carta de devolução: 1930 (12).
 Carta de encaminhamento (rascunho): 1942 (35), 1952 (11), 1968 (6).
 Carta de encaminhamento de livro: 1934 (11).
 Carta de encaminhamento: 1957 (54).
 Carta de prestação de informação: 1940 (20).
 Carta de solicitação de apoio bibliográfico: 1927 (76) (88), 1934 (11), 1937 (39), 1938 (13), 1938 (42), 1941 (12), 1946 (35), 1948 (18), 1951 (11), 1952 (11) (81), 1957 (47), 1962 (21), 1963 (15), 1964 (4).
 Carta de solicitação de colaboração: 1953 (107), 1955 (23).
 Carta de solicitação de informação: 1936 (16), 1941 (12), 1944 (13), 1946 (35), 1964 (4).
 Carta de solicitação: 1934 (11), 1942 (35), 1943 (163).
 Carta: 1934 (11), 1937 (19), 1941 (12), 1946 (35).
 Carta: 1944 (23).
 Convite: 1935 (36).
 Crítica literária: 1934 (11).
 Lembrete: 1944 (78), 1954 (37), 1959 (39), 1966 (13), 1973 (4) (14).
 Lista (cópia): 1942 (30).
 Lista de superstições: 1940 (20).
 Livro (rascunho): 1912 (3).
 Nota de rodapé: 1973 (4).
 Orçamento: 1944 (23).
 Projeto de lei (rascunho): 1957 (51).
 Telegrama de agradecimento: 1964 (4).

Eventos

Anais: 1940 (16), 1944 (33).
 Artigo jornalístico: 1957 (34).
 Bilhete de solicitação: 1940 (16).
 Carta (rascunho): 1940 (16).
 Carta circular de convite: 1940 (17), 1949 (33).
 Carta de confirmação de recebimento: 1940 (16).
 Carta de confirmação: 1949 (33).
 Carta: 1940 (16).
 Comunicação: 1940 (31), 1949 (33), 1954 (67) (89), 1956 (61), 1960 (53), 1961 (20) (23), 1967 (5).
 Conferência: 1951 (35).
 Convite circular: 1935 (32), 1946 (17).
 Convite: 1949 (33).





Discurso de abertura: 1953 (66), 1954 (68).

Discurso de apresentação: 1958 (15).

Ensaio: 1957 (34).

Instruções: 1949 (33).

Ordem de pagamento: 1920 (9).

Programa: 1940 (17), 1966 (9).

Recibo de cota de adesão: 1940 (16).

Recibo de pagamento: 1949 (33).

Regulamento: 1934 (12), 1935 (32), 1940 (17), 1944 (33), 1949 (33), 1951 (41), 1952 (51).

Relatório de evento: 1934 (18), 1953 (66), 1956 (55) (60) (65).

Relatório de mesa redonda: 1957 (34).

Relatório: 1954 (67), 1956 (58), 1957 (34), 1967 (7).

Telegrama: 1940 (16).

Temário: 1959 (40).

Publicações

13 de Julho

Artigo jornalístico: 1932 (18).

Boletim da Associação Comercial de Sergipe

Biografia (rascunho): 1946 (23).

Biografia: 1945 (51) (64) (66), 1946 (23).

Boletim: 1943 (11), 1944 (10), 1945 (10), 1946 (10), 1947 (10).

Carta de convite: 1944 (10).

Boletim da Loja Maçônica Cotinguiba

Biografia: 1956 (57).

Carta de agradecimento: 1956 (10), 1957 (11).

Carta de solicitação de informação (rascunho): 1955 (10).

Carta: 1955 (10).

Cálamo (O)

Biografia: 1952 (21).

Coleções, Dicionários e Tratados

Carta (rascunho): 1944 (23).

Carta de solicitação de apoio bibliográfico: 1938 (42).

Carta: 1944 (23).

Orçamento: 1944 (23).

Correio de Aracaju

Anúncio fúnebre: 1945 (37).

Apontamento: 1943 (32).

Artigo jornalístico: 1942 (56) (129) (149) (172) (189), 1945 (14).

Bilhete de agradecimento: 1942 (122).

Bilhete de encaminhamento de informação: 1943 (221).

Biografia: 1943 (121), 1944 (190).

Carta (rascunho): 1942 (34) (135) (163).
 Carta de agradecimento: 1942 (196) (238), 1943 (32).
 Carta de encaminhamento de informação: 1943 (221).
 Carta de encaminhamento: 1944 (182).
 Carta: 1943 (160), 1958 (50).
 Crítica literária: 1941 (55-56), 1942 (36).
 Crônica econômica: 1940 (60).
 Crônica histórica (rascunho): 1926 (100), 1942 (15) (42) (155) (262), 1943 (126) (158) (281) (205) (210) (219) (31) (50).
 Crônica histórica: 1926 (100), 1941 (39) (45) (58-59) (63) (65-66) (68) (70) (78) (80) (82) (86-89) (92) (98-100) (102) (104) (106) (108) (113-116) (118-119) (125-126) (128), 1942 (15) (37-38) (40-42) (47-48) (50-51) (53-55) (57-58) (60) (62) (64-70) (72-74) (77-80) (83) (87-89) (91-99) (105-109) (112) (114-116) (118-121) (123-125) (131-132) (134) (136-140) (142) (144) (147) (150-151) (153) (155-162) (164-165) (169) (171) (173-182) (185-186) (188) (192-196) (198-202) (205) (207-214) (216-218) (220-227) (235-237) (239-243) (245) (247-248) (250) (252-259) (261-264) (267) (272-275), 1943 (27-30) (33) (37) (39-44) (47) (49-50) (53) (56-57) (59-60) (64) (66) (68) (70-73) (76) (78) (80) (82-83) (85-92) (95-96) (98-100) (108) (110) (113-114) (116) (118-119) (122) (124-126) (128-130) (132-133) (135-136) (138) (142) (144) (146-148) (151-152) (154) (158) (164-165) (167) (169-172) (174) (176) (178) (180-181) (183) (186) (191) (194-196) (198) (200-201) (214) (219-220) (224) (226) (228-230) (232) (234-239) (241-242) (244) (248) (250) (252-254) (256) (258-259) (262-263) (267-268) (270) (272) (274) (276) (279-280) (282), 1944 (35) (39-42) (44-47) (49-53) (57-59) (61-65) (67-71) (74-76) (79-80) (82-83) (87) (89-96) (98) (100-105) (108-110) (112) (116) (118-119) (122) (125) (129) (131-142) (144) (146) (149-154) (156-160) (162) (164-166) (168-169) (171-172) (175) (178-180) (182) (184-186) (188) (191) (196-206) (208-211) (213) (215-217) (220-221) (223-225) (228) (231-232) (234-236) (19-23) (25-28) (30-35) (38-48) (50) (52-57).
 Crônica social: 1957 (30).
 Necrológio (rascunho): 1943 (32).
 Necrológio: 1927 (77), 1942 (190), 1943 (32) (35).
 Nota de correção: 1943 (168) (226) (249), 1944 (155) (211).
 Nota de esclarecimento: 1942 (115) (228), 1943 (113).
 Nota jornalística: 1943 (221).

Correio de Propriá

Crônica histórica: 1946 (49).

Correio de Sergipe

Carta de agradecimento: 1920 (6).

Cruzada (A)

Artigo jornalístico: 1958 (33).

Crônica histórica: 1919 (4).

Necrológio: 1946 (20).

Defesa (A)

Crônica cultural: 1940 (70).

Diário da Manhã

Apontamento: 1926 (39).

Artigo jornalístico: 1927 (14).

Carta de agradecimento: 1914 (13).

Crônica histórica (rascunho): 1924 (55), 1926 (76).

Crônica histórica: 1924 (54-55), 1926 (16-28) (33) (39-42) (46) (52) (61-62) (68) (71) (78-80) (92) (101-112) (114) (119) (133-141) (143) (161-164) (166) (178) (183) (187) (191-192) (198), 1927 (22) (48-49) (63) (70-71), 1930 (14-16).

Necrológio: 1929 (10).

Poema (rascunho): 1911 (3).

Diário da Tarde

Artigo jornalístico: 1934 (21).

Diário de Sergipe

Apontamento: 1951 (19).

Artigo jornalístico (jornal): 1951 (71).

Artigo jornalístico (rascunho): 1952 (28).

Artigo jornalístico: 1950 (43), 1951 (48), 1952 (27-28) (33) (40) (63) (69), 1953 (30) (44) (49) (52) (83) (94) (104), 1954 (28) (32).

Biografia (rascunho): 1953 (92).

Biografia: 1947 (135), 1948 (75) (93) (114), 1952 (24-25) (30), 1953 (61) (77) (92), 1960 (54).

Carta de agradecimento: 1955 (15).

Carta de confirmação de recebimento (rascunho): 1953 (7).

Carta de reclamação (rascunho): 1947 (11).

Carta de solicitação de informação (rascunho): 1951 (71).

Carta: 1947 (81).

Crítica literária: 1948 (101) (113), 1952 (38-39) (48) (57) (64), 1953 (25) (31) (84).

Crítica musical: 1947 (91).

Crônica cultural: 1940 (47) (51) (61) (67-68), 1952 (43).

Crônica histórica (rascunho): 1947 (58-59) (101) (142) (145), 1948 (110), 1949 (52), 1950 (28) (46).

Crônica histórica: 1942 (229), 1947 (28) (33-34) (43) (45-46) (49) (53) (55-59) (62-67) (69-74) (77) (80) (82-84) (86) (88-90) (92-94) (97-101) (103-115) (117) (118-120) (122-126) (128-129) (131-132) (134) (136-138) (140) (142) (144-158) (161-162) (164-165) (167-171) (173-176) (178) (181) (185-193) (195) (197-198), 1948 (28) (30-33) (38) (41) (43) (45-47) (49) (52) (54-56) (58-59) (61) (63-68) (71) (73) (78) (80) (83) (85) (88) (90-92) (94) (98) (103) (105-106) (108) (110) (112) (116) (119) (121-124) (126) (128) (130) (132) (134) (137) (139-140) (144-148) (150), 1949 (48) (51-52) (55) (57-61) (63-65) (67-69) (71) (73-74) (78) (80-82) (84) (86), 1950 (19) (21-23) (25-26) (28-30) (37-39) (47) (50) (52) (54-56) (58-59) (62-63) (67) (70-71) (74-76) (80-84) (86) (88-93) (96) (99) (101-103) (109-110) (118) (120), 1951 (18), 1952 (74).

Crônica política: 1952 (66).

Crônica social: 1947 (163), 1953 (41) (50).

Lembrete: 1940 (69).

Necrológio: 1945 (62), 1947 (127) (159), 1948 (57) (102), 1950 (49) (61) (100), 1951 (34) (37), 1953 (65) (75).

Soneto: 1947 (38).



Diário Oficial do Estado de Sergipe

Artigo jornalístico: 1942 (45), 1943 (36).
Carta (rascunho): 1942 (18).
Carta de cumprimentos: 1937 (34), 1940 (64).
Crônica histórica: 1943 (193) (223).
Reportagem jornalística: 1941 (30).
Estado (O)
Crítica literária: 1958 (41).
Estado de Sergipe (O)
Necrológico: 1935 (24).
Estância (A)
Crônica histórica: 1948 (96).

Folha da Manhã

Artigo jornalístico: 1939 (25), 1940 (42) (46).
Bilhete de cumprimentos: 1940 (79).
Bilhete de encaminhamento: 1940 (14).
Carta de agradecimento: 1940 (14).
Carta de encaminhamento de subsídio de pesquisa: 1940 (14).
Carta de prestação de informação: 1940 (14).
Carta: 1940 (14).
Lista de ditados populares: 1940 (14).
Lista de superstições: 1940 (14).
Necrológico: 1940 (34) (63).

Gazeta de Sergipe

Artigo jornalístico: 1958 (48), 1964 (17).
Biografia: 1958 (43).
Crônica histórica: 1959 (48).
Necrológico: 1928 (7).

Gazeta do Povo

Carta aberta: 1942 (154).
Crítica literária: 1946 (43).

Gazeta Socialista

Artigo jornalístico: 1957 (12) (14), 1958 (23) (30) (39).
Biografia: 1958 (31).
Carta de agradecimento: 1958 (13).
Carta: 1958 (10).

Jornal do Povo

Carta de agradecimento: 1916 (10), 1920 (5).
Carta de cumprimentos: 1908 (7).
Crônica histórica: 1915 (11-21), 1916 (5-6) (12) (14-18) (21-22) (26-31) (33-35) (38-39) (42) (44), 1917 (4), 1920 (12), 1923 (12), 1924 (32-34), 1925 (9), 1926 (176).



Necrológico: 1919 (5).

Nordeste (O)

Artigo jornalístico: 1939 (38), 1946 (53) (62), 1957 (15-16) (31) (37) (50) (53) (56), 1958 (22).

Biografia: 1957 (33).

Carta de agradecimento: 1947 (15).

Carta: 1946 (62).

Crítica literária: 1946 (46), 1947 (26), 1953 (23), 1957 (24).

Crônica cultural: 1953 (47).

Editorial: 1957 (17).

Necrológico: 1958 (27).

Periódicos de outros Estados

Artigo jornalístico: 1950 (69), 1952 (68), 1958 (26).

Carta aberta: 1945 (29) (73), 1946 (29), 1956 (25).

Carta de agradecimento: 1926 (10), 1938 (39).

Carta de cumprimentos: 1938 (38).

Carta de desculpas: 1938 (41).

Carta de encaminhamento de carta: 1938 (41).

Carta de leitor: 1938 (37) (39).

Carta: 1936 (9), 1942 (130), 1945 (60) (69) (72) (75), 1946 (19) (28).

Crônica cultural (rascunho): 1950 (17).

Necrológico: 1952 (60).

Nota jornalística: 1952 (56).

Notícia: 1944 (99).

Reportagem jornalística: 1938 (39).

Periódicos sem identificação

Apontamento: 1945 (23).

Artigo (rascunho): 1953 (12).

Artigo jornalístico: 1927 (90), 1943 (271), 1948 (97), 1956 (47), 1957 (39).

Autobiografia: 1942 (17).

Bilhete de agradecimento: 1916 (9), 1927 (13) (91), 1938 (18), 1948 (15) (23), 1950 (12), 1953 (8).

Bilhete de encaminhamento de nota: 1932 (13).

Bilhete de orientação: 1955 (16).

Bilhete de solicitação de informação: 1956 (13).

Biografia (rascunho): 1927 (13), 1937 (17-18), 1944 (21), 1959 (43).

Biografia: 1940 (56), 1948 (118), 1950 (35) (95), 1953 (89), 1957 (23), 1959 (38) (43), 1960 (40).

Carta (rascunho): 1942 (20) (206), 1944 (21), 1948 (13).

Carta (transcrição): 1942 (206).

Carta aberta: 1941 (83).

Carta de agradecimento: 1914 (6), 1916 (9), 1930 (6), 1932 (12), 1938 (18-19), 1939 (18) (39), 1940 (56), 1941 (11), 1942 (17) (19) (21) (22), 1944 (17) (20-21) (24), 1945 (12) (24), 1947 (14) (16), 1948 (13) (14) (23), 1949 (19) (22), 1950 (10-11) (97), 1957 (23), 1959 (15).

Carta de condolências (rascunho): 1959 (19).

Carta de cumprimentos: 1937 (18), 1955 (17), 1957 (61), 1959 (17).

Carta de elogio (rascunho): 1948 (23).

Carta de encaminhamento de artigo: 1916 (7-8).



Carta de encaminhamento de informação: 1942 (32), 1943 (23), 1953 (89).
 Carta de esclarecimento: 1942 (32).
 Carta de solicitação de informação (rascunho): 1945 (13), 1953 (89).
 Carta de solicitação de informação: 1942 (32).
 Carta de solicitação: 1938 (19).
 Carta: 1942 (17) (206), 1944 (18), 1947 (13), 1948 (19).
 Crítica literária: 1948 (23), 1957 (25).
 Crônica histórica (rascunho): 1915 (10), 1943 (25), 1950 (11), 1959 (45-46).
 Crônica histórica: 1907 (7), 1915 (10), 1924 (24), 1935 (34), 1942 (32), 1943 (23), 1945 (17),
 1948 (34), 1949 (56), 1959 (57).
 Crônica política: 1956 (44).
 Crônica social: 1914 (16), 1944 (193), 1950 (97), 1953 (78).
 Dossiê de documentos: 1951 (15).
 Lembrete: 1942 (32).
 Necrológio (rascunho): 1943 (18), 1957 (19).
 Necrológio: 1924 (23), 1934 (20), 1943 (51), 1944 (88), 1953 (33) (102), 1962 (13).
 Nota de esclarecimento: 1942 (22).
 Nota jornalística: 1948 (141).
 Notícia: 1951 (15), 1961 (14).
 Telegrama de agradecimento: 1942 (17), 1953 (15).

Pilheria (A)

Carta de orientação: 1927 (93).
 Convite: 1927 (93).

Rádio (programas)

Bilhete de solicitação: 1952 (14).
 Bilhete: 1958 (9).
 Carta de cumprimentos: 1953 (70).
 Carta de divulgação: 1953 (70).
 Carta de solicitação: 1959 (44).
 Crônica histórica (rascunho): 1949 (72), 1952 (12), 1953 (28).
 Crônica histórica: 1942 (230), 1952 (75) (79).
 Discurso de comemoração: 1943 (243).

Razão (A)

Carta de retificação: 1946 (32).
 Crônica histórica: 1946 (32) (42).
 Relatórios, opúsculos, discursos e cartas
 Bilhete de agradecimento: 1939 (24).
 Carta aberta: 1941 (83), 1942 (154), 1945 (29) (60) (73), 1946 (29).
 Carta de agradecimento: 1913 (3), 1938 (39), 1939 (19), 1939 (24), 1940 (21), 1953 (21),
 1958 (14).
 Carta de leitor: 1933 (23), 1938 (37) (39) (51).
 Carta: 1924 (51) (57), 1940 (36), 1942 (130), 1943 (160), 1945 (69) (72) (75), 1946 (19) (28),
 1952 (45), 1954 (91), 1958 (50).



Cartão de agradecimento: 1940 (22).
 Crônica social: 1944 (193).
 Discurso de comemoração: 1943 (243).
 Discurso de inauguração: 1961 (18).
 Relatório administrativo: 1916 (1), 1919 (1), 1920 (1).
 Reportagem jornalística: 1938 (39).

Revista de Aracaju

Carta de solicitação de colaboração: 1955 (23).
 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
 Bilhete de agradecimento: 1950 (4).
 Bilhete de comunicação: 1948 (4).
 Carta de cumprimentos: 1949 (16).
 Carta de encaminhamento de revista (rascunho): 1952 (4).
 Carta de solicitação de informação (rascunho): 1960 (7).
 Cartão de cumprimentos: 1942 (5).
 Crítica literária: 1946 (4).
 Notícia: 1942 (5).

Sergipe Jornal

Artigo jornalístico (rascunho): 1957 (55).
 Artigo jornalístico: 1940 (54), 1948 (104), 1951 (67) (70), 1952 (58) (62) (67) (70), 1953 (24) (26-27) (29) (38) (43) (53) (57) (64) (68) (79) (82) (90) (95-98) (110), 1954 (26) (29) (31) (48) (50) (57-59) (75) (84) (97), 1956 (27-28) (30) (35) (38) (42-43) (45) (48-49) (52-54) (56) (59) (62) (66) (70) (73-76), 1957 (20) (32) (35) (43) (48) (52) (55), 1958 (18) (20-21) (28) (35) (38) (42) (45-47), 1959 (25) (47) (49), 1960 (43), 1961 (29), 1962 (10) (16), 1964 (15).
 Biografia: 1938 (36), 1940 (41), 1942 (232) (234), 1943 (277), 1952 (35), 1953 (36) (40) (42) (45) (60) (103), 1954 (40) (46) (51-52) (60) (79) (86), 1956 (40-41), 1957 (36), 1958 (29), 1959 (26) (29) (32) (34-35) (37) (55), 1961 (26), 1962 (12).
 Carta de agradecimento: 1923 (5), 1953 (21) (68), 1954 (15), 1955 (9), 1956 (14), 1958 (12) (29).
 Carta de confirmação de recebimento: 1955 (9).
 Carta de convite: 1955 (9).
 Carta de orientação: 1956 (9).
 Carta de prestação de informação: 1920 (4).
 Carta: 1951 (63-65), 1954 (16) (91), 1957 (8).
 Crítica literária: 1944 (181), 1952 (20) (29) (32) (44) (73), 1953 (85-86), 1954 (33) (45) (62) (69) (80-81) (83) (92) (104), 1955 (43-44), 1956 (68) (72), 1957 (28) (57) (66), 1958 (51), 1959 (51), 1961 (12).
 Crônica cultural: 1940 (44) (49) (53) (59) (62), 1953 (37) (76) (101), 1959 (52).
 Crônica histórica (rascunho): 1924 (13) (17) (21).
 Crônica histórica: 1920 (4), 1923 (4), 1923 (13-16), 1924 (12) (18) (25) (37) (46) (48) (50), 1948 (40), 1951 (42-47) (50) (52) (55-57) (59), 1952 (72), 1953 (34) (69), 1954 (54-55) (72) (74), 1957 (44), 1959 (33).
 Crônica política: 1953 (48).
 Crônica social (rascunho): 1958 (11).



Crônica social: 1953 (46) (63), 1954 (24) (64) (66) (70) (78) (85) (88) (93) (95-96) (100-101) (108-109), 1961 (25).

Entrevista: 1954 (44).

Necrológio (rascunho): 1956 (32), 1962 (15).

Necrológio: 1923 (27), 1932 (14), 1933 (16), 1940 (33) (77), 1952 (53), 1954 (56) (82), 1956 (32), 1957 (49), 1959 (27), 1960 (47), 1961 (10), 1962 (15).

Soneto: 1925 (14).

Homenagens recebidas

Artigo jornalístico: 1925 (12), 1952 (41), 1953 (32), 1956 (64), 1959 (31), 1970 (5), 1973 (11), 1974 (5).

Bilhete de conversação: 1955 (28).

Bilhete de cumprimentos: 1970 (14).

Boletim oficial: 1970 (14).

Carta (rascunho): 1956 (16).

Carta de aceitação: 1956 (18).

Carta de agradecimento (rascunho): 1972 (4).

Carta de comunicação: 1972 (9).

Carta de encaminhamento de artigo: 1926 (13).

Carta de encaminhamento de discurso: 1949 (17).

Carta de encaminhamento: 1954 (10), 1972 (9).

Carta de homenagem: 1928 (6), 1947 (22).

Carta de louvor: 1937 (25).

Carta: 1924 (51) (57), 1926 (12), 1951 (10), 1973 (10).

Convite circular: 1972 (11).

Convite: 1935 (23), 1973 (10).

Crônica cultural: 1953 (47).

Crônica social: 1955 (34-36), 1961 (19), 1967 (6).

Decreto: 1970 (14), 1972 (11).

Diploma: 1946 (39), 1953 (35), 1954 (87), 1956 (33), 1970 (9), 1972 (11).

Discurso de homenagem: 1939 (32), 1973 (10), 1974 (5).

Discurso de inauguração: 1961 (18).

Editorial: 1972 (14).

Lei (cópia): 1962 (11), 1972 (11).

Lei: 1962 (11).

Medalha: 1954 (10), 1970 (7), 1972 (11).

Nota jornalística: 1955 (33), 1974 (5), 1976 (1).

Notícia: 1956 (21), 1972 (11), 1973 (6), 1974 (1), 1976 (1).

Polianteia: 1974 (5).

Programa: 1973 (10).

Reportagem fotográfica: 1938 (30), 1973 (10).

Retrato: 1914 (15).

Telegrama de agradecimento: 1935 (21).

Telegrama de cumprimentos: 1944 (38).





ARTIGOS

Família e Poder na Comarca de Aracaju: a trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889)

*Bruna Morrana dos Santos**

Family and Power in the County of Aracaju: the trajectory of the Guerra Fontes (1855-1889)

Resumo

Na época da transferência da capital da província, sancionada pela Resolução 413 de 17 de março de 1855 durante a presidência “conciliatória” do Bacharel Inácio Joaquim Barbosa, famílias abastadas de várias localidades da província sergipana transferiram-se ou adquiriram terrenos em Aracaju. Dessa maneira, o objetivo do presente artigo é analisar como a família Guerra Fontes, formada a partir do enlace matrimonial de Eufemia Guerra Fontes e Joaquim Martins Fontes, nubentes oriundos de dois troncos familiares de prestígio durante o primeiro reinado, se estabeleceu e criou laços de maneira estratégica na nova capital. Nesse sentido, o enfoque recairá sobre as relações de compadrio e matrimônio em que estiveram envolvidos os membros desta família.

Palavras-chave: Elite; Família; Aracaju

Abstract

At the time of the transfer of the provincial capital, sanctioned by Resolution 413 of March 17, 1855 during the “conciliatory” presidency of the Bachelor Inacio Joaquim Barbosa, wealthy families from several localities of the Sergipe province transferred or acquired land in Aracaju. In this way, the objective of the present article is to analyze how the Guerra Fontes family, formed from the marriage liaison of Eufemia Guerra Fontes and Joaquim Martins Fontes, who were born from two family trunks of prestige during the first reign, established and created bonds of strategy in the new capital. In this sense, the focus will be on the relationships of compadrio and matrimony in which the members of this family were involved.

Keywords: Elite; Family; Aracaju



* Mestra em História pela Universidade Federal de Sergipe, Especialista em História do Brasil pela Faculdade Pio Décimo, Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe, e integrante do Grupo de Pesquisa Sergipe Oitocentista da Universidade Federal de Sergipe. Atua como Professora de História do Ensino Fundamental e Médio na Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

A história da família Guerra Fontes confunde-se com a história da nova capital, Aracaju. Seus membros faziam parte “nova elite”, que pode ser definida como um grupo de pessoas detentoras comércio e ao funcionalismo público, por exemplo. Além de fazerem parte da “nova elite” que se formou em Aracaju, estes personagens moravam na área mais nobre da cidade – o quadrado de Pirro¹ – e estavam inseridos num universo de sociabilidade através das relações de parentesco (consanguíneo ou por afinidade), vizinhança, vínculos de amizade, sistemas de herança e das estratégias matrimoniais de capital econômico e simbólico, que não eram ligadas exclusivamente à grande lavoura, mas ao funcionalismo público, por exemplo.

Esta família formou-se a partir de dois troncos familiares detentores de prestígio durante a primeira metade do século XIX. Um dos cônjuges, Joaquim Martins Fontes, era filho do prestigiado capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto² Joaquim Martins Fontes com Ana Joaquina Portela. O capitão-mor, filho do fazendeiro João Martins Fontes – o fundador de Riachão do Dantas³ - e Ana Francisca da Silveira, além de ter sido um político de grande evidência e de ter ocupado diversos cargos, como o de deputado provincial e deputado geral, era sobrinho materno do Brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira, primeiro Presidente da Província de Sergipe depois da independência.

A parte sul da província, mais especificamente a vila de Estância, era o local de atuação dos Silveiras, que possuíam ascendência na alta fidalguia portuguesa. Dois membros dessa família merecem destaque, sendo o primeiro o próprio Brigadeiro Manoel e o segundo o Monsenhor Silveira, fundador da imprensa sergipana. “Figura de grande talento”⁴, na década de 1820, Joaquim Martins Fontes integrava o grupo dos senhores de terra ligados à atividade pastoril e, além do mais, esteve entre aqueles que num primeiro momento se posicionaram a favor da independência do Brasil.

Ao fazer uma análise sobre o baronato sergipano, o historiador Samuel Barros de Medeiros Albuquerque escreveu sobre o desejo do capitão-mor Joaquim Martins Fontes em obter um título nobiliárquico:

- 1 Inspirado em um tabuleiro de xadrez e com traços extremamente simétricos, assim ficou conhecido o projeto urbanístico de Aracaju desenvolvido pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro.
- 2 Joaquim Martins Fontes foi nomeado Capitão-mor das Ordenanças da Vila do Lagarto por ato da Junta de Cachoeira, em nome de D. Pedro I, em 10 de janeiro de 1823. A respeito disso, Maria Thetis Nunes afirmou que “o posto de comando das Ordenanças, em cada Município era escolhido pelo Presidente da Província de uma lista de três nomes, eleitos pela Câmara local entre homens possuidores de “bens abundantes e super-abundantes”, como dizem os documentos”. (NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978, pp. 28-29).
- 3 Ver: SILVA, R. O. S.; SANTOS, C. M. A fundação de um lugar: Riachão do Dantas, suas tramas e seus sujeitos (1836-1870). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 46, pp. 43-57, 2016.
- 4 DANTAS, Orlando Vieira. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 31.

Se poucos rejeitaram os títulos de nobreza, muitos foram os que estiveram a cobiçá-los. Esse foi o caso de Joaquim Martins Fontes, que, mesmo já possuindo diversas agraciações, almejou o título de Barão de Lagarto pelos serviços prestados nas Províncias de Sergipe e Bahia nas lutas de independência. No entanto, o silêncio foi a resposta aos seus pedidos.⁵

As agraciações a que Samuel Albuquerque refere-se devem estar ligadas ao fato de Joaquim Martins Fontes ter sido condecorado como Cavaleiro da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Foi nomeado três vezes como governador da província (1839, 1840 e 1841), e mais tarde, em meados da década de 1850, o capitão-mor retirou-se da política e foi morar na cidade de Laranjeiras. Na década seguinte, Joaquim Martins Fontes faleceu no Engenho São Francisco, termo de Aracaju, em 28 de agosto de 1860. Durante a carreira política, teve contato direto com a corte e a notícia da sua morte foi divulgada pelo jornal carioca *Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal*:

No dia 21 de agosto proximo passado deu sua alma a Deus o capitão-mór Joaquim Martins Fontes, na idade de 63 annos, um dos distinctos collaboradores na independência do Brasil, deputado a assemblea geral pela provincia de Sergipe, sua patria, em 1834; deu os mais autenticos testemunhos de seu amor á monarchia, e durante toda sua vida provou a firmeza de character e opiniões: bom pai de familia, bom e sincero amigo, bom christão, em todas as commissões de que foi encarregado pelo governo respeitou sempre a religião do dever. No dia 17 do corrente mez ás 8 horas, manda celebrar um amigo de infancia do dito falecido uma missa de setimo dia da noticia, na igreja da ordem terceira do Carmo, á qual espera que os outros amigos que cultivarão suas relações nesta corte assistão a rogar pelo seu eterno descanso.⁶

Porém, antes de morrer, o capitão-mor fez, na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, uma escritura de legitimação e habilitação em que ele reconhece os seus filhos do relacionamento com Anna Portela e as filhas ilegítimas que teve com outras mulheres:

[...] Como houvera aquelles ditos quatro filhos no Estado actual que se considera de solteiro, que a sua vontade era legitimar e habilitar aos mesmos Joaquim Martins Fontes Junior, José Martins Fontes Junior, Maria Francisca da Silveira e Carolina Francisca da Silveira, seos filhos, para que podessem herdar sua Fasenda, e ainda qualquer herança, que lhe podesse [ilegível] depois de sua morte, ficando em tudo

5 ALBUQUERQUE, Samuel B. de Medeiros. Aspectos do Baronato Sergipano (1848-1889). *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 33, pp. 109-110, 2000-2002.

6 *Correio Mercantil, Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, setembro de 1860, p. 3.



habilitados para que podessem igualmente haver todas as honras, liberdades, dignidades, officios, Nobresa, e privilégios della, que por direito comum em conformidade das Ley lhe permitem assim, como se de legitimo matrimonio nacidos fossem [...]’

Joaquim Martins Fontes Junior, natural da Vila do Lagarto, nasceu aproximadamente em 1823. Apesar de ser o primogênito, teve ainda outros irmãos do primeiro consórcio do seu pai: Carolina Martins Fontes, José Martins Fontes, Anna Joaquina Fontes, Antonio Martins Fontes e Ermelina da Silva Fontes. O segundo casamento do capitão-mor com Anna Maurícia da Silveira gerou uma extensa prole: Joana Narcisa Martins Fontes, Clara Julia da Silveira Fontes, José Guilherme da Silveira Fontes, Eugenio Teles da Silveira Fontes, Rosa da Silveira Fontes, Barnabé Francisco da Silveira Fontes, Mariana Leonor da Silveira Fontes, Francisco da Silveira Fontes e Rita de Cácia da Silveira Fontes.

Por seu pai ter sido militar e pela sua classe de origem, a trajetória esperada para Joaquim era a de que ele seguisse pelo mesmo caminho⁸. Jovem e com um futuro promissor nas Forças Armadas, enquanto se preparava para tornar-se oficial, o cadete Joaquim Martins Fontes Junior fez diversas viagens à corte, às vezes com escravos, oportunidade que não era acessível a todos e restringia-se somente aos mais abastados. A chamada primeira praça foi alcançada em 12 de outubro de 1842 e dois anos depois ingressou no oficialato subalterno ao atingir a patente de Alferes, em 23 de julho de 1844. Mesmo depois de ter se tornado oficial, as viagens de Joaquim ao Rio de Janeiro parecem não ter cessado:

O alferes Joaquim Martins Fontes Junior retirando-se para a côrte, e não podendo despedir-se dos seus amigos, como é do seu dever, o faz por este meio, pedindo lhes desculpa, e oferece lhes o seu diminuto prestimo em qualquer parte de sua residencia. Sergipe, 9 de abril de 1853.⁹

Em 02 de dezembro de 1855, ano da mudança da capital da província sergipana, Joaquim Martins Fontes Junior recebeu mais uma promoção, tornando-se Tenente. Nesse período, o Barão de Maruim ocupava a vice-presidência e Joaquim fazia parte da companhia fixa da província. Pelos registros encontrados na imprensa, supõe-se que antes de se estabelecer definitivamente em Aracaju, Joaquim serviu em unidades localizadas em diferentes regiões do Império, como por exemplo no Paraná. Em janeiro de

7 Inventário de Joaquim Martins Fontes (Capitão Major), AGJES, Fundo: Aracaju, Cartório do 2º Ofício, cx. 2324, nº 249, p. 40-41.

8 No sentido bourdieusiano, trajetória significa uma série de posições sucessivamente ocupadas por um agente.

9 Jornal Correio Sergipense, 16 de abril de 1853, Edição nº 25, p. 4.



1861, mudou-se repentinamente para a província da Bahia, “por ali estar seo Batalhão”¹⁰. A graduação de capitão veio em 06 de setembro de 1861, com antiguidade de 02 de dezembro de 1860. E, finalmente, pelo decreto de 26 de outubro de 1863, Joaquim Martins Fontes passou à condição de oficial reformado de infantaria.

A noiva escolhida para Joaquim Martins Fontes foi Eufemia Pinheiro Guerra, filha do primeiro consórcio do capitão de mar e guerra José Moreira Guerra com Eufemia Antônia Pinheiro Guerra. A primogênita, Eufemia Guerra, nasceu em 25 de março de 1831 e foi batizada em São Pedro, na Província do Rio Grande do Sul. Seus avós maternos eram o carioca Leocádio Antonio Pinheiro e a gaúcha Flora de Araújo Gomes. Do lado paterno, os avós de Eufemia eram o Dr. Agostinho Moreira Guerra, português natural do Porto que no Brasil ocupou o cargo de procurador da Coroa, e a baiana Maria Joaquina de Jesus. Os padrinhos escolhidos para Eufemia foram o seu avô paterno, Agostinho Moreira Guerra, e a esposa, D. Anna Albertina Guerra. Assim como em outros exemplos já citados ao longo deste trabalho, no caso da menina Eufemia, os pais priorizaram escolher padrinhos consanguíneos para ela.

Na década de 1840, seu pai, enquanto Capitão-tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Navais, serviu na província da Bahia e, por causa de seus bons serviços, chegou a Sergipe em 24 de maio de 1853 para assumir o cargo de inspetor das barras. Guerra foi transferido para a província sergipana e fixou-se na cidade de São Cristóvão durante a presidência do Dr. Luís Antonio Pereira Franco, que teve um governo marcado pelas acirradas disputas partidárias entre conservadores e liberais. Atuando na nova função, a cada ano trabalhado, os vencimentos de José Moreira Guerra chegavam a novecentos mil réis (900\$000). Além do soldo, Guerra também recebia gratificações anuais pelas inspeções dos rios.

José Moreira Guerra teve participação ativa na política sergipana, principalmente no processo de mudança da capital, sendo lembrado como um dos braços fortes do presidente Inácio Barbosa. Na época, vários insultos foram dirigidos aos responsáveis pela retirada da primazia da cidade de São Cristóvão, inclusive Guerra: “O povo da velha capital, esbulhada da sede do governo, desfila o seu rosário de lamentos, apelidando o presidente Inácio de **Catinga**, o capitão dos portos, José Moreira Guerra de “**Guerra do Diabo**” [...]”¹¹. Além disso, José Calasans apontou que houve o interesse de Inácio Barbosa em contrair segundas núpcias em Sergipe e uma das opções seria a própria Eufemia: “Inácio Barbosa quis também casar com a filha de José Moreira Guerra, capitão

10 Jornal Correio Sergipense, 19 de janeiro de 1861, Edição nº 3, p. 4.

11 Jornal Gazeta de Sergipe, 17 e 18 de março de 1999, Edição nº 12.054, p. 11.

dos Portos, segundo me conta a professora Elvira Guerra Fontes, neta do aludido comandante.”¹²

Em 28 de maio de 1855, o capitão de mar e guerra comprou de Clemente Francisco do Valle e D. Francisca de Almeida Clemência, por vinte mil réis (20\$000), uma porção de terras cercadas de malhada e plantações no antigo Sítio Olaria, onde foi edificada parte da cidade de Aracaju. Comprou também a José Barbosa Cabeça-mole, por trinta mil réis (30\$000), uma casa de taipa coberta de palha localizada no mesmo sítio Olaria. Além disso, passou a aforar terrenos a várias pessoas as quais lhe pagavam anualmente o respectivo foro. O Barão de Maruim, proprietário de inúmeros terrenos na nova capital, “deu terras ao compadre Guerra, ao capitão Batista Sales”¹³. É evidente que não há nada de generosidade neste ato, mas a alimentação de uma rede de influências, trocando bens, supostamente públicos, pelo apoio político. Guerra foi o primeiro capitão dos portos a servir em Aracaju e, por causa da precariedade deste lugar, acabou instalando-se em Laranjeiras.

Apesar de não se ter até o momento a informação precisa de como o casal conheceu-se e nem a data e local do enlace matrimonial de Eufemia e Joaquim, tudo indica que ocorreu em meados da década de 1850, pois encontramos no *Correio Sergipense* um registro de viagem para a Bahia feita pelo casal juntamente com a sogra, Eufemia Pinheiro Guerra, no ano de 1856. Este foi o momento em que o nubente, na época tenente, assumiu o comando do Corpo de Polícia, antes ocupado pelo Capitão Manoel Agostinho Moreira, que foi afastado pelo Barão de Maruim, presidente da província, das suas atividades profissionais sob acusação de faltas, omissão e desleixo. Constatamos que o Barão foi o padrinho de casamento de Eufemia e, então, devido a essa proximidade com Joaquim Martins Fontes, podemos levantar a suspeita de que o afastamento do capitão Manoel Agostinho do cargo poderia ter ido além dos motivos profissionais, visando o favorecimento do tenente.

O capitão dos portos José Moreira Guerra também esteve envolvido na recepção do imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Thereza Cristina em Aracaju. Certamente por causa do posto que ocupava e do prestígio que possuía, na manhã de 11 de janeiro de 1860, Guerra foi um dos primeiros a avistar a entrada da esquadilha imperial na barra do Cotinguiba e, logo em seguida, “o sr. capitão do porto fez às pessoas de VS. MM. II. os seus respeitosos cumprimentos, indo beijar-lhe às mãos [...]”¹⁴ Entre as suas visitas à capital, o imperador passou pela capitania dos portos, onde

12 CALASANS, José. *Aracaju: Contribuição à História da capital de Sergipe*. Aracaju, 1942, p. 55.

13 SOBRINHO, Sebrão. *Laudas para a História de Aracaju*, Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1955, p. 222.

14 *Jornal Correio Sergipense*, 11 de janeiro de 1860, Edição nº 6, p. 1.

foi saudado pelos empregados e por Guerra, o comandante da repartição. José Moreira permaneceu no cargo até 05 de março de 1864, quando se reformou no posto de capitão de mar e guerra.

O casamento, enquanto um *investimento* importante, traria benefícios tanto materiais quanto simbólicos. Obviamente, existiu por parte das duas casas envolvidas o interesse nessa união, pois Joaquim Fontes poderia fornecer capital político e ligações possíveis ao futuro sogro, levando em consideração que seu pai teve uma carreira de prestígio no primeiro reinado, além de ter sido proprietário de engenhos e possuir um número considerável de escravos. Já Eufemia Guerra, levou para esta nova unidade familiar o peso de ser filha de um homem que, além de político, ocupava um dos cargos mais importantes da Província, visto que a dificuldade de navegação nas barras provinciais era uma das prioridades do governo conciliatório de Inácio Barbosa. Uma outra variável importante era o fato de Joaquim Martins Fontes ser letrado, isso facilitaria a administração dos bens e, assim, colaboraria com a manutenção da riqueza da família. Além do mais, o matrimônio de Eufemia e Joaquim possibilitaria o convívio entre membros que ocupavam as posições mais valorizadas socialmente.

A Família Guerra Fontes em Aracaju

Era janeiro de 1866. Numa quinta-feira, 04, na matriz da capital, o mais novo integrante da família Guerra Fontes preparava-se para se tornar um novo membro da cristandade e da comunidade. Joaquim, branco, homônimo do pai e do avô, era o quarto filho da dona de casa Eufemia Guerra e do capitão reformado do Exército Joaquim Martins Fontes Junior. Estes, que já eram pais de Genésio, Cinésio (6 anos) e Manoel (5 anos), escolheram para batizar Joaquim (dez meses) o espanhol Thomaz Diogo Leopoldo Castanhedo e Amelina Martins Fontes¹⁵. Durante muitos anos, o Dr. Thomaz, formado em medicina pela Faculdade da Bahia, clinicou em Aracaju e foi professor do Atheneu Sergipense.

Aos poucos Aracaju ia se urbanizando e a prole dos Guerra Fontes não parava de crescer. Em 1º de setembro de 1867, Joaquim e Eufemia, que já eram pais de quatro filhos, celebraram o batizado de Elvira Honorina Guerra Fontes, branca, que, com seus poucos nove meses de existência, já estava em perigo de morte¹⁶. O batismo de Elvira mostra que seus pais também preferiram buscar compadres fora da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju, visto que o seu padrinho foi Manoel Sousa Macieira, da cidade de Maruim, e Marianna Garcez, representada median-

15 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 293, p. 27.

16 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 584, p. 59.

te procuração por Marianna Freitas. Felizmente, a menina conseguiu sobreviver e quando adulta foi mais além do que sua mãe e avó materna que já eram alfabetizadas, tornando-se uma das mais distintas educadoras de Aracaju.

Com apenas um mês e vinte dias, foi batizada pelo Vigário Geral José Gonçalves Barroso em oratório particular, no dia 17 de junho de 1869, Maria, branca, a sexta filha do casal. Seus pais espirituais foram o Bacharel Evaristo Ferreira da Veiga e a esposa Francisca Ferreira da Veiga¹⁷. Um dia após o batizado, Evaristo Ferreira da Veiga deixou o cargo de Presidente da província, ocupado desde 27 de novembro de 1868. Não restam dúvidas de que Joaquim e Eufemia escolhiam a dedo as pessoas que levaram seus filhos à pia batismal. Mais tarde, Maria, branca, com quatro meses de idade, foi batizada em 20 de agosto de 1869 e teve como padrinho ninguém menos do que Antônio Dias Coelho e Melo, o Barão da Estância:

Aos vinte d'Agosto de mil oitocentos secenta e nove Baptisou solenemente de licença minha o Coadjutor Eusebio Pires d'Almeida na Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracajú a Maria, branca, natural desta Freguesia, com quatro meses d'idade, filha legitima de Joaquim Martins Fontes, e Eufemia Guerra Fontes: forão Padrinhos o Excellentissimo Barão da Estancia, da Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda d'Itaporanga, e Maria Jovina Alves de Sampaio, desta Freguesia. Para constar faço este que assigno. O Vigario José Luiz d'Azevêdo.¹⁸

O Barão da Estância, dono do Engenho Escurial, já havia sido vice-presidente e em 1866 foi nomeado pela terceira vez como presidente da província. Além da evidente influência do padrinho, levantamos a hipótese de que a escolha também esteve relacionada à ligação que a família de Joaquim Fontes tinha com este município, pois o seu pai foi comandante superior da Guarda Nacional da Comarca da Estância na década de 1840. Das duas filhas que foram batizadas em 1869, uma não sobreviveu, mas por falta de informações, não se sabe qual delas.

Em 14 de agosto de 1870, Oscar, branco, foi batizado por Candido do Prado Pinto e Maria do Carmo do Prado Pinto, que na ocasião do batismo moravam em Belém, capital do Pará¹⁹. No caso desta escolha dos compadres, as relações de vizinhança podem ter pesado bastante, pois, ao que tudo indica, Candido e Joaquim moravam na Rua de São Cristóvão, uma das mais importantes desde os primeiros anos da cidade. No imposto predial

17 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1002, p.109.

18 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1031, p. 112.

19 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1289, p.141.



publicado em setembro de 1873, na edição nº 429 do *Jornal do Aracaju*, o comendador Candido do Prado Pinto aparece como proprietário de um negócio nesta mesma rua. Candido, que na condição de negociante usufruía, inclusive, do trabalho de escravos de ganho, possuía um capital econômico superior ao do seu compadre militar. Candido também foi padrinho de casamento de Mariana Leonor da Silveira, irmã de Joaquim Martins Fontes, que se casou com Martinho José de Oliveira em 23 de novembro de 1878 na Capela de Santo Antônio²⁰. Perto deles, também morava o negociante João Martins Fontes, filho de Felipe de Carvalho Lessa e Maria Francisca da Silveira Fontes, e, portanto, sobrinho de Joaquim Martins Fontes Junior.

José, branco, o caçula da família, nasceu em 24 de dezembro de 1874 e foi batizado por estar em perigo de vida no dia 29 de abril de 1876²¹. Seus padrinhos, Dr. Cícero Dantas Martins e Mariana da Costa Pinto Dantas, moravam na Província da Bahia e, por não estarem presentes no dia da celebração do batismo, instituíram por seus procuradores o casal José Martins Fontes e a sua esposa Francisca Xavier Gomes Fontes, da Freguesia de Itabaiana. Além de ser formado em Direito, Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, foi um dos mais importantes líderes conservadores e fazendeiros do sertão baiano. A mãe de Cícero Dantas Martins, Mariana Francisca da Silveira Dantas, era filha de João Martins Fontes e irmã do capitão-mor Joaquim Martins Fontes. Visando manter a coesão familiar, os Guerra Fontes escolheram parentes consanguíneos como compadres, pois Joaquim Martins Fontes Junior e Cícero Dantas Martins eram primos e netos de João Martins Fontes.

Neste caso, além das relações materiais é preciso chamar atenção, também, para a presença de procuradores que representavam os padrinhos no ato batismal. Esta “importância se daria não só para os pais das crianças, que escolhiam cuidadosamente aqueles com quem pretendiam manter a aliança, mas também para os que eram escolhidos. Estes não só aceitavam o convite, como se davam o trabalho de instituir procuradores para representá-los”²². A respeito disso, a historiadora Sheila de Castro Faria afirma que a escolha de procuradores, “demonstra o quanto o estabelecimento de relações rituais era importante naquela sociedade. Escolhia-se cuidadosamente com quem manter aliança. Visava-se aumentar o prestígio de sua casa”²³.

20 Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 456, p. 81.

21 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1874-1877). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 2592, pp. 59-60.

22 BRÜGGER, S. M. J. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p. 315.

23 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 215.

José Martins Fontes, bacharel formado pela Faculdade de Direito de Olinda, era casado com Francisca Xavier Gomes Fontes e irmão de Joaquim Martins Fontes. O Dr. Fontes chegou a ser 1º vice-presidente nomeado em 30 de novembro de 1876. Administrou a província entre janeiro de 1877 e março de 1878. No tempo em que foi deputado, José Martins Fontes participou da reunião realizada em 27 de fevereiro de 1855, em Santo Antônio do Aracaju, para tratar da transferência da capital. Além destes, ocupou outros cargos importantes como o de procurador da Tesouraria Provincial, o de juiz de órfãos no termo de Itabaianinha, Lagarto e Rosário e nos termos reunidos de Pilar e Atalaia, na província de Alagoas.

Ao mesmo tempo em que escolheram, Joaquim Martins Fontes e Eufemia Fontes também foram escolhidos para batizar algumas crianças. Eles foram procuradores no batismo de Idalina, branca, filha do Capitão e farmacêutico baiano Marcelino José Jorge e de Cândida Sampaio Jorge, realizado no dia 24 de junho de 1866, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição do Aracaju²⁴. Eufemia e Joaquim representaram José Amâncio do Outeiro e Elisa Aguiar do Outeiro, ambos moradores da província da Bahia. Inclusive, na época do seu casamento com Eufemia, Joaquim comprou a mobília da casa onde viria morar o casal ao mesmo Marcelino José Jorge.

Entre 1864 e 1872, Joaquim Martins Fontes batizou junto com a esposa 4 crianças e, sem a companhia dela, foi padrinho de mais 4. Em maio de 1868, o casal batizou Francisca, parda, filha de João Tenório e Maria Rosa Cigana²⁵. Por não possuírem nenhum qualificativo social, que indicariam caso o casal viesse de alguma família da elite, talvez João e Maria Rosa pertencessem a uma camada mais baixa da sociedade. Podemos supor, ainda, que a mãe da criança fizesse parte da comunidade cigana.

Assim como as demais famílias bem situadas socialmente, os Guerra Fontes preocupavam-se com o futuro dos filhos que, estrategicamente, se tornavam madrinhas e padrinhos desde cedo com o objetivo de formar um pecúlio imaterial baseado em relações sociais. Conforme estabelecido pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, os pais não poderiam nomear padrinhos menores de 14 anos e madrinhas menores de 12 anos, exceto em casos de licença especial. Pelo visto, esta recomendação não foi seguida, pois, aos sete anos, o segundo filho do casal, Cinésio Guerra Fontes foi um padrinho infante. O menino foi registrado como padrinho da recém-nascida Heduvige, parda, filha natural de Maria do Car-

24 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 330, p. 30.

25 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 749, p. 80.



mo da Conceição, batizada em 20 de outubro de 1869²⁶. Cinésio morreu em 11 de junho de 1882, aos 20 anos, vítima de Beribéri²⁷.

O filho mais velho do casal, o funcionário público, Genésio Guerra Fontes, também apareceu em um assento de 06 de maio de 1872, ao batizar ao lado de Margarida Carneiro Leão, José, cabra, filho legítimo de Prudêncio José dos Santos e Maria de São Pedro²⁸. Genésio casou-se em 17 de outubro de 1877, com Robina Oliveira de Araújo, natural da Freguesia de Laranjeiras e filha legítima de Raphael José de Araújo e Anna Pinheira do Sacramento²⁹. A cerimônia foi realizada na Matriz de Nossa Senhora da Conceição e contou com a presença do Bacharel Manoel Pereira Guimarães e do comerciante Antônio Martins de Almeida. O imóvel localizado na rua São Cristóvão em que residia Genésio e a família era do negociante Paulino José Bomfim, pai do ilustre médico e escritor Manoel Bomfim.

O primeiro filho do jovem casal, Homero, branco, foi batizado em 04 de julho de 1880 e teve como padrinhos o Doutor Homero de Oliveira Ribeiro e o Vigário Olímpio de Sousa Campos³⁰. Um ano antes do batismo, o Bacharel Homero de Oliveira já exercia o cargo de Promotor Público da Comarca da Capital. Dessa forma, percebe-se que, assim como os seus pais, Genésio também escolheu pessoas distintas para batizarem o pequeno Homero. Em 1880, ano do apadrinhamento, Olímpio Campos foi nomeado para assumir a freguesia da capital e, com o passar do tempo, foi construindo uma brilhante carreira política.

Joaquim Martins Fontes sofreu durante alguns anos com a tuberculose e faleceu na noite do dia 25 de julho de 1878 aos 55 anos de idade. O proprietário do *Jornal do Aracaju*, o Comendador Candido do Prado Pinto, lamentou a morte do compadre exaltando as suas principais virtudes:

Coração bem formado, incapaz de abrigar qualquer sentimento mau contra o seu semelhante, pai de família extremoso, bom esposo, bom cidadão e amigo sincero e dedicado, a morte do capitão Joaquim Martins Fontes é neste momento justo motivo do sentimento profundo de quantos puderam apreciar os bellos attributos de seu excellente coração. Servira o finado por diversas vezes o lugar de ajudante de ordens da

26 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1864-1871). Livro 1. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1072, p. 117.

27 Banco de dados, *Family Search*, Óbitos (1882-1887). Livro 7. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 4610, p.14.

28 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1871-1874). Livro 2. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 1721, p. 45.

29 Banco de dados *Family Search*, Casamentos (1864-1883). Livro 2. São Salvador. Aracaju, Sergipe, nº 411, pp. 73-74.

30 Banco de dados *Family Search*, Batismos (1880-1883). Livro 6. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3696, p. 01.



presidencia, e nessas funcções se achava quando a morte veio ceifar-lhe a existencia. Tinha no exercito longos annos de bons serviços, parte dos quaes foram prestados na guerra do Paraguay, e hoje, baixando á sepultura deixa exposta aos caprichos da sorte uma familia numerosa constante pela maior parte dos innocentes creancinhas.³¹

Como consta em seu registro de óbito, Joaquim foi sepultado no Cemitério de Nossa Senhora da Conceição vestido em hábitos militares, já que era capitão reformado do Exército³². Possivelmente, sua morte e tantas outras estavam associadas às condições anti-higiênicas de Aracaju, que sofria com as febres e epidemias. Um estudioso do assunto, Antonio Samarone de Santana, elencou uma série de moléstias que se transformaram em graves problemas de saúde em Sergipe durante o período oitocentista:

As epidemias de febre amarela (typhus d'América), malária (febre palustre), peste bubônica (peste do rato), febres intestinais (tifóide) e a temível cholera morbus eram presenças frequentes. Entre as endemias encontramos os reumatismos, afecções, catarraes, oftalmias, bronquites, disenteria, sarampo, coqueluche e sarna. A tuberculose (peste branca) ainda não era identificada claramente como problema de saúde pública, apesar da elevada taxa de mortalidade.³³

Os registros paroquiais mostraram, portanto, que Joaquim Martins Fontes e Eufemia Guerra Fontes priorizaram as alianças horizontais, ou seja, elegeram padrinhos que faziam parte do mesmo grupo de origem e que, além disso, possuíam fortuna e status social igual ou superior ao da família. Sendo o batismo um ato irreversível, criaram e reiteraram alianças com médicos e bacharéis, os elementos brilhantes do século XIX, e com dois grandes latifundiários. Então, já que a família não tinha tanta riqueza, para obter reconhecimento social, eles souberam explorar o que Bourdieu chamou de “capital social”, ou seja, o acesso estratégico dos agentes a círculos sociais de influência e de apoio através da amizade com os grandes políticos, como por exemplo, os Barões que ostentaram títulos nobiliárquicos durante o Império.

31 Jornal do Aracaju, 27 de julho de 1878, Edição nº 974, p. 2.

32 Banco de dados *Family Search*, Óbitos (1877-1879). Livro 4. Nossa Senhora da Conceição. Aracaju, Sergipe, nº 3419, p. 53.

33 SANTANA, Antonio Samarone de. *As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe - Núcleo de Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1997, p. 68.



Cotidiano escravo em Sergipe oitocentista na Revista do IHGSE

Sura Souza Carmo*

Resumo

Nas últimas décadas tem se desenvolvido com vigor a historiografia sergipana da escravidão, sendo a Revista do IHGSE o principal periódico do estado difusor destas pesquisas. Produzido inicialmente por autodidatas na área da História e depois por acadêmicos, os artigos revelam as diferentes fases do ofício de historiador sobre a temática, revelando o direcionamento para determinados temas, influências teóricas e metodológicas, interlocutores e análise das fontes. Neste artigo, buscamos apresentar informações sobre o cotidiano escravo em Sergipe no século XIX, encontradas nos artigos publicados na Revista do IHGSE, visualizando ainda o avanço da historiografia da escravidão no estado nos últimos anos.

Palavras-chave: historiografia; Sergipe; escravidão.

Abstract

In the last decades the Sergipan historiography of slavery has developed strongly, being the Magazine of the IHGSE the main periodical of the diffusive state of these investigations. Initially produced by self-taught historians and later by academics, the articles reveal the different phases of the historian's work on the subject, revealing the orientation to certain themes, theoretical and methodological influences, interlocutors and analysis of the sources. In this article we seek to present information about the slave daily life in Sergipe in the 19th century found in the articles published in the Revista do IHGSE, also visualizing the progress of the historiography of slavery in the state in recent years.

Keywords: historiography; Sergipe; slavery.



* Professora do Departamento de Museologia-UFS, ministrando as disciplinas de Conservação Preventiva, Museologia e Desenvolvimento Social e Arquitetura de Museus. Possui interesse também em historiografia da escravidão em Sergipe.

Importante instrumento de difusão de conhecimento, a Revista do IHGSE já foi alvo de análise por alguns autores, na sua totalidade ou de alguma temática.¹ Entre os trabalhos mais densos sobre a Revista, encontram-se o de Itamar Freitas² e de Ibarê Dantas³ – ambos analisaram a revista, percebendo as mudanças políticas e sociais no modo de se fazer história nas páginas do periódico. Nessas obras, os autores também sinalizaram a importância do periódico para se perceber as características da intelectualidade sergipana, com formação acadêmica ou não, as áreas de pesquisa, questões metodológicas e teóricas, além dos interlocutores. A Revista do IHGSE é, portanto, uma fonte para inúmeras pesquisas a respeito da historiografia sergipana ao longo do século XX e XXI.

A análise dos indícios de cotidiano escravo na Revista do IHGSE seguirá, com pequena adaptação na última fase, a proposta de Freitas para as fases da revista⁴. Não seguiremos as fases elencadas por Ibarê Dantas, no livro *História da Casa de Sergipe*, pois, além de serem mais minuciosas, não abordam apenas a Revista do IHGSE⁵, uma vez que houve um grande lapso temporal na publicação do periódico⁶.

De maneira geral, é escassa a quantidade de artigos que tratam da escravidão em Sergipe, nas duas primeiras fases da Revista do IHGSE. O maior quantitativo de artigos sobre essa temática foi publicado na terceira e quarta fase da revista, com especial predominância nesta última fase. São fatores para o aumento, nos últimos anos, de publicações a respeito da escravidão: o destaque da História Cultural, cuja atenção se volta para a pesquisa de



- 1 OLIVEIRA, João Paulo Gama. A Casa de Sergipe e a escrita da História da Educação sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Anne Luíse Silva Mecnas.(Orgs.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 229-268.
- 2 FREITAS, Itamar. *A escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913-1999*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. _____. *A “Casa de Sergipe”: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929)*. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História Social), PPGHS/IFCS/UFRJ.
- 3 DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE 1912-2012*. São Cristóvão UFS: Aracaju: IHGSE, 2012.
- 4 Para Itamar Freitas, as quatro fases são divididas da seguinte forma: 1ª fase de 1913-1929, com 14 edições; a 2ª fase de 1939-1965, com 12 edições; a 3ª fase de 1978 – 1999, com 6 edições; 4ª fase de 2002-2012, com 10 edições.
- 5 Dantas aponta as seguintes fases do IHGSE: Tempos de Organização (1912-1921), Tempos de Descontinuidade (1921-1927), Tempos de Campanha e de Construção (1927-1939), Tempos de Libertação e Dissensão (1945-1951), Tempos de Audácia e Destaque (1951-1957), Tempos Agitados (1957-1965), Tempos de Declínio (1965-1969), Tempos de Crise (1969-1972), Tempos de Dificuldades e Permanências (1972-2003) e Tempos de Reforma e Modernização (2003-2012). Contabilizam-se 12 fases.
- 6 Grandes ausências da Revista do IHGSE: 1929-1939, 1965-1978 e 1992-1999. Houve falta de periodicidade, com publicações condensadas em: 1921-1925, 1926-1927, 1941-1942, 2000-2002, 2003-2005.

novos sujeitos, novas fontes e com metodologias diversas; o surgimento e o crescimento do campo da historiografia da escravidão, que nem existia em 1913, quando foi publicado o primeiro número da Revista do IHGSE, mas que foi principiado com Gilberto Freyre e seus estudos culturais sobre a participação do negro na formação do Brasil, seguidos dos estudos da Escola Paulista de Sociologia e da Nova Historiografia da escravidão; as mudanças políticas e sociais na luta contra o racismo e desigualdades sociais; e, por último, o crescimento da participação de pesquisadores sobre Sergipe em cursos de pós-graduação, vindo a propiciar a realização das pesquisas.

Quadro I – Artigos sobre escravidão publicados na Revista do IHGSE

Fase	Período	Artigos sobre escravidão
1ª	1913-1929	0
2ª	1939-1965	02
3ª	1976-2002	08
4ª	2005-2016	16

Na primeira fase da Revista do IHGSE, não houve publicações que tratassem da escravidão em Sergipe, conseqüentemente indícios do cotidiano escravo quase não se fizeram presentes. Na conjuntura do fazer historiográfico do período, não havia interesse pela história da escravidão e as teorias deterministas pessimistas ainda imperavam nos estudos sobre o negro na sociedade brasileira no início do século XX.

As referências, na primeira fase da Revista do IHGSE, limitaram-se a citações de escravos como propriedade de senhores ou por ter ordenado o escravo fazer algo. Também aparecem, como por exemplo, “escravos empregados na lavoura de gêneros de primeira necessidade”⁷, quando os autores tratavam da economia na província de Sergipe d’El Rey. Revelador da ausência de estudos da escravidão e da influência do negro na formação do povo sergipano é o artigo sobre folclore sergipano de Prado Sampaio. O autor propõe, como origem de alguns aspectos do folclore sergipano, povos europeus, em especial germânicos, sem dialogar com a mistura étnica portuguesa e a miscigenação brasileira na formação de lendas no território sergipano⁸.

Na segunda fase da Revista do IHGSE, é possível encontrar artigos que trataram de escravos em Sergipe. Foram dois os artigos publicados a respeito da ação de escravos: um de João Dantas e outro de Sebrão Sobrinho. Alguns autores modificaram a maneira de compreender os escravos,

7 LIMA Júnior, Carvalho. Monographia Histórica do Município de Itabayana. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, v.2. n.4, 1914, p.131.

8 LEITE, Joaquim do Prado Sampaio. Do folk-lore sergipano e aspectos ethno-psychologicos de suas lendas. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, v.6n.11, 1926.

porém outros permanecem com o pensamento de inferioridade racial, já superado na década de 1940.

Em um artigo sobre superstições, Edmundo Krug, semelhante a Prado Sampaio, poderia ter tratado da influencia do negro na cultura popular brasileira, contudo, afirmou também que a maioria das nossas superstições de origem germânica. Sobre os escravos, Krug apenas menciona que sendo ele “nostálgico e também pouco observador, nada poderia ter trazido para a nossa terra”, acrescentando, de maneira pejorativa, que “o negro trouxe para cá foram as macumbas e as feitiçarias, cujas praxes foram aumentadas com o contato, com o povo ignorante, porém inteligente, proveniente de Portugal [...]”⁹.

No artigo *Vida Alheia*, de Zé Corrêa, é possível perceber sutis mudanças pois, apesar de não tratar da escravidão em Sergipe, aproxima o escravo da vida cotidiana de seus senhores, ao mencionar um negro, contador de histórias, amigo do pai: “Como si contasse uma história longa, daquelas que sempre ouvi, quando era criança, de Chico de Gonçalo, negro supersticioso, valente quando bebia, serviçal e muito amigo do meu velho pai [...]”¹⁰.

Outro artigo em que é possível perceber as sutis mudanças em relação ao escravo na historiografia sergipana é sobre a relação de educadores e sociólogos de José Amado Nascimento¹¹. Apesar de não ser a temática, o autor evidencia diversas informações sobre a escravidão como origem dos escravos de Sergipe, seu quantitativo e sua ascensão após a abolição. O autor trata de questões ainda pouco discutidas no âmbito historiográfico da época, como as dificuldades dos trabalhadores livres antes e no pós-abolição. Embora o assunto seja educação, o texto é um importante documento das primeiras pesquisas sobre os problemas enfrentados pelos cativos e ex-cativos em Sergipe d’El Rey, sendo um caminho para pesquisas sobre cotidiano escravo.

O primeiro artigo que trata de ações de escravos e libertos em Sergipe oitocentista é o curioso caso do Céu dos Carinaibas. Escrito por João Dantas, em 1942, *As almas das Carinaibas – um céu no Riachão – resquícios da intituladas “santidades”*, descreve, com escárnio, as práticas religiosas- heréticas- sodomíticas, realizadas pelos praticantes. João Dantas, ao longo do breve artigo, não compreende a importância do ritual para a pesquisa, realizando, ao longo do texto, juízo de valor quanto a moral dos praticantes. João Dantas finaliza o artigo apoiando a ação enérgica para

9 KRUG, Edmundo. O Histórico das nossas superstições. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, v. 11, nº 16, 1942, p.30.

10 SANTOS, José Correa dos. Vida alheia. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, v. 11, nº 16, 1942, p.25.

11 NASCIMENTO, José Amado. Educadores e Sociólogos se completam e se precisam hoje mais do que nunca. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 25, vol.20, 1960.



a repressão dos praticantes da suposta heresia, dizendo que “as autoridades do Riachão e cidadãos qualificados, alcançando o perigo, resolveram destroçar com o novo céu em formação [...] a pancadaria foi grossa, formidável”¹². O texto do autor transmite a mentalidade da época, pois os “cidadãos qualificados” seriam homens brancos de destaque social e as pancadas, que o autor achou “formidáveis”, foram comuns nas primeiras décadas do século XX nos terreiros de candomblé, quando a falta de compreensão das práticas religiosas afro-brasileiras culminaram na destruição dos espaços sagrados e apreensão de objetos de culto.

O segundo artigo referente à escravidão, publicado na segunda fase da Revista do IHGSE, foi escrito por Sebrão Sobrinho, intitulado *Sol Quente, do Dira, a pecadora santa dos ubandistas*¹³. Trata-se de um artigo que cria bastante curiosidade no leitor ao relatar em prosa e em verso, com informações documentais e memorialísticas, um crime no engenho Dira, que teve como pivô a forra Sol Quente. Possível filha da Casa-grande, Sol Quente possuía um comportamento pouco comedido, realizando práticas religiosas de matriz africana em sua residência e envolvendo-se em romances sem ser repreendida pelos senhores. O autor narra o crime passionai do Dira em que o feitor matou por ciúmes o carreiro que Sol Quente estava se envolvendo amorosamente. O autor desvenda, dessa maneira, muito além de um crime, as relações bastante próximas entre pessoas de cor e senhores e as práticas religiosas de origem africana sendo professadas no engenho com a convivência do senhorio.

Dessa maneira, a segunda fase da Revista do IHGSE proporciona aos pesquisadores visualizarem dois exemplares de práticas religiosas não católicas em Sergipe, a primeira sendo duramente reprimida e a segunda sendo tolerada pelos senhores. Tais informações permitem pensar as práticas religiosas no cotidiano de escravos e libertos.

Na terceira fase da Revista do IHGSE, por conta de um maior número de artigos que trataram da escravidão, em consequência de um crescimento nacional em torno da temática, foi encontrado um quantitativo maior de indícios sobre cotidiano escravo. Além dos artigos da área de História, a Antropologia também forneceu uma importante contribuição nesta fase, a partir das publicações de Beatriz Góis Dantas sobre manifestações da cultura afrodescendente em Laranjeiras. A partir da origem dos folguedos, a autora apresenta algumas práticas de sociabilidade de escravos e cativos como os agrupamentos “nas confrarias de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito” quando “os negros livres ou escravos louvavam

12 REIS, João Dantas. As almas das Carnaibas – um céu no Riachão – resquícios da intituladas “santidades”. In: *Revista do IHGSE*, v. 11, nº 16, Aracaju, p.27.

13 CARVALHO SOBRINHO, José Sebrão de. Sol Quente, do Dira, a pecadora santa dos umbandistas. In: *Revista do IHGSE*, v. 16, nº 21, Aracaju, 1955.



seus santos patronos com danças e autos em que se inseriam elementos da cultura de origem africana”¹⁴.

Na terceira fase de revista do IHGSE constam publicações do também antropólogo Luiz Mott com pesquisas na temática da escravidão em Sergipe. Com um escopo variado de fontes, no primeiro artigo o autor discorre sobre características da escravidão em Sergipe¹⁵ e, no segundo, sobre os negros nos anúncios de jornal em Sergipe. No segundo artigo é possível perceber várias informações sobre os modos de vida da escravidão sergipana, pois é razoável observar, por exemplo, o vestuário, aptidões e tipos de lazer dos fugitivos. Sobre as roupas de um escravo fugido o autor cita “levou a seguinte roupa: camisas de algodão da terra e americano, ceroulas do mesmo e traz calça e véstia azuis e um chapéu de copa alta de carnaúba. Também levou um cobertor de algodão novo”¹⁶, demonstrando a importância que os mesmos davam ao vestuário.

O primeiro texto sobre quilombolas foi de autoria de Lourival Santos, abordando a formação dos quilombos em Sergipe, os esconderijos, os procedimentos de busca pelos senhores e a rede de solidariedades entre fugidos e cativos. Os indícios sobre as redes de solidariedade são importantes para a observação do cotidiano nos engenhos de açúcar, quando abrigar ou ajudar um irmão de cativo em fuga parecia ser bastante comum. Nessas ações de solidariedade nas senzalas, ocorria “intercâmbio comercial, trocando farinha e agasalhos pelos roubos praticados”¹⁷. Observa-se que era comum a solidariedade entre cativos e escravos fugidos, demonstrando o não isolamento, mas a amizade e cumplicidade entre os mesmos.

A influência marcante da história econômica no período também se fez presente nas pesquisas referentes à escravidão em Sergipe. Josué Modesto dos Passos Subrinho, trata do tráfico inter e intra provincial em Sergipe na segunda metade do século XIX. Apesar de ser voltado para o aspecto econômico – o que impossibilita observar questões referentes ao cotidiano escravo – o artigo permeia algumas temáticas e informa, com consideráveis dados estatísticos, os deslocamentos de escravos, bem como a terrível epidemia de coléra morbus no província¹⁸.

14 DANTAS, Beatriz Góis. Considerações sobre o tempo e o contexto de autos e danças folclóricas em Laranjeiras. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 27, 1978, p.65.

15 MOTT, Luiz. População e economia: aspectos da mão-de-obra escrava em Sergipe (séculos 18 e 19). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 28, 1982.

16 MOTT, Luiz. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 29, 1987, p.135.

17 SANTOS, Lourival Santana. Quilombos e quilombolas em Sergipe no século XIX. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 32, 1992, p.36.

18 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Tráfico inter intra-provincial de escravos no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887). In: *Revista do IHGSE*, n.32, 1992.



Ao longo da terceira e quarta fase da Revista do IHGSE surgiram várias pesquisas a respeito de irmandades religiosas e participação dos negros. Francisco José Alves dos Santos apresentou importantes informações sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, as quais permitem delinear importantes aspectos da religiosidade e sociabilidades de escravos e libertos¹⁹. Dentre essas informações, as de maiores destaque foram o calendário da festa religiosa em consonância com o agrícola, “o caráter elástico” de ingresso na irmandade que permitia cativos e oportunidade dos negros encontrarem na festa amigos e parentes que trabalhavam nos engenhos da região.

No número subsequente da Revista do IHGSE, foi publicado outro artigo a respeito de irmandades do Rosário de Vila Nova Real²⁰, por Lourival Santos. O autor menciona o artigo publicado anteriormente por Francisco José Alves a respeito da irmandade do Rosário de Estância, apesar de seu objetivo ser o de publicar um documento no qual retrata o compromisso da irmandade, revelando importantes informações do funcionamento burocrático e espiritual da confraria e, conseqüentemente, alguns indícios também de cotidiano escravo. No documento, é possível visualizar a composição de irmãos eleitos, os principais cargos, composição étnica da irmandade, taxa de pagamento, questões fúnebres e obrigações dos irmãos, sendo de grande valia para pesquisadores de religiosidade e cotidiano escravo.

A quarta fase da Revista do IHGSE apresenta o maior quantitativo de artigos relativos à escravidão. As temáticas também são bastante variadas: movimento quilombola, irmandades religiosas, alforrias, sociabilidades entre outras. Nos números analisados, entre os anos de 2005 e 2016, em todos havia artigos referentes a temática da escravidão. A ausência da temática, porém, foi verificada nos periódicos que continham dossiês nos quais não era possível inserir artigos sobre escravidão. A maior representatividade da temática da escravidão corresponde ao maior interesse acadêmico sobre o tema atrelado à mudança do pensamento brasileiro quanto à contribuição do negro para a formação nacional, ao Movimento Negro, a historiografia da escravidão e políticas públicas inclusivas.

O movimento quilombola em Sergipe no século XIX é retratado por Amâncio Cardoso que discorre sobre questões como a habilidade dos escravos fujões em oferecer seus serviços em outras localidades. O autor utiliza uma importante referência para os historiadores de Sergipe oitocentista, as cartas de Adolphine Schramm, alemã que viveu por alguns

19 SANTOS, Francisco José Alves dos. Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 31, 1992.

20 SANTOS, Lourival Santana. O compromisso na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Vila Nova Real de el Rey do Rio São Francisco. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 32, 1999.

anos em Maruim, e que descreveu importantes aspectos da vida dos escravos. Assim como outros autores citados neste texto, Cardoso utiliza as cartas para informar que “alguns escravos vem com frequência suplicar que os compre a seus patrões”, pois, segundo a alemã, em sua casa os negros “nunca são espancados”²¹, sugerindo a liberdade de circularem entre os engenhos e a fuga como última saída.

Sem contribuições diretas de indícios sobre cotidiano escravo em Sergipe, mas com um objeto que ajuda a refletir sobre a vida dos cativos, Sharise Amaral trata do impacto da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, ou Lei do Ventre Livre, na vida dos cativos²². Amaral argumenta que as cláusulas da referida Lei afetaram diretamente a concessão de alforrias, pois o escravo poderia entrar na justiça contra o senhor, abalando, dessa forma, o poder senhorial. A partir dos dados apresentados pela autora e relacionando com cotidiano escravo, é possível pensar o impacto da Lei no cotidiano dos cativos, pois os senhores perderam parte do poder de mando e, ao mesmo tempo, os cativos que pedissem a liberdade na justiça poderiam ser alvo da fúria do senhor.

As festas religiosas de escravos e libertos aparecem com maior intensidade na quarta fase da Revista do IHGSE. Vanessa Oliveira publicou dois artigos sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão. No primeiro, escrito conjuntamente com Brice Sogbossi, os autores salientam que a cor é o elemento “delimitador para a entrada da associação”, citando várias confrarias semelhantes em Sergipe e indícios de que os escravos buscavam participar de associações e socializavam nelas²³, apresentando ainda, como importante fonte, o *Anuario Christovense*, escrito por Serafim Sant’lago. O documento apresenta informações sobre a festa que era animada “com fogos de artifício, danças, bebidas e quitutes”²⁴, demonstrando ainda que os cativos procuravam realizar as celebrações da Irmandade do Rosário com pompa, fartura e alegria.

De maneira mais ampliada, Vanessa Oliveira continuou a pesquisar a Irmandade do Rosário, observando a presença da confraria em toda a província de Sergipe d’El Rey e a importância como espaço de sociabilidade e religiosidade abertas às camadas desfavorecidas da população de Sergipe no século XIX. A autora aponta 63 associações religiosas leigas em Sergipe, sendo 16 de Nossa Senhora do Rosário e 05 de São Benedito,

21 SANTOS NETO, Amâncio Cardoso. Escravidão em Sergipe: quilombos e fugas - século XIX. In: *Revista do IHGSE*, nº 34, 2005, p.59.

22 AMARAL, Sharire Piroupo do. A lei, as cartas e o silêncio senhorial: uma análise da alforria na Cotinguiba (1860-1888). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 37, 2008.

23 OLIVEIRA, Vanessa dos Santos e SOGBOSSI, Hippolyte Brice. Devoção com diversão: a festa de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão (1860-1880). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 37, 2008, p.54.

24 *Ibid.*, p.63.



principais santos de veneração das pessoas de cor, geridas “por grupos que ocupavam diferentes espaços do cotidiano socioeconômico da província”²⁵. Sobre a irmandade de São Cristóvão, a autora detalha os luxuosos elementos do vestuário.

[...] eram distribuídos muitos anéis de louça ou vidro mandados vir da Bahia pelas referidas pretas africanas. A Santíssima Virgem sahia em procissão, encerrada num túmulo vestido de ricos ornatos brancos, assim como, no dia seguinte, sahia em rica charóla, representando subindo ao Céu, em uma vistosa nuvem rodeada de Cherubins²⁶.

Outro artigo relacionado às irmandades religiosas foi escrito por Claudfranklin Santos, sobre a festa de São Benedito em Lagarto. A partir de diversos interlocutores, como Beatriz Góis Dantas, Silvio Romero e Melo Moraes Filho, o autor aponta o luxo dos festejos para a saída do santo e das negras que participam, gerando uma dúvida sobre a quem pertencia as joias, se a irmandade ou as participantes da festa. O festejo tinha um grande impacto no cotidiano, pois a “vida produtiva da Vila de Lagarto parava, negros escravos eram dispensados do trabalho, e até mesmo seus senhores por lá estavam com o mesmo espírito e entusiasmo”²⁷, demonstrando a mudança no cotidiano árduo dos engenhos da vila.

As sociabilidades dos africanos livres também foram alvo de um estudo realizado por Aline Silva, Daniela Bezerra, Williams Silva e Frank Nilton Marcon. Recortando a observação da rede de sociabilidades apenas para os africanos livres que viviam na região do Contiguiba, os autores, principalmente por meio de testamentos, puderam observar que havia uma teia de relações para a proteção, em vida e na hora da morte desses negros, e o direcionamento da renda que esses africanos possuíam para salvar algum ente querido do cativo. É possível perceber que os africanos conseguiram construir uma rede de solidariedade, constituir de bens, como imóveis, e bons relacionamentos comerciais com homens brancos. Portanto, através dos testamentos foi possível observar a rede afetiva e comercial dos africanos, fato de grande importância, pois havia grande dificuldade de inserção de libertos africanos em transações comerciais e a mobilidade econômica, social e espacial que possuíam nas práticas cotidianas de socialização e comércio²⁸.

25 OLIVEIRA, Vanessa Santos. A devoção a Nossa Senhora do Rosário em Sergipe Del Rey (séc. XIX). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº44, 2014, p.319-321.

26 *Ibid.*, p.337.

27 SANTOS, Claudfranklin Monteiro. A festa de São Benedito em Lagarto: do auge ao esvaziamento sócio-cultural e religioso (1874-1828). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 37, 2008, p.79.

28 MARCON, Frank Nilton; BEZERRA, Danile M.; SILVA, Williams S.; SILVA, Aline F. Africanos livres e sociabilidades no vale do Cotinguiba. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 38, 2009, p. 54-55.

Na quarta fase da Revista do IHGSE, houve também publicação de artigo sobre o sistema escravocrata e a economia de Sergipe, produzido por Josué Modesto dos Passos Subrinho. O autor apresenta diversos dados quantitativos dos escravos na província de Sergipe, possibilitando uma visão clara do quadro de cativos, livres e libertos²⁹. Subrinho revela a grande saída de cativos de Sergipe para a lavoura de café, separando famílias e causando problemas na escravaria. As informações do texto de Josué Subrinho encaminham para o cotidiano escravo em Sergipe, na segunda metade do século XIX, eminentemente rural, ao contrário de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, por exemplo, onde havia grande massa de cativos e libertos nas zonas urbanas.

Família e parentesco escravo também apareceram como tema na Revista do IHGSE relacionado à escravidão. Sheila Silva assinala que o casamento misto, entre escravos e livres, não era impedido pelos senhores, comprovando, assim, que os senhores de engenho não controlavam, ou preferiam não controlar a vida sexual de seus cativos. É possível perceber que alguns negros libertos poderiam estar junto com a escravaria dos engenhos ou poderia haver casamentos com escravos em engenhos distintos. A autora também evidenciou a sociabilização através do “tomar padrinho” para batismo e para casamentos entre escravos e libertos³⁰, conforme a necessidade para conseguir driblar ou atenuar as amarras do cativo.

Dentre os autores que publicaram na última fase da Revista do IHGSE sobre assuntos referentes à escravidão em Sergipe, Joceneide Cunha dos Santos foi a que contabilizou o maior número de artigos, abordando temáticas diferentes: liberdade, vivência africana em Sergipe, laços de solidariedade e compadrio, morte e rituais fúnebres dos escravos, moradia escrava e atividades econômicas dos escravos no século XVIII – este ficando excluído da análise por se tratar do período setecentista. A autora, a partir da sua produção diversificada, evidencia que, em Sergipe, nos séculos XVIII e XIX, no que diz respeito aos escravizados, havia uma grande quantidade de escravos realizando suas práticas culturais em uma adaptação às situações do cativo, elucidando muitas questões pouco ou não trabalhadas na historiografia sergipana.

O primeiro artigo analisado de Joceneide dos Santos na Revista do IHGSE trata da busca dos cativos pela alforria na justiça, na cidade de Lagarto, a partir da Lei de 1871. Santos observa indícios, à luz de Ginzburg, cruzando fontes, para evidenciar as estratégias dos cativos para se libertarem e dos senhores para continuarem com suas posses, apresen-

29 PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Comércio de escravos na província de Sergipe (1850-1888). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 39, 2009, p.42.

30 SILVA, Sheila Farias. Histórias de famílias na Estância/SE oitocentista (1840-1890). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 40, 2010, p. 84-85.



tando alguns personagens para clarificar como era a busca da alforria pelos cativos, possibilitando, assim, visualizar indícios de cotidiano escravo. Como exemplo, a autora citou a escrava Maria Mercês, que o senhor não queria perdê-la por ser “moça, bonita, sadia, boa costureira, bordadeira, rendeira, engomadeira e cozinheira, confidente dos seus senhores em uma fazenda de mais de quarenta escravos”³¹. O ser confidente, em especial, revela proximidade e intimidade com a vida dos senhores – perdê-la seria não ter a empregada e a confidente, porém, maior perigo seria de que os segredos já confidenciados caíssem em ouvidos inimigos.

O segundo artigo de Joceneide dos Santos trata das vivências de africanos em terras sergipanas, afirmando que eles reconstruíam “suas identidades dentro dos limites de uma sociedade escravista”, ou seja, mesmo no cativeiro conseguiram criar laços familiares e de amizade, além de conseguir manter alguns aspectos culturais de além-mar, como na religiosidade e na culinária. Contudo, para a autora, é perceptível que havia mais facilidade na reconstrução de identidades no mundo urbano, embora também pudessem ocorrer no mundo rural³². A autora ainda aponta para um número significativo de africanos em Sergipe, ao informar a existência de revoltas de africanos e suas participações em diversas irmandades, contudo, observa também outras práticas como importantes para manter a identidade desse grupo.

O terceiro artigo publicado por Joceneide dos Santos trata dos laços entre homens e mulheres escravos em Lagarto a partir do batismo de cativos, debruçando-se sobre documentos eclesiásticos, pois poderiam originar diversas “informações sobre o indivíduo, a sua família e os padrinhos”³³. Ainda para a autora “as escolhas dos padrinhos em alguns momentos foi mais um ato da política paternalista” que consistia num paternalismo “indireto, porque seriam pessoas próximas ao proprietário e não o próprio senhor”³⁴, direcionando o olhar não apenas para a relação senhor e escravo, mas, para além da casa-grande e da senzala do seu senhor, alcançando a vizinhança, com o cativo buscando construir sua teia de relações com outros senhores e libertos. Dessa maneira, o momento do batismo não era apenas para o recebimento de um sacramento cristão, mas como oportunidade de inserir o indivíduo batizado em uma determinada rede.

31 SANTOS, Joceneide Cunha dos. Uma disputa à burguesa: homens e mulheres escravos lutam por sua liberdade na justiça, Lagarto – Província de Sergipe, 1850-1888. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 39, 2009, p.67-73.

32 SANTOS, Joceneide Cunha. Um olhar sobre homens e mulheres africanos: indícios da vivência africana nas terras sergipanas (1790-1850). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº 40, 2010, p. 45-47.

33 SANTOS, Joceneide Cunha dos. Construindo laços de solidariedade: o compadrio de homens e mulheres escravos na Vila de Lagarto de 1850-1888. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, nº43, 2013, p. 263.

34 *Ibid.*, p.266.

O quarto artigo de Joceneide dos Santos aborda a morte e os ritos fúnebres de homens e mulheres africanos em Santo Amaro das Brotas, tema ainda pouco discutido na historiografia sergipana. Santos pesquisa, em diversos documentos, como ocorreu a hora derradeira dos cativos, o que planejaram para o referido momento, como vestuário, missas, cortejo fúnebre e local do sepultamento. A autora observa que essas questões, também marcavam o cotidiano dos negros no século XIX:

Esses [cortejos fúnebres] e os sepultamentos marcavam o cotidiano Oitocentista e alguns deles possuíam bastante pompa, incluindo os de africanos e seus descendentes. Principalmente para os africanos que faziam parte das irmandades. Os irmãos eram convocados, saíam acompanhando o corpo até o lugar do sepultamento³⁵.

156



Contudo, conforme Joceneide dos Santos, nem todos os escravos tiveram sepultamento registrado pois “foram enterrados em fazendas, largados em matos ou deixados nas estradas”, sendo que os escravos sepultados nas igrejas tiveram enterros mais simples “pois os custos dos sepultamentos dos forros eram muito mais altos”³⁶. Dessa maneira, assim como era obrigatório o cativo ser batizado na Igreja, era necessário também ser sepultado, cabendo ao senhor resolver a questão. Santos assinala que os escravos eram enterrados em locais distintos, indicando “que esses escravizados e/ou sua família escolhiam o local do sepultamento, e indica também a existência de comunidades”³⁷. Portanto, é necessário pensar a morte no cotidiano de escravos e libertos em Sergipe oitocentista.

O quinto e último artigo de Joceneide dos Santos sobre Sergipe no século XIX trata das moradias escravas, as chamadas senzalas, seus materiais construtivos e finalidades. A autora descreve que algumas eram construídas de palha e cipós, havendo ainda aquelas construídas de telhas, contudo alguns engenhos menores não possuíam senzalas, morando os escravos em algum espaço da casa dos senhores. As senzalas seriam, além de espaço de descanso do trabalho diário, também espaço de lazer e sociabilidades³⁸.

35 SANTOS, Joceneide Cunha dos. A hora derradeira de homens e mulheres africanos e seus descendentes: alguns apontamentos sobre os óbitos, Santo Amaro, Sergipe, 1802-1835. In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 44, 2014, p.340.

36 *Ibid.*, p.344-345.

37 *Ibid.*, p.357.

38 SANTOS, Joceneide Cunha dos. Senzalas de palha, choças e choupanas: fragmentos da história da moradia escrava nas terras sergipanas (1801-1888). In: *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 46, 2016.

Considerações finais

A análise dos artigos publicados na Revista do IHGSE propicia uma visão privilegiada do fazer historiográfico sergipano. A confraria se configura no lócus dos debates dos intelectuais sergipanos, referentes principalmente a estudos históricos, geográficos e antropológicos sobre Sergipe. A criação da Universidade Federal de Sergipe não realizou a migração de todos os intelectuais para ao âmbito acadêmico, contudo, propicia uma parceria com o IHGSE, com alguns intelectuais realizando pesquisas em ambas instituições. Nesse contexto, a historiografia sergipana realizada no IHGSE confunde-se, nas últimas fases, com a historiografia produzida na UFS, isso, porém, não configura um defeito, mas uma peculiaridade regional e uma similaridade nos discursos.

Sobre o quantitativo e o qualitativo dos artigos a respeito da escravidão muito se avançou sobre o assunto. Nos primeiros cinquenta anos da Revista, quase não há publicações sobre escravidão. Julgar o qualitativo é algo complicado, uma vez que requer colocar juízo de valor ao pensamento de uma determinada época. À medida que despontaram no país os estudos diversos sobre os escravos, na História, nas Ciências Sociais e na Antropologia de autores, como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Arthur Ramos, os intelectuais sergipanos, paulatinamente, passaram a pesquisar sobre a temática e a publicar no periódico.

O avanço sergipano, com relação à pesquisa historiográfica sobre o cativo e cativos, ocorreu à medida que tais ideias inovadoras chegavam às periferias acadêmicas. É possível notar o crescimento de pesquisas referentes à escravidão em Sergipe a partir da década de 1970, apesar de a revista ter tido dificuldades na manutenção de sua periodicidade, concretizando-se, nas últimas décadas, com pesquisas relacionadas a discussões diversas sobre o cativo e reinvenção da liberdade, afinadas com as últimas teorias e metodologias aplicadas ao estudo da escravidão no Brasil.

Referentes aos indícios de cotidiano escravo no discurso historiográfico da Revista do IHGSE foram, encontradas pistas relevantes para construção de hipóteses a respeito de religiosidade, festas, redes de sociabilidades e mortes.

Resumindo, é necessário pensar os periódicos estaduais como importantes espaços da escrita da história, quando se realizar um levantamento bibliográfico sobre qualquer temática, em especial dos institutos históricos e nas revistas publicadas por tais órgãos, pois podem revelar importantes vestígios e interpretações de fatos do passado. A Revista do IHGSE configura-se em um espaço privilegiado do fazer historiográfico sergipano enquanto principal periódico do Estado sobre a história de Sergipe desde o início do século XX.



A Grande festa do centenário da independência de Sergipe

Renaldo Ribeiro Rocha*

The great centennial celebration of independence of Sergipe

Resumo

Este artigo apresenta uma análise dos festejos do Centenário da Independência de Sergipe em 1920, destacando a inauguração da estátua em homenagem a Tobias Barreto, jurista, poeta e escritor. Filho ilustre desta terra, Tobias Barreto foi uma personalidade reverenciada pelos intelectuais que formavam o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe daquele período e responsáveis em grande medida pela construção do monumento. A partir do noticiário de jornais, é reconstituída a história da construção da estátua em bronze. Além disso, é contextualizada a relevância de um monumento enquanto elemento simbólico que traz à tona um conjunto de valores contidos na escolha do lugar onde a estátua foi erguida, a sua própria materialização enquanto fruto da estética de uma época, como também, a trajetória do escultor que a realizou.

Palavras-chave: Monumento; Representações; Memória.

Abstract

This article presents an analysis of the Centenary Celebrations of the Independence of Sergipe held in 1920, highlighting the unveiling of the statue in honor of Tobias Barreto who was a jurist, poet, writer and illustrious of this land, whose memory was revered by intellectuals who formed the Historical and Geographical Institute of Sergipe, largely responsible for its execution. Through the news and the reports published in that period, it was possible to reconstruct the history of the monument in bronze. Moreover, it is contextualized not only the relevance of a monument as a symbolic element which brings out a set of values while choosing the place where the statue would stay, but also its own materialization as a result of the aesthetics of an era and the trajectory of the sculptor who made it.

Keywords: Monument; Representations. Memory.



* Mestre em Geografia pela UFS.
Email: renorocho.rr@gmail.com

Os eventos planejados para a maior comemoração que Sergipe já tinha experimentado andavam de vento em popa. Os festejos relativos aos cem anos de emancipação política de Sergipe da Bahia, em 1920, trouxeram à tona um misto de empolgação, orgulho cívico e esperança, em dias melhores, em consonância com as ações e os discursos que os governantes da época enfatizavam, objetivando o ingresso definitivo desse território em um tempo de modernidade. As notícias relativas aos festejos abundavam nos jornais aracajuanos¹ que davam conta da programação e convidavam a população para o maior brilhantismo dos eventos.

Realizar uma festa de proporção expressiva exigiu das autoridades e da intelectualidade sergipana um esforço de mobilização, tendo em vista o alcance desse projeto. Desde fevereiro de 1919, as reuniões no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe objetivavam a formação de uma comissão com a finalidade de executar as propostas dos eminentes membros dessa instituição, como também, daqueles que se somaram com o propósito de colaborar para o êxito daquelas ideias. A referida comissão executiva era formada por membros de destaque da sociedade aracajuana: intelectuais participantes do IHGSE, membros da igreja católica, comerciantes, professores, advogados, desembargadores, militares e voluntários. Por ordem, na ocupação dos cargos, encontravam-se:

- Presidente; Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo;
- Vice-Presidente; Desembargador Caldas Barreto;
- Secretário-Geral; Coronel José da Silva Ribeiro;
- Tesoureiros; D. José Thomaz Gomes da Silva, Dr. Deodato da Silva Maia, Desembargadores Evangelino de Faro e Antônio Teixeira Fontes, Major Manoel Joaquim Pereira Lobo, Dr. Antônio Baptista Bittencourt, Dr. Gentil Tavares da Motta e o Dr. Luiz José da Costa Filho².

Na reunião do dia 16 de abril de 1919 no IHGSE, ficaram acordadas as propostas para os festejos. Na ocasião, as mais variadas ideias foram levantadas, como, por exemplo, a distribuição de medalhas de bronze como lembrança, o levantamento de uma estátua de bronze, para homenagear o mais ilustre dos sergipanos, Tobias Barreto. Houve também a “solicitação da colaboração de todos os intelectuais sergipanos, residentes no Estado e fora dele, para escreverem memórias sobre o magno assunto, as quais serão publicadas em número especial da Revista do IHGSE”. Além da con-

1 Para verificar as notícias relativas às comemorações do Centenário de Independência de Sergipe consultar os seguintes jornais: *A Cruzada* (31 de outubro de 1920, p. 2-3), *Correio de Aracaju* (29 de agosto de 1920, p. 2), *Diário Oficial do Estado de Sergipe* (29 de outubro de 1920, p. 1-5).

2 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Tipografia Comercial, Aracaju, 1920. Ano V, n. 9, vol. V. p. 19-20.



fecção da nossa carta geográfica, o álbum agrícola, industrial, político, literário e econômico de Sergipe também seria publicado. O Coronel Sabino Ribeiro propôs uma exposição dos produtos industriais e agrícolas, e o Dr. Álvaro Silva sugeriu a confecção da bandeira oficial de Sergipe.³ Nos dias das comemorações, outras atividades foram realizadas com o objetivo de levar a população a participar efetivamente dos festejos. Assim, o baile popular, no cinema Rio Branco, a parada militar, a batalha de confetes na Praça Fausto Cardoso, as missas, além da regata no Rio Sergipe e a exposição-feira, compuseram os eventos em que o povo interagiu, de forma mais direta, naqueles cinco dias que marcaram o cotidiano da capital.

Dos acontecimentos desse período, merece destaque o que sacramentou, na memória dos sergipanos, a homenagem ao seu filho mais ilustre, qual seja, a inauguração de um monumento de bronze, na Praça Pinheiro Machado, do grande símbolo da intelectualidade local e de projeção nacional: Tobias Barreto.

Erguer monumentos é algo que tem sido historicamente comum a todas as sociedades. Erguem-se altares de celebração, seus lugares de memória e celebram-se seus ídolos e seus feitos, glamorizando o passado, em maior ou menor grau, visando atender suas necessidades do presente⁴. Tomando por pressuposto essa ideia, além do conceito de representação de Roger Chartier⁵, onde os atores sociais descrevem a realidade tal como pensam que ela é ou como gostariam que fosse, deixando, assim, entrever interesses pessoais e de grupo. A análise das fontes tomará esse conceito como um dos elementos norteadores na elaboração do presente artigo, pois consideramos que é essencial a identificação do modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e interpretada a partir da sua materialidade.

Nas sociedades estratificadas, há uma tendência de afirmação de uma memória que atenda aos interesses das elites ou de grupos dominantes que trazem a público os seus ideais de estética e representação daquilo que é visto como importante. É significativo lembrar que desde o final do século XIX até o início do XX, a escultura pública constituiu o recurso central de expressão dos monumentos. Aracaju, nas duas primeiras décadas do século passado, não era uma capital dotada de muitos monumentos públicos. Podemos elencar, seguramente, como os mais expressivos, aqueles construídos em homenagem a Inácio Joaquim Barbosa (um obelisco de granito, feito pelo escultor Lorenzo Petrucci), a estátua de Faus-

3 Idem. p. 20-5.

4 LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

5 CHARTIER, Roger. *A história cultural entre prática e representação*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 1990.



to Cardoso (por Lorenzo Petrucci), e a escultura do Monsenhor Olímpio Campos (por Rodolfo Bernardelli). Diante da escassez de símbolos públicos nas praças de Aracaju, tornou-se oportuno, no bojo das comemorações do centenário, exaltar a figura de Tobias Barreto, que elevou a ideia da sergipanidade graças aos seus talentos intelectuais e trajetória de vida como professor da Faculdade de Direito em Recife.

No jogo simbólico que as esculturas apresentam, verificamos que o espaço onde elas são colocadas fala-nos da sua importância. Segundo Salgueiro,

Ao ocupar os espaços abertos das cidades, a escultura pública, além de tornar-se automaticamente portadora de um caráter político, converte-se em referência de local de encontro ou de reunião aberta, ou mesmo na meta de um simples passeio à tarde ou de fim de semana. Órgãos públicos ou grupos da sociedade que no passado tomavam a iniciativa de erguer uma escultura pública sabiam muito bem o senso de orgulho cívico e de patriotismo que ela poderia despertar na comunidade que circulava à sua volta e via o monumento de perto, com o olhar do pedestre. Não devemos descartar, contudo, o potencial que a escultura pública possui de ser reinterpretada e gerar nova significação com o decorrer do tempo, graças ao fato de que ela apenas “representa” algo fora de si mesma, como também se “apresenta” como um objeto em si, de pedra e bronze, em meio a um imenso universo de tantas outras coisas existentes na cidade⁶.

A praça escolhida como local de homenagem ao dileto filho sergipano foi a Pinheiro Machado⁷, atual Tobias Barreto, que, nos anos vinte, era uma região em pleno processo de expansão, mas que não contava ainda com uma infraestrutura urbana apropriada para receber a escultura do ilustre sergipano, tendo em vista que a praça em questão era usada com maior regularidade pelos jovens da época para a prática do futebol, pelo menos até a inauguração da estátua, em 24 de outubro de 1920, e contava com um número pequeno de casas em seu redor, mesmo com a chegada do bonde a tração animal, em 1915.

6 SALGUEIRO, Valéria. *De pedra e bronze: um estudo sobre monumentos. O monumento a Benjamin Constant*. Niterói: EdUFF, 2008, p. 23-24.

7 Em 8 de Setembro de 1915, foi assassinado no Rio de Janeiro o senador Pinheiro Machado, o político de maior e mais duradouro poder que tivemos. Oliveira Valadão, então presidente do Estado, amigo e correligionário do senador Pinheiro Machado, integrava o esquema por ele montado, reunindo governadores do Norte e Nordeste e políticos do Rio Grande do Sul, para conquistar, em 1918, a presidência da República, que lhe escapara em 1914. Muitas manifestações reverenciaram, em Sergipe a memória de Pinheiro Machado, entre elas a cerimônia de 4 de julho de 1916 em que, junto com a primeira pedra do Grupo Escolar General Valadão, foi enterrado o antigo nome da praça (Praça da Conceição), que passou a ser Pinheiro Machado, cumprindo-se a Lei nº 181, de 22 de novembro de 1915, do poder municipal. PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns nomes antigos de Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2003. p. 182.



De fato, o erguimento de um monumento sempre foi acompanhado pela percepção social de que o mesmo possuía a capacidade de imprimir dignidade e solenidade à área de sua localização, o que implicava a valorização relativa de alguns lotes urbanos em detrimento de outras áreas da cidade. As praças públicas sempre apresentaram uma vocação para abrigar em seu centro um monumento a que todo o entorno se submete. O erguimento de monumentos públicos motivou o traçado de praças ajardinadas, a criação de canteiros, bem como a organização de espaços com potencial cênico, para especialmente recebê-los.

No Brasil, monumentos erguidos em praças públicas e a decoração na arquitetura de prédios públicos sofreram uma forte influência dos estilos importados da Europa, de modo particular no final dos anos de mil e oitocentos e início do século XX. Na verdade, a maior parte dos projetos importantes e esculturas públicas na Primeira República foi realizada por especialistas europeus que residiam no Brasil ou estavam aqui por uma temporada, de modo particular, os artistas italianos que migraram para São Paulo de forma expressiva nesse período, como Lorenzo Petrucci, autor da escultura de Tobias Barreto, do qual trataremos posteriormente.

Podemos elencar alguns estilos artísticos que influenciaram decisivamente pintores, escultores e arquitetos na elaboração de suas obras. De modo particular, temos:

O Neoclássico: Movimento predominante na arte e na arquitetura europeia do final do século XVIII e início do XIX, caracterizado pelo desejo de recriar o espírito heroico, bem como os padrões decorativos, da arte da Grécia e de Roma. Onde a ordem, a clareza e a racionalidade exerceram um forte apelo na era do Iluminismo, e na França o estilo neoclássico acarretou fortes implicações morais, estando associado a uma mudança na visão da sociedade e a um desejo de reverter a vida cívica de antigos valores romanos.⁸

A Belle Époque: Movimento ocorrido na Europa entre 1871 a 1914. Trata-se de um período em que os conflitos armados, externos ou internos, não perturbaram em profundidade os países da Europa Ocidental que experimentam uma fase de apogeu graças ao progresso econômico e tecnológico advindo da Segunda Revolução Industrial, a prosperidade alcançada pelas metrópoles através da dominação imperialista e a estabilidade interna, decorrente da ascensão da burguesia ao poder político e do jugo férreo imposto ao operariado pelos Estados capitalistas, oportunizou no campo artístico a valorização de um pseudo-refinamento cultural, manifestado através da imitação de padrões já consagrados, mas ameni-

8 *Dicionário Oxford de Arte*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 374.

zado por uma visão mais humanizada de emoções como dor, desolação, desespero dentre outras.⁹

No que diz respeito à fórmula de composição do monumento comemorativo do século XIX e, no caso do Brasil, até os anos trinta do século XX, pode-se dizer que essencialmente o que ocorre é mais uma diversidade de combinações de elementos tradicionais (estátua, pedestal, figuras de canto e figuras de ornamento), em que predomina o tratamento realista da estátua. Os heróis civis reconhecidos publicamente por suas obras e suas ideias foram mais celebrados em posição ereta (numa estátua pedestre, o formato mais popular, ou sentada numa estátua sedestre), ora localizada no alto do pedestal, ora posicionada diante do plinto.¹⁰ Toda a composição cênica tinha por objetivo principal exaltar as ideias, obras e ações do homenageado, visando educar o público e, acima de tudo, oferecer exemplos.

Com a popularização do monumento público em honra a cidadãos civis, a subscrição pública passou a ser um procedimento usual de financiamento para a realização de uma escultura. Em Aracaju, duas experiências foram exitosas nessa questão. A primeira, uma subscrição pública realizada para homenagear o seu herói morto em plena praça que receberia a sua estátua de bronze, foi verdadeiramente um sucesso, considerando a rapidez na arrecadação do valor de 25.500\$000 (vinte e cinco contos e quinhentos mil réis), com a contribuição dos admiradores de Fausto Cardoso em todo Sergipe e além-fronteiras. Segundo Prado,

A análise dessas listas permite apreender o perfil do grupo de pessoas que, com suas doações, contribuíram para a construção do monumento. Essencialmente heterogêneo em sua composição, esse grupo era integrado por comerciantes, operários, padres, dentistas, advogados, farmacêuticos, professores, políticos, etc. Além disso, um dado que impressiona é o grande número de mulheres entre os contribuintes, visto que num universo de um pouco mais de 3.000 assinaturas quase 10% partiam de mãos femininas.¹¹

Outro caso de ação popular bem-sucedida, porém, com uma margem de tempo bem maior na sua execução, foi a subscrição pública da estátua do Monsenhor Olímpio Campos, colocada em marcha a partir de 1907 e só concluída em 1916. Essa empreitada dá-nos uma dimensão das dificulda-

9 RIBEIRO, Josefina Eloina. *Escultores italianos e sua contribuição à arte tumular paulistana*. Tese. Universidade de São Paulo, 1999. p. 513-4.

10 Peça quadrangular lisa, que serve de base a um pedestal ou a uma coluna; base sob a qual se assenta.

11 PRADO, Giliard da Silva. Desenvolvendo um monumento: representações e lutas políticas na construção da memória de Fausto Cardoso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2006. p. 53.



des encontradas em algumas ocasiões, no momento de uma arrecadação que envolvia valores expressivos, como foi o caso em questão. A escultura ficou orçada em 27.000\$000 (vinte e sete contos de réis), estabelecidos pelo contrato entre a “Fundição Indígena e o ateliê de Rodolfo Bernardelli, responsável por vazar no bronze a estátua, comprometendo-se, porém, a fornecer desenhos e plantas para a construção do pedestal”.¹² A lentidão pode ser entendida em função dos problemas regionais como secas e um certo grau de rejeição à imagem que o homenageado representava, como líder oligárquico que foi, gerando nas Intendências Municipais uma morosidade na arrecadação e posterior envio das listas para a comissão executiva, responsável pela homenagem.

A materialização de um desejo antigo em homenagear o grande filósofo, jurista e poeta já rondava as mentes dos intelectuais sergipanos desde muito, sendo a ocasião mais oportuna, o período das comemorações do centenário, em função do engajamento das autoridades estaduais e municipais, além, dos participantes do IHGSE empenhados em ver no alto de um pedestal aquele que era o motivo de orgulho de todos os sergipanos. Tobias Barreto, no começo dos anos vinte do século XX, era uma espécie de unanimidade regional e nacional, daí a mais justa honraria; forjar no bronze a dignidade austera do intelectual, respeitado pelos seus pares e reverenciado na sua terra natal. Essa empreitada tornou-se de algum modo uma ação reparatória, em função de não haver, na capital, sequer um busto em sua memória. Aquela pareceu ser a melhor ocasião, pois os festejos anunciavam a autonomia do pequeno território, cujos filhos ousavam agigantar-se por conta de suas contribuições em outras paragens.

O processo de construção do monumento dedicado a Tobias Barreto seguiu os trâmites de praxe, porém, com uma abrangência maior, em função da admiração pelo homenageado, que transitava por áreas distintas. A distribuição das listas para as intendências municipais, para os departamentos das Faculdades de Direito, para a Sociedade de Escritores Brasileiros, para os órgãos de repartições públicas, além das contribuições dos sergipanos residentes em outros estados, da classe empresarial sergipana, dos comerciantes e do povo que participava dos eventos promocionais dão-nos uma dimensão desse apelo cívico, que se tornou essa subscrição pública no melhor sentido do termo. A participação do Governo Estadual foi oficializada com a Lei n.º 792, de 4 de outubro de 1920, que estabelecia:

12 Idem. Política e religião amalgamados no bronze: o monumento a Olímpio Campos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, 2010. p. 136.

Autoriza o governo a despende até a quantia de 150:000\$000 com as festas comemorativas do Primeiro Centenário da Emancipação Administrativa do Estado. O desembargador Simeão Telles de Menezes Sobral, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe: Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1. Fica o Presidente do Estado autorizado a despende, dentro dos limites de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), a quantia que se fizer precisa para ocorrer as despesas com as festas de comemoração do Primeiro Centenário da Emancipação Administrativa do Estado.

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Aracaju 4 de outubro de 1920, 32º da República.

Simeão Telles de Menezes Sobral.¹³

Iniciado o processo de distribuição das listas de arrecadação, já em 1919, uma questão precisava ser definida, quem seria o responsável pela confecção da escultura em bronze. O nome trazido à baila já era conhecido dos membros do IHGSE, em função dos seus trabalhos executados em Sergipe. O nome de Lorenzo Petrucci foi uma escolha que se ajustava ao gosto dos organizadores dessa homenagem. Um contrato no valor de 35:000\$000 (trinta e cinco contos de réis), divididos em três parcelas, foi celebrado, no dia 12 de fevereiro de 1920, entre o escultor, representado por Bellando Bellandi, e a Comissão Executiva para os festejos, sendo a primeira parcela no valor de 10 contos no ato do contrato, 10 contos quando a estátua chegasse a Aracaju e 15 contos quando os trabalhos de colocação da estátua no pedestal estivessem concluídos.



Foto 1: Lista de arrecadação para a escultura de Tobias Barreto.

LISTA N. 1

	NOMES	Quantia
1	Palmeira de Ubu Vera	5000
2	1º José de Almeida Chaves	5000
3	Lucas José de Souza	5000
4	Plácido Santiago Sobrinho P.	5000
5	João Alves da Rocha	5000
6	Luiz Joaquim Alves P.J.	5000
7	1º José Mendonça P.	5000
8	Marcelo Leite da Silva	5000
9	Alfredo José de Santiago	5000
10	1º José Ferreira de Souza P.J.	5000
11	Pêlo Figueira P.J.	5000
12	Nicolau Bispo de Santa Rosa	5000
13	Abílio Almeida	5000
14	Antonio Costa	5000
15	1º Antonio José de Santa	5000
16	1º Alcebades da Rocha	5000
17	Joaquim Almeida Souza P.J.	5000
18	1º Pedro Ramos P.J.	5000
19	Felipe Jaime Santiago P.J.	10000
20	Total	100000

N. B.—O producto desta lista deve ser remetido ao Sr. Coronel José da Silva Ribeiro, Thesoureiro da Comissão do 1º Centenario da Independencia de Sergipe.

Aracaju, 16 de Abril de 1914.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, cx. 32.

Foto 2: Lista de despesas com a exibição de filme para a escultura de Tobias Barreto.

CINEMA RIO BRANCO
EMPRESA J. BARRETO
ARACAJU - SERGIPE - BRASIL

CINEMA RIO BRANCO
Empresa J. Barreto

Despesas de Contrato de "FILM"	100\$000
Aluguel de CASA (DIARIO)	16\$500
Despesas de Empregados (DIARIO)	14\$500
Despesa de LUZ (DIARIA)	5\$000
	RS. 136\$000

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, cx. 32.

Fotos 3, 4 e 5: Contrato celebrado entre Lorenzo Petrucci e a Comissão Executiva do Monumento a Tobias Barreto.

Primeiro traslado de escriptura
 ra de empreitada que faz Louren-
 zo Petrucci com o Vice-presidente
 da Commissão Executiva do Monu-
 mento ao Dr. Tobias Barreto de Me-
 nezes, commemorativo do Centenario
 da Independencia Política de Ser-
 gipe, o Desembargador Dr. Manoel Cal-
 das Barretto Netto, pelo preço de 35:000\$,
 tudo como abaixo se declara:

Sabam quantos esta publica escriptura de em-
 preitada acima, que sendo no anno do Nascimento
 de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e vinte,
 aos doze dias do mes de Fevereiro do dito anno, nesta Ci-
 dade de Aracaju, Capital do Estado Federado de Sergipe,
 em casa de Presidencia do Desembargador Dr. Manoel
 Caldas Barretto Netto, Vice-presidente da Commissão
 Executiva do Monumento ao Dr. Tobias Barreto de Me-
 nezes, commemorativo do Centenario da Independen-
 cia Política de Sergipe, pita a rua de Tabellinas, sob
 n.º 16, desta Cidade, ahí, perante mim Tabelião, com
 parecerem partes entre si justas e contratadas, a saber:
 como outorgante o escultor Lourenço Petrucci, de mi-
 sidade no Rio de Janeiro, representado por D. Elam do Pel-
 landi, como se vê da procuração lavrada nas mãos
 do Tabelião do decote officio no Rio de Janeiro, a rua
 do Rosario, Alvaro Rodrigues Teixeira, a qual fica
 registrada e transcripta no Livro de registros de pro-
 curações sob numero dois (2) a fl.º , e como
 outorgada a Commissão Executiva do Monumento ao
 Dr. Tobias Barreto de Menezes, commemorativo do
 Centenario da Independencia Política de Sergi-
 pe, representado neste acto pelo Vice-presidente da dita



dita Commissão e o senhor Desembargador Dr. Manoel
 Carlos Parreira Netto, magistrado, domiciliado nesta
 cidade, conforme documento também neste acto en-
 tregado ao outorgante, que accetou como habilitado para
 este contracto; por presentes meus conhecimentos e das,
 logo os presentes meus conhecidos e das testemunhas
 abaixo mencionadas e mo fim assignadas do que dou
 fe, perante as quaes pelo outorgante e pelo outor-
 gado me foi dito de commun accordo que tem
 convenienciado, e pelo presente e melhores termos
 de direito tornam effectivo o seguinte contracto:
 1.º O escultor Laurengo Petrucci obriga-se a entre-
 gar prompto e excto, no ponto que lhe for indica-
 do nesta Capital o Monumento ao Dr. Tobias
 Parreira de Meneses, seguindo fielmente o pro-
 jecto que emou a Commissão Executiva, por
 photographia, a qual fica uma archivaada, am-
 plificada, ao bilhete de distribuição, observando as
 propostas feitas, cujos termos se compromette a
 respeitar; 2.º O escultor Laurengo Petrucci obri-
 ga-se a entregar o Monumento nas condições
 fixadas na clausula primeira, no dia vinte
 do Outubro de mil novecentos e vinte, mediante
 o pagamento da importância de trinta e cinco
 contos de reis (35.000,00) feitos do modo seguinte: (A)
 o pagamento de uma prestação de dez contos de reis
 (10.000,00) de facto recebida neste acto e da qual da qui-
 tação; (B) o pagamento de outra prestação de igual
 quantia de dez contos de reis (10.000,00) depois de
 achar-se nesta Capital, a obra contractada; (C)
 o pagamento da prestação final de quinze con-
 tos de reis (15.000,00) no acto da entrega do ser-
 viço contractado dentro do prazo e condições fixadas

110

Feitas na placula segunda. Esta escriptura pagou de sellos da União petenta mil reis (de sellos) que ficaram inutilizados na forma da lei. O pedido das partes lidas esta escriptura a mim não distribuida a qual feita depois de lida perante todos e achada conforme, aceitaram, outorgaram, do que eu Tabelião sou, fl e assignaõ com as testemunhas Cyro Silveira e Ludgero Santos, domiciliados nesta Cidade e meus officios. Em José Euclides de Souza, segundo Tabelião, a escrevi e assigno. Aracaju, 12 de Fevereiro de 1920. O 2º Tabelião, José Euclides de Souza. Aracaju, 12 de Fevereiro de 1920. Bellando Bellandi. Abamel Caldas Barretto Netto. Cyro Silveira. Ludgero Santos. (Sob a data e assignatura do outorgante tem petenta mil reis de sellos da União, inutilizados na forma da lei. Era o que se continha em dita escriptura que foi fielmente trasladada do original em o livro proprio, ao qual me reporto em poder e cartorio, idigo, livro proprio de notas sob n: 100, a fl: 56v, 57a e 58a, ao qual me reporto em poder e cartorio. Em José Euclides de Souza, 2º Tabelião a outorgou e assigno em publico e nome de quem se trata.)

Em test. de sua fidelidade,
 O Tabelião


 José Euclides de Souza
 Tabelião
 Aracaju, 12 de Fevereiro de 1920



O ilustre sergipano Tobias Barreto de Menezes (7-6-1839/26-06-1889) era natural da Vila de Campos, mulato, filho de Pedro Barreto de Menezes e Emerenciana Maria de Jesus¹⁴. Segundo Barreto,

[...] estudou inicialmente na própria vila seguindo depois para a cidade de Estância onde cursou Latim. Era um jovem com 15 anos, quando conclui em Lagarto, com o Padre José Alves Pitangueira, o curso de Latim. Permanece entre Campos e Lagarto, até ser aprovado em fins de 1856, para a nova vaga de Gramática Latina na vila de Itabaiana, onde permanece até 1859, sendo já portador de uma licença de seis anos, concedida pela Assembleia Provincial para fazer o curso jurídico fora de Sergipe. Somente no final de 1862 empreende viagem para Pernambuco, para cursar Direito na Faculdade do Recife, Tobias Barreto afirma sua condição de poeta, dedicando à cidade, que ele chama de 'cabocla civilizada', o poema 'A Vista do Recife', entrada triunfal para o condoreirismo que iria marcar sua trajetória poética de romântico da quarta geração.

Em 1869 conclui o curso de Direito, casa-se e deixa Recife e vai para Escada, pequena cidade da zona da mata pernambucana. Advoga, por convite do Juiz dos Órfãos e assume o lugar do Curador Geral dos Órfãos, sendo mais tarde Juiz Municipal substituto. Em 1874 cria seu primeiro jornal, *Um Signal dos Tempos*, que lhe traria dificuldades em função de suas idéias avançadas em matéria de religião, de filosofia e de direito. Em 1878 é eleito deputado à Assembleia Provincial, representando Escada e o Partido Liberal.

Em 1882 realiza o concurso para a cadeira de Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife, onde se torna mentor intelectual da mocidade acadêmica, renovando conceitos filosóficos e jurídicos, a partir da cultura e da ciência alemã, coroando o seu persistente e consciente germanismo, como ferramenta revolucionária. No ano de 1889 edita a segunda edição, ampliada, dos *Ensaio e Estudos de Filosofia e Crítica*. Morreu no dia 26-06-1889, deixando um grande legado e um exemplo de homem público.¹⁵

14 Sobre Tobias Barreto, ver também: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, *Edição especial consagrada ao centenário de Tobias Barreto (1839-1939)*, Aracaju: Imprensa Oficial, 1939. v. 15; GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti & C., 1925; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, *Número especial comemorativo do sesquicentenário de nascimento e do centenário de morte de Tobias Barreto de Menezes (1839-1939)*, Aracaju: Fundação Augusto Franco, 1989. v. 26, n. 30.

15 BARRETO, Luiz Antônio. *Personalidades sergipanas*. Aracaju: Typografia Editorial, 2007, p 16-23.



Foto 6: Cartão de visita de Tobias Barreto.



Fonte: <http://www.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fsergipeemfotos.blogspot.com.br>

A inauguração tão esperada

O dia reservado à inauguração do monumento a Tobias Barreto foi o mais solene: 24 de outubro, data oficial da emancipação política de Sergipe da Bahia. Alguns dias antes, em Aracaju, desembarcavam os restos mortais do homenageado, segundo relato no Diário Oficial:

Descansam, desde ontem, na terra sergipana, transladado do cemitério de Santo Amaro, no Recife os preciosos despojos do grande filósofo, jurista e poeta, Dr. Tobias Barreto de Menezes. O desembarque dos despojos do notável sergipano teve grande solenidade, sendo extraordinário o número de pessoas que acorreram à estação da Estrada de Ferro para recebê-lo. Retirada a urna do vagão, foi esta envolvida na bandeira nacional e coberta de flores. Fez-se majestoso cortejo, sendo a urna conduzida da estação ao Instituto Histórico, pelos exmo. Dr. Álvaro Silva, representante do exmo. Sr. coronel Presidente do Estado, e Dr. Antônio Baptista Bitencourt, intendente do município da capital.

Em frente ao edifício do Instituto Histórico, compacta multidão aguardava a chegada do cortejo estando ali formadas as alunas da Escola Normal que fizeram alas à passagem da

urna funerária. Colocada esta sobre a mesa de trabalhos da presidência do Instituto Histórico. O Sr. Dr. Costa Filho, secretário do mesmo Instituto, lavrou a ata de recebimento dos despojos do Dr. Tobias Barreto, a qual foi assinada por todos os presentes.¹⁶

Em um dia de domingo, finalmente seria inaugurada a estátua tão acalentada por nossos intelectuais. A primeira atividade realizada foi a tradicional alvorada com banda de música em frente à residência do Presidente do Estado, *Te Deum*, na Catedral, parada militar na Praça Fausto Cardoso, e às quinze horas, inauguração do monumento. Os festejos ainda se estenderiam com a realização de um banquete no Palácio do Governo às vinte horas, um baile de grande gala às vinte e duas horas e a continuação dos festejos populares.

Como mencionava os jornais da época, o programa organizado pela comissão central estava sendo cumprido a rigor e, à tarde, em cerimônia concorrida na Praça Pinheiro Machado, foram recebidas as autoridades que

Ocuparam a tribuna, produzindo entusiásticas e brilhantes orações, os seguintes cavalheiros: o Dr. Carvalho Neto, diretor da Instrução Pública, em nome do Instituto Histórico e Geográfico, de que é orador; Dr. Octavio Tavares, pelo município de Campos, berço do grande filósofo; Revmo. Padre João de Barros, Capelão do Hospital Santa Isabel da Bahia; Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Telles, juiz de direito da 1ª vara desta capital, e Dr. A. Bensabath, intelectual baiano.

Em homenagem à memória do grande poeta, as alunas dos Grupos Escolares desta capital, decentemente uniformizadas, desfilaram em torno da sua estátua, tendo sido esta por certo uma das notas mais dignas das festas de domingo.¹⁷

O bom andamento das inúmeras solenidades e, de modo particular, a inauguração do monumento foi em grande medida pelo trabalho primoroso do escultor contratado para a execução desse trabalho que se revestiu de tamanha importância para os sergipanos.

16 *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, 14 out. 1920, n. 3.370.

17 *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, 26 out. 1920, n. 3.492.



Foto 7: Praça Tobias Barreto, na década de 40.



Fonte: <http://www.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fsergipeemfotos.blogspot.com.br>



Um Exemplar da *Belle Époque*: Lorenzo Petrucci e seu Tempo

A cidade de São Paulo, no final do século XIX, estava experimentando uma grande transformação na economia através das conquistas industriais, da evolução dos meios de transportes e comunicação. O aumento populacional anunciava que novos tempos se delineavam. Foi nesse cenário que a burguesia paulistana da República Velha cresceu em número e importância, buscando formas de participação, e iniciando um processo de mudanças que se refletiriam nos hábitos e nos costumes dos paulistanos.

A presença dos imigrantes italianos, nessa cidade, que ansiavam pelo novo e que atuavam nos mais variados segmentos trabalhistas, foi uma das suas marcas mais contundentes. No campo artístico, destacaram-se pintores e escultores que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das artes plásticas. Nesse cenário urbano de composição étnica variada, nas duas primeiras décadas do século XX, um número significativo de exposições artísticas, coletivas e individuais, nacionais e/ou estrangeiras, começavam a pontuar o cotidiano de São Paulo, oportunizando aos seus cidadãos um contato com o que havia de tradicional e novo nas artes plásticas. Segundo Ribeiro,

A presença maciça de artistas italianos marcou a estatuária e arquitetura paulista, em especial nos edifícios públicos, até fins da década de 20. Assim, a construção civil ganhou grande impulso, mudando a fisionomia da velha cidade de casas de taipa para uma metrópole de tijolos. Um papel relevante nessa transformação coube ao Escritório Técnico Ramos de Azevedo, que buscava no Liceu de Artes e Ofícios a mão-de-obra especializada para executar seus projetos. Praticamente todos esses trabalhadores eram italianos ou italo-bra-

sileiros – pedreiros, pintores, estucadores e serralheiros ou qualquer tipo de artesão ligado ao acabamento e decoração de obras finas.¹⁸

Nesse contexto, insere-se o escultor Lorenzo Petrucci, que nasceu em 1868 na região de Molise, composta pelas Províncias de Campobasso e Isernia.¹⁹ Sua família se estabeleceu em São Paulo, como tantos outros italianos que migraram para o Brasil nos idos dos oitocentos. Não foi possível encontrar informações acerca da sua formação artística. Sabemos, contudo, que o escultor e pintor desembarcou em terras brasileiras adulto e começou a fazer parte do circuito das exposições paulistas desde a primeira exposição coletiva nacional realizada em

25 de julho de 1902, em um edifício localizado no Largo do Rosário, com a presença do presidente do Estado, Bernardino de Campos, a exposição exibiu 406 trabalhos de pintura, escultura, artes industriais, cerâmica, cutelaria, desenho, arquitetura e fotografia, de artistas nacionais e estrangeiros residentes no país.²⁰

Como a maioria dos artistas do seu tempo, Lorenzo Petrucci buscou diversificar a suas atividades artísticas, diante de um cenário, que ainda não oportunizava a todos uma sobrevivência tranquila vivendo apenas da produção artística. Em função disso, na década de 10, ele atuou como professor do Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo, com a disciplina de modelagem; ministrou aulas particulares; participou da primeira Exposição Brasileira de Belas Artes de 1911 e da segunda Exposição de Belas Artes de 1913; realizou trabalhos de expressiva importância regional, como o que foi empreendido em Aracaju em 1912 (Escultura de bronze de Fausto Cardoso); o busto de bronze de Anita Garibaldi, em 1913, na cidade de Belo Horizonte; a estátua equestre em bronze do Marechal Deodoro da Fonseca, na cidade de Maceió, em 1913; o obelisco de granito e bronze em homenagem a Inácio Joaquim Barbosa, em Aracaju, em 1917; a escultura em bronze do intelectual sergipano Tobias Barreto de Menezes, em Aracaju, em 1920; além das esculturas tumulares presentes nos cemitérios paulistanos.

Lorenzo Petrucci participou também de concursos para erguer alguns monumentos públicos em São Paulo, como aquele realizado em 1909, em honra à fundação da cidade, não sendo o seu projeto classificado. Já em

18 RIBEIRO, Josefina Eloina. *Escultores italianos e sua contribuição à arte tumular paulistana*. Tese. Universidade de São Paulo, 1999. p. 152.

19 Sobre a família Petrucci, consultar o *Dicionário das famílias brasileiras*, v. 2, São Paulo: Árvores da Terra, 2001. p. 1866.

20 ROSSI, Miriam Silva. Circulação e mediação da obra de arte na Belle Époque paulistana. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 6/7, p. 83-119.

1913, foi realizado um concurso para oferecer à cidade um monumento em homenagem a Giuseppe Verdi. Seu resultado final apresentou Lorenzo Petrucci em terceira colocação. A dinâmica da vida artística em São Paulo nas primeiras décadas do século XX exigia dos seus participantes, uma atuação plural em função da acirrada concorrência entre os artistas. Daí o escultor ítalo-brasileiro ter atuado como escultor na decoração da fachada do Palacete Santa Helena, levantado na Praça da Sé, entre 1921 e 1925, símbolo de um arrojado projeto de modernização do centro urbano de São Paulo, que buscou alinhar o pragmatismo da exploração imobiliária com um grande número de salas pequenas no seu interior, e um tratamento do exterior nos moldes acadêmicos então predominantes.²¹

Em meio a esse campo de disputas, novos ventos sopraram sobre a capital paulista, na medida em que artistas locais e estrangeiros começavam a congregiar ideias que rompiam com uma tradição artística, vista como anacrônica e ultrapassada. O Modernismo dava seus primeiros sinais. Embora tenha sido repudiado por muitos no seu nascedouro, foi ganhando espaço com o tempo, em função do aparato de apoio que a burguesia paulista deu ao grupo organizador do evento que lançou a proposta modernista de maneira mais contundente. A Semana de Arte Moderna, segundo Rossi, “teve pouco de moderno, e nada na sua realização pode ser entendida como uma reação ao *status quo*, como as propostas do grupo pretendiam”²².

O fato é que, as ações decorrentes desse evento acachaparam o trabalho e a notoriedade daqueles que deram à cidade de São Paulo uma contribuição no campo da escultura e pintura. O padrão estético majoritário estabelecido pelo modernismo não se coadunava com aquele experimentado pelos artistas italianos tradicionais, que não fizeram uma adaptação a esse novo estilo, sendo posteriormente legados ao quase esquecimento pelo público especializado consumidor de arte.

21 Sobre o Palacete Santa Helena, ver CAMPOS, Cândido Malta; SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

22 ROSSI, Míriam Silva. *Circulação e mediação da obra de arte na Belle Époque paulistana*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 6/7, p. 96.





RESENHA

“Sei muito o que é a vida”: a biografia de Leandro Maciel

*Samuel Albuquerque**

Capela de Santana do Massacará, Carmópolis, 15 de julho de 1984. Naquela manhã de domingo, familiares, amigos e admiradores despediam-se de Leandro Maynard Maciel, ex-governador e uma das figuras políticas mais marcantes da história de Sergipe. Com complicações cardíacas, Leandro falecera no dia anterior, em Aracaju, aos 87 anos.

Atento às “manifestações respeitadas e sentidas” da ocasião, estava o historiador Ibarê Dantas, autor de “O Tenentismo de Sergipe” (1974) e da “Revolução de 1930 em Sergipe” (1983), que, trinta e três anos mais tarde, na condição de intelectual consagrado, publicaria a biografia política do líder udenista, o doutor “Liandro”, como muitos ainda a ele se referem.

O lançamento do livro “Leandro Maynard Maciel na política do século XX” foi bastante concorrido e reuniu intelectuais, políticos (entre eles o governador Jackson Barreto), familiares e amigos do autor e do biografado, na tarde/noite de 06 de dezembro de 2017, no Museu da Gente Sergipana.

O aguardado livro apareceu robusto, sóbrio e discreto em sua aparência. Na capa, predominam tons de cinza, branco e preto, valorizando a fotografia do biografado, que se destaca. A profundidade do olhar sob as fartas sobranceiras de Leandro Maciel (com cerca de 60 anos) dá a impressão de que estamos sendo observados e de que a biografia do observador tem muito a revelar.

O ótimo projeto gráfico é similar ao do livro “Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909). O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe” (2009), dando uma ideia de continuidade entre a biografia do pai e do filho. Aliás, é bastante recomendável a leitura do livro de 2009, para que se tenha uma clara ideia de como a família Maciel esteve ativa na militância política, desde as primeiras décadas do século XIX até os anos setenta do século XX – começando pelo patriarca Antônio Luiz de Araújo Maciel (1797/1850), passando por seu filho Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909) e chegando ao seu neto Leandro Maynard Maciel (1897-1984).

* Historiador e professor da UFS



Dantas, usando sua reconhecida capacidade de síntese, expõe o tema da obra: “Este livro ocupa-se de um líder que atuou por cerca de quatro décadas na política de Sergipe com incursões na esfera nacional, despertando sentimentos contraditórios” (Dantas, 2017: 11).

A obra possui 14 capítulos, assim descritos pelo autor: “[...] iniciei com breve análise sobre seus ancestrais, passei para o período de sua formação e, a partir do capítulo 3, discorri sobre sua atuação política. Primeiro, na República Velha, em seguida nos tempos das interventorias, depois na época do populismo, com campanhas cada vez mais competitivas e tensas, até quando aconteceu seu governo narrado nos capítulos 8 e 9. / No capítulo 10, segui-o nas campanhas sem êxito para vice-presidente da República e para governador. Na sequência, tentei mostrar como a intervenção dos militares e a montagem do Estado Autoritário contribuíram para elevar sua influência. Analisei, nos capítulos 11 e 12, o seu desempenho como senador, as tentativas dos militares para cassá-lo e sua resistência. No capítulo 13, discorri sobre sua última década de vida no ostracismo e suas derradeiras manifestações nos seus relacionamentos com pessoas influentes na sociedade. A última parte é a tentativa de avaliar o conjunto do seu percurso dentro da política estadual, com virtudes e contradições” (Dantas, 2017: 14).

O testemunho da longa e esparsa pesquisa sobre Leandro, iniciada em fins da década de 1980, é um elemento enriquecedor e de grande valia para os que militam na História. O “desafio biográfico” (como diria François Dosse), somado aos desafios da boa pesquisa histórica, exigem muita dedicação e obstinação. Nesse sentido, registrou o nosso historiador: “Tratando-se de um homem público polêmico, idolatrado e detestado, que se manteve em largo período no centro de ocorrências políticas variadas, como secretário de Estado, deputado federal, governador, candidato a vice-presidente da República, senador e líder partidário reverenciado e criticado, o projeto de biografá-lo apresentou-se como um grande desafio” (Dantas, 2017: 11-12).

O amplo recorte temporal exige poder de síntese e erudição, virtudes que caracterizam a obra. Sem considerar o primeiro capítulo, que dá conta da ascendência de Leandro Maciel, o livro se debruça sobre os momentos mais marcantes de uma trajetória de 87 anos, iniciada em 1897 e finda em 1984. Não por acaso, o autor considerou que a maturidade intelectual e a intimidade com as fontes concorreram positivamente para sua tarefa: “[...] beneficiei-me da experiência de mais de 40 anos de pesquisa, quando juntei um acervo razoável, inclusive com mais de trinta depoimentos com informações relevantes sobre o biografado [...]. Ademais, as anotações de jornais, livros, revistas e documentos outros em arquivos de Sergipe, da Bahia e do Rio de Janeiro, bem como minhas reflexões já publicadas em artigos e livros, ajudavam-me, mas não me



pareciam suficientes. A doação de cópia de grande parte do arquivo pessoal do biografado, que estava sob a guarda da filha Annete Maciel, me proporcionou mais animação pela rica documentação, destacando-se as correspondências reveladoras de sua personalidade e de sua forma de pensar ao longo dos anos” (Dantas, 2017: 13).

Conforme assinalou Dantas, também foi “longo e difícil processo de amadurecimento” para dar cabo do projeto da biografia de Leandro, considerando a dificuldade de lidar com as controversas representações construídas sobre o líder político. Afinal, “[Leandro] vivenciou cinco períodos constitucionais, demonstrando grande capacidade de sobrevivência política. Enquanto seus companheiros ficavam na beira da estrada, abatidos pela morte ou pelas sucessivas mudanças políticas, Leandro resistia. Sendo o único líder do Estado influente nos anos vinte a chegar prestigiado nos anos setenta, acumulou larga experiência, entremeada de lutas prolongadas e representatividade como um ícone expressivo do seu tempo” (Dantas, 2017:12).

Dantas julgou oferecer, com seu livro, uma “amostra” da política sergipana no século XX: “Ao analisar a atuação partidária em suas relações com correligionários, adversários e o eleitorado, dentro da sociedade de sua época e das circunstâncias do seu tempo, terminei oferecendo também uma amostra da política do século XX. Para tanto, adotei um tratamento diacrônico, seguindo as ações de Leandro ao longo do tempo, com a preocupação de historiador na busca da veracidade dos fatos, com a indicação das fontes bibliográficas e documentais” (Dantas, 2017: 13). Na verdade, o que temos é um amplo panorama das sucessivas configurações políticas que marcaram a história de Sergipe ao longo de quase todo o século XX. A biografia de Leandro é, sem dúvida, o fio condutor para a compreensão da história política do seu tempo.

Grita aos olhos a obstinada busca pela neutralidade, prática que orienta o autor em sua narrativa e interpretação dos fatos que marcaram a vida de Leandro. Sintomático disso é a seguinte conclusão (tratando da primeira eleição do líder udenista para governador de Sergipe): “Era mais uma ilustração da política cinzenta, sob a qual muitas práticas ilegais aconteciam envolvendo várias instituições” (Dantas, 2017: 189). De fato, como bem assinalou Dantas, Leandro não cabe em rótulos simplificadores.

O livro é pleno de surpresas ao curioso leitor das coisas sergipanas. Sabia, por exemplo, que o líder tenentista e interventor Augusto Maynard Gomes (1886-1957) e Leandro Maynard Maciel eram primos. Só não tinha ideia de qual estreita era a ligação de Leandro com a mãe de Maynard, dona Tereza Maynard Gomes, tia que muito assistiu “Leandrito” em sua infância. Nesse sentido, fiquei a imaginar a cena do enterro de Tereza, nos idos de 1944, em Rosário do Catete, quando “ajudaram a carregar o caixão o filho Augusto Maynard Gomes, então interventor do Estado, e



Leandro, primo irmão deste, identificados pelo sofrimento, apesar de distanciados politicamente” (Dantas, 2017: 102).

Antes disso, prendera minha atenção a descrição do aniversário de 11 anos do menino Leandro, em 1908, no engenho Entre Rios, em Rosário do Catete. Além de missa cantada, com benção de “uma rica imagem da Conceição”, e apresentação da banda de música da vila do Rosário, “aconteceram diversões agradáveis sob acordes de piano”, jantar ao cair da tarde, discursos e danças. “Leandrito, alvo de deferências, recitou poema do poeta e jornalista professor Brício Cardoso” (Dantas, 2017: 28-29). A festa representou uma espécie de “batismo” do menino de engenho que, naquela ocasião, era apresentado e nascia para a “boa sociedade” da Cotinguiba. Penso, aliás, que a festa de aniversário do filho caçula, no qual depositava tantas expectativas, foi a derradeira (e certa) cartada política do velho Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel.

O livro também revela interessantes relações de interdependência no seio da aristocracia do açúcar, a exemplo da proteção dada pelos patriarcas aos filhos dos amigos finados. Explorando a memória familiar preservada pelo jornalista Paulo Roberto Dantas Brandão, o autor registrou que o velho Leandro do Entre Rios “olhou” por Manuel Correia Dantas (filho do seu amigo Francisco Correia Dantas, do Engenho Vassouras, em Divina Pastora), quando este, recém-casado com dona Adelina (Nenê), em princípios de 1900, foi viver no Engenho Palmeira, em Capela. Posteriormente, com a morte do velho Leandro, Manuel Correia Dantas “olhou” por Leandrito, de apenas 11 anos, e pela viúva Sinhazinha (Dantas, 2017: 29).

Tomando como referência o mesmo senhor do Engenho Entre Rios, foi demonstrado como as fortunas dos grandes senhores podia se dilapidar com o casamento dos filhos. Vasta prole era sinal de pulverização de patrimônio. Esse foi o caso do velho Leandro. “A essa altura [quando seus bens estavam sendo inventariados], o cabedal do velho ex-senador era relativamente pequeno. Para quem nunca fora um homem muito rico, boa parte do patrimônio já havia sido distribuída. Primeiramente pelos dotes entregues por ocasião do casamento das quatro filhas e pelas doações aos filhos homens para se estabelecerem ao constituírem família. Metade da herança foi dividida com os herdeiros por ocasião da morte da primeira esposa” (Dantas, 2017: 30).

Das variadas e abundantes fontes que lastreiam o livro, as cartas destinadas pelo biografado aos seus familiares são riquíssimas em dados que podem ser, ainda, explorados por historiadores interessados na intimidade das grandes figuras políticas. É tocante, por exemplo, a carta do menino Leandro para sua mãe, à época colégio interno em Salvador (o Marista), nos idos de 1911. Na bela missiva, o acanhado menino pedia: “Dirija ao ceo uma prece para que Deus me ajude nas minhas provas” (Dantas, 2017: 31-32). Também chama atenção, por revelar muito da personalidade do moço



Leandro, a carta enviada à noiva Marina, em 22 de fevereiro de 1924. É nela que o queixoso noivo registra: “Sei muito o que é a vida!”.

Difícil conter o riso diante de certas histórias pitorescas recuperadas pelo autor da biografia em questão. Uma delas nos coloca diante dos três filhos de Manuel Correia Dantas, presidente de Sergipe entre 1927 e 1930, armados de paus, perseguindo desembargadores da Relação que faziam oposição ao pai dos desassombrados Orlando, Waldemar e Nestor. Vale transcrever a história: “Quando, em meados de 1930, um jornalista publicou que Manuel Dantas estava comprando maquinário para sua usina com dinheiro do Tesouro, os três filhos do presidente, Orlando, Waldemar e Nestor, armaram-se de paus, correram atrás de Hunald Cardoso e Álvaro Silva, que não foram alcançados. Mas, ao encontrarem o presidente do Tribunal Lupicínio Barros, Waldemar deu-lhe uma paulada” (Dantas, 2017: 54).

Dignas de nota são, também, as artimanhas do padre Filadelfo, em Laranjeiras, nos idos de 1947, em benefício da UDN (recuperadas por Dantas nos jornais de época). Diante das pressões da Liga Eleitoral Católica (LEC), determinando que “nenhum católico pod[ia] votar nos candidatos do Partido Comunista do Brasil e da União Democrática Nacional”, a declaração oficial da LEC foi, astutamente, lida em latim aos fiéis de Laranjeiras, que seguiram ignorando as determinações da liga. “Causou muitos comentários o caso de Laranjeiras, onde teria sido registrado uma diferença de 200 votos para a UDN, em face de o padre Filadelfo Oliveira haver lido na Igreja a circular da LEC em latim, fato que o vigário narrava com certa graça. Dessa forma os eleitores não tomaram ciência que votar nos candidatos da UDN seria pecado mortal” (Dantas, 2017: 131)

O movimentado cotidiano do “sítio do doutor Liandro”, na Rua Dom Bosco, é, também, digno de nota, sobretudo quando comparado com o quadro melancólico descrito, posteriormente, no depoimento do escritor Paulo Fernando Teles Moraes, que visitou e entrevistou Leandro no decurso dos anos setenta. Se, nos tempos áureos do leandrismo, “a varanda da casa do líder tornava-se pequena para comportar tanta gente” e “os menos graduados costumavam ficar recostados na balaustrada, escutando, ou debaixo das árvores frondosas mais próximas da casa, formando rodas próprias”, fazendo do local um “ponto de encontro para informação acerca das novidades, tratativas, combinações, acertos, projetos, pactos, fofocas, conchavos, discussões e reverências” (Dantas, 2017: 145), na fase do ostracismo, “[Leandro] estava praticamente sozinho, que é assim que ficam os que rolam ladeira abaixo. Apenas sua esposa, Dona Marina, e um correligionário, Benjamim Fernandes Fontes, faziam-lhe companhia no velório. Dialogamos civilizadamente. Reconhecia a derrota. A política era aquilo mesmo: ganhava-se e perdia-se” (Moraes in Dantas, 2017: 328).



Mais contido que seu pai, Leandro não deixou de saber ferir seus desafetos com palavras escolhidas e ordenadas cuidadosamente. Impressiona, por exemplo, o discurso de despedida do governo do estado, datado de janeiro de 1959. Nele, o político refere-se aos irmãos Leite (Leite Neto e José Rollemberg Leite) nos seguintes termos: “pretensiosos e ensimesmados, vivendo distantes do povo, com medo de ser tomada a dimensão de sua incapacidade, vivem na área dos privilegiados, endeusados pelos seus íntimos com os cuidados dispensados aos rebentos de uma dinastia fora de época” (Maciel in Dantas, 2017: 244).

Em missiva de abril de 1982, destinada ao amigo Augusto Franco, Leandro reproduziu e subscreveu discurso atribuído ao “velho Chico Leite” (Francisco Rabelo Leite), de Riachuelo, pai do notável médico Augusto Leite. Nele, destaca e ironiza o fato de o jovem político João Alves Filho, “um mulato”, ser “adulado pelos ricos” e mandar no Estado. Leandro diz que não descartaria votar na liderança ascendente, mas o faria como um “doente que toma purgante de óleo de ricino” (Maciel in Dantas, 2017: 351).

Na boa companhia do sociólogo Max Weber, nas laudas derradeiras do livro, Dantas recapitula e trajetória de Leandro e conclui que “é possível encontrar quem tenha permanecido tanto tempo na política estadual. Houve quem governasse o Estado mais vezes e exercesse mandatos parlamentares por mais tempo, mas raramente alguém encarnou a figura do líder com mais força e determinação. Da República Velha à República dos Militares, fez da política a grande atividade de sua vida, atuando e despertando vocações” (Dantas, 2017: 366).

Percorridas as mais de quatrocentas páginas do livro, o leitor dotado de alguma sensibilidade concluirá que há um nítido caráter pedagógico na biografia de Leandro Maciel. Ela nos ensina que viver é resistir sempre, ganhando ou perdendo. Enquanto há vida, há luta!

Certamente, a iniciativa de Ibarê Dantas contribuirá para que Leandro, mesmo morto, dribble o esquecimento, faça-se vivo entre os leitores de uma obra que, certamente, terá lugar de destaque na biblioteca sergipana. Na batalha da memória, Leandro saiu vitorioso!

